



UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**Ambientalismo e carciniçultura: disputa de
“verdades” e conflito social no extremo sul da
Bahia**

OMAR SOUZA NICOLAU

2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**AMBIENTALISMO E CARCINICULTURA: DISPUTAS DE
“VERDADES” E CONFLITO E NO EXTREMO SUL DA BAHIA**

OMAR SOUZA NICOLAU

Sob a Orientação do Professor
Luiz Flávio de Carvalho Costa

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **Mestre de Ciências
Sociais em Desenvolvimento
Agricultura e Sociedade**, no
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade

Rio de Janeiro, RJ
Setembro de 2006

333.715	Nicolau, Omar Souza
N639a	Ambientalismo e carnicultura : disputas
T	de "verdades" e conflito e no extremo sul
	da Bahia / Omar Souza Nicolau. - 2006.
	162 f.
	 Orientador: Luiz Flávio de Carvalho
	Costa.
	Dissertação (mestrado) - Universidade
	Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto
	de Ciências Humanas e Sociais.
	Bibliografia: f. 117-119.
	 1. Meio ambiente - História - Caravelas
	[BA] - Teses. 2. Meio ambiente - Disputa
	política - Teses. 3. Unidades de
	conservação - Caravelas [BA] - Teses. 4.
	Carnicultura - Caravelas [BA] - Teses. I.
	Costa, Luiz Flávio de Carvalho. II.
	Universidade Federal Rural do Rio de
	Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e
	Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE**

OMAR SOUZA NICOLAU

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, área de Concentração em Estudos de Cultura e Mundo Rural.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20/09/2006

Luiz Flávio de Carvalho Costa. Dr.CPDA, UFRRJ
(Orientador)

José Augusto Pádua Dr.. IFCS, UFRJ

Hector Alimonda. Dr. CPDA, UFRRJ

Dedico este trabalho à Maria

Também a todo o Povo do Mar
aqui do Extremo Sul da Bahia e
em todo o globo

Agradecimentos

Faz parte agradecer e já disseram o quão é perigoso esquecer os que realmente contribuíram para finalização do trabalho, que geralmente, são sempre muitos e há muitos a agradecer.

Primeiro devo agradecer à CAPES pela bolsa de pesquisa que me possibilitou concluir este trabalho e, se já é difícil com a bolsa, as dificuldades sem este apoio seriam enormes.

Ao meu orientador e amigo em muitas horas Luiz Flávio, pela paciência, pela compreensão, pela ajuda providencial, mesmo na distância.

Aos professores e colegas do CPDA/UFRJ pela oportunidade de discutir e debater temas tão diversos e ao mesmo tempo conexos no período em que estive em sua companhia. Em relação aos professores, gostaria de agradecer especialmente à Eli, ao Hector, ao Roberto, ao Johnny, à Regina e à Zezé. Sem eles eu não teria subsídio e segurança para concluir o trabalho. Aos amigos que fiz no curso: Bia, Dudu, Fernando “pilantra”, Naná, Karina, Rê, Bianca, Ruth, Vânia, Arthur, Edson, Gil, Pri, Betty, Silvia, Andréa, Sandro, Flavinha, Lia, Marcão, Fábio, Hélio, Cloviomar, Henrique, Socorro, Cleyton, Ricardo, Simone, Manel, Alcides, Mônica, César... Ih, é tanta gente!!!

Ao Márcio Ranauro e Naninha pela interlocução sempre atenta.

À Cecília Mello pela amizade, pela ajuda na leitura dos textos, pela paixão que compartilhamos pelo lugar, pelas pessoas e pelas idéias.

A Dodó e “Tico-liro” amigos que fiz e que aprendi a respeitar e admirar. Se há alguns trechos que merecem mérito na dissertação, devo à leitura lúcida dos eventos e à visão crítica de mundo dessas duas pessoas.

Aos vizinhos e amigos Danilo, Magra, Grazy, Caio, Matheus, Juju, Leiloca, Dani, Mari, Gui, Fer, Antônio, Érica, Zé e Ani;

Aos Abreu: Fabi, Vânia e Fêr.

Aos parceiros Kid e os patrulheiros, Dudu, Marcello, Kidinho, Xuxu, Pri, Leo, Paulo, Tosato, Elaine, Marilene e os monitores do Parque, Pablo, Ulisses e Sandra.

A Selmo, Tatiko, Lixinha e Zezinho.

Ao Programa Marinho da CI-Brasil por ter me disponibilizado toda a estrutura necessária para terminar a dissertação.

Aos amigos no Rio de Janeiro, principalmente Janaína, Mosca, Bebel, Nelsin, André e Érica que contribuíram efetivamente, cada um em um momento específico

A Xinxá pela paciência, amor e cumplicidade.

À vovó, tios, tias, primos e primas.

Aos meus queridos pais, irmão e Natália.

Aos pescadores e marisqueiros de Caravelas e Nova Viçosa.

*Não me peça que eu lhe faça uma canção como se deve
Correta, branca, suave, muito limpa, muito leve
Sons, palavras, são navalhas
Eu não posso cantar como convém
Sem querer ferir ninguém
Belchior*

RESUMO

NICOLAU, Omar Souza. **Ambientalismo e carcinicultura: disputas de “verdades” e conflito e no extremo sul da Bahia**, 2006 162p Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2006.

Este trabalho pretende apresentar as questões ambientais que se revelaram em Caravelas entre os anos de 2002 e 2006. Há duas propostas em disputa no município: a de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentado; e outra, um mega-projeto de carcinicultura. A área de ambos os empreendimentos se sobrepõem inviabilizando a realização concomitante dos dois projetos. Neste cenário, diferentes agentes locais envolveram esforços para a mobilização da comunidade caravelense para adesão de uma ou outra proposta. A dissertação narra o esforço dos agentes nesse processo, avaliando as ações impetradas pelos mesmos na disputa pelas “verdades” que ora se encontram em jogo. Estes diferentes agentes, que incluem desde o poder público municipal, ONGs de cunho ambientalista, Ibama até comerciantes locais, se dispuseram a contribuir na mobilização comunitária que se edificou e se compôs em oposição: a cada dispositivo acionado por um grupo de agentes, impunha uma atuação em resposta do outro grupo polarizado, constituindo uma dinâmica complexa de ações reativas. Esta disputa avança e se amplia envolvendo outros agentes tais como o Senado Federal, O governo do Estado da Bahia, do espírito Santo, o Ministério Público Estadual e Federal, a mídia local e de outros estados. Ademais, a minha inserção como pesquisador e ao mesmo tempo militante de um dos pólos da disputa também permeia todo o trabalho, explicitando as dificuldades e oportunidades que o fazer do trabalho acadêmico e a ação política influenciaram mutuamente na produção da dissertação.

Palavras-chave: Unidades de Conservação, Carcinicultura, Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

NICOLAU, Omar Souza. **Environmentalism and shrimp farming: truth “disputes” and social conflicts in South Bahia, Brazil**, 2006 162 p. Dissertation (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2006.

This work aims to present environmental issues that emerged in Caravelas between 2002 and 2006. Two proposals are being dispute in the city: the establishment of a protected area of sustainable use versus a large shrimp farming project. These two enterprises are proposed within the same area, thus unabling the realization of both. Within this scenario, different local agents made efforts to mobilize the local community in order to support one or another proposal. This dissertation is a narrative on these agent’s efforts, also evaluating their actions on truth disputes in place. These different agents, with include representatives from local municipal government, environmental non-governmental organizations (NGOs), the environmental federal agency (Ibama) and local traders, disposed themselves to mobilized the local community, lead to a situation of opposition: each action from one group of agents led to a reaction from the opposite group, forming a complex dynamics of reactive actions. This dispute grows up to involving other agents, such as representatives of the Federal Senate, State Government of Bahia, State Government of Espírito Santo, Public Prosecutor Bureau and local and the local and regional media. Futhermore, my insertion as a reasercher and, at the same time, activist from one of the two disputing permeate this study, influencing the narrative presented herein.

Key words: Marine Protected Areas, Shrimp farming, Sustainable Development.

LISTA DE FIGURAS

- 13 Figura 1:** O complexo estuarino de Nova Viçosa e Caravelas.
- 16 Figura 2:** Área proposta para carcinicultura
- 18 Figura 3:** Passeata na Rua Barão do Rio Branco
- 36 Figura 4:** Casa de Farinha nas Perobas, estuário de Caravelas e Nova Viçosa
- 40 Figura 5:** Reconstituição da Estação Ferroviária de Ponta de Areia
- 92 Figura 6:** Sítio Duas Ilhas, casa de Adilson (Ié)
- 95 Figura 07:** Moradores do Sítio Riacho Mangueira
- 97 Figura 8:** Consulta Pública 1
- 99 Figura 9:** Menino catando sururu no mangue do Rio da Barra Velha
- 100 Figura 10:** Mobilização comunitária para Consulta pública 2
- 101 Figura 11:** Consulta Pública 2, Sítio Rosedá, Barra Velha, Nova Viçosa
- 103 Figura 12:** Faixa dos “empreendedores”
- 105 Figura 13:** Carro de som
- 108 Figura 14:** Área da Zona de amortecimento do Parque Marinho dos Abrolhos

LISTA DE QUADROS

41	Quadro 1: Evolução do desmatamento da Mata Atlântica, 1945-1990.
51	Quadro 2: Distribuição Geográfica das Vendas – Aracel
51	Quadro 3: Vendas por Uso Final – Aracel
52	Quadro 4: Destinação dos recursos da Aracel em 2005
74	Quadro 5: Organograma “ambientalistas”
85	Quadro 6: Organograma “empreendedores”

SUMARIO

<u>Introdução</u>	1
Características geográficas do estuário	12
A questão ambiental no município de Caravelas	14
Problemática	19
<u>I) O exercício de uma história ambiental da região do Extremo Sul baiano: diferentes versões do mesmo paradigma.</u>	27
1) Uma pequena cidade. Uma breve história de apropriação da Natureza.	29
2) Caravelas e sua evolução político-administrativa	35
3) A versão café	36
4) A versão caça da baleia	37
5) A versão madeira	39
6) A versão eucalipto	43
7) Modelo de desenvolvimento como campo de disputas sócio ambientais	53
<u>II) Ongs, Prefeitura e Coopex: a disputa pelas verdades.</u>	52
<u>Os diversos agentes e contribuições:</u>	68
<u>1) Os “ambientalistas” locais:</u>	68
a) Instituto Baleia Jubarte (IBJ)	68
b) Patrulha Ecológica	69
c) Movimento Cultural Arte Manha	69
d) Projeto Manguezal/CEPENE/IBAMA	70
e) Parnam Abrolhos	71
f) Ampac (Associação de Marisqueiros de Ponta de Areia e Caravelas)	72
g) Lideranças do Conselho Deliberativo da Resex do Corumbau	73
h) Eco-Mar	73
i) Independentes	75
<u>2) Os “opositores” á criação da Resex.</u>	80
a) Prefeitura Municipal de Caravelas	80
b) Rotary Club de Caravelas.	82
c) Colônia de Pescadores Z-25	82
d) Associações classistas, de bairro e grupos formalizados.	83
e) CRA	84
<u>III) O trabalho de campo da mobilização pró-Resex</u>	87
1) Consulta Pública 1	91
2) Consulta Pública 2	98
3) A campanha de difamação do IBAMA.	102
<u>(In)conclusões</u>	107
1) Duas com/oposições: os “ambientalistas” e “empreendedores”	109
2) A publicação da Zona de Amortecimento do Parque Marinho dos Abrolhos: a questão no âmbito regional e nacional	110
<u>Referências Bibliográficas</u>	113

- A – Abaixo assinado da Associação dos Moradores Ribeirinhos de Caravelas em favor da criação da Resex do Cassurubá (16 de outubro de 2003) 119
- B – “*Procura-se empreendedores*” – Convite para interessados em fazer parte da Cooperativa de Carcinicultura em Caravelas, demonstrando as vantagens econômicas e operacionais do empreendimento (30 de março de 2004) 121
- C – Revista da ABCC, ano 7, no.3 – “*Homens-Caranguejos: Os filhos da lama*” (setembro de 2005) 122
- D – Jornal “A Tarde”, pág 03, Salvador – “*Criação de camarão ocupará a restinga*” (08 de novembro de 2005) 124
- E – Tribuna Independente – Teixeira de Freitas – “*Ibama: Proteção ou Corrupção*” (1ª. Quinzena de fevereiro de 2006) 126
- F – Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Ilhéus/Bahia – “*Recomendação no. 01/2006-FA – Recomenda Ibama assumir responsabilidade de licenciamento da Coopex em Caravelas. (11 de abril de 2006)*” 128
- G – *Diário Oficial da União* – Seção 1 – Portaria no.39, de 16 de maio de 2006 – define a Zona de Amortecimento do Parnam do Abrolhos; (18 de maio de 2006) 136
- H – Cidade, o jornal do Extremo Sul, ano IX, no. 153 – “*Caravelas e Coopex recebem conselheiros do Cepam*”; (15 a 31 de maio de 2006) 137
- I – Governo da Bahia - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/SEMARH - “*Esclarecimentos sobre o licenciamento ambiental do Projeto Coopex – Carcinicultura/ Caravelas – BA*”; (06 de junho de 2006) 138
- J – Revista Carta Capital, v. 12, nº 400, – pp. 34 a 37 – “*Camarões à Moda Tucana: Decreto que libera criação em Abrolhos favorece ao parlamentar do PSDB*” (junho de 2006) 140
- K – Folha de São Paulo – “*Senador quer anular proteção a Abrolhos: sócio de empresa com interesses na região é co-autor de decreto que susta zona de amortecimento do parque marinho*”; (24 de junho de 2006) 142
- L – A Tarde – Salvador - BA – Ambiente e Vida – “*Governador rejeita limites da proteção de Abrolhos*” (25 de julho de 2006) 145
- M – “*Acorda Caravelas*” – panfleto que circulou por Caravelas a favor da criação de camarão em cativeiro e contra atitude dos “ambientalistas” (s/d) 148
- N – “*Não durma Caravelas*” – panfleto que circulou por Caravelas em resposta ao panfleto “Acorda Caravelas”. (s/d) 149

INTRODUÇÃO

*A particularidade do sociólogo é ter como
objeto campo de lutas: não apenas o campo de lutas
de classes, mas o próprio campo das lutas científicas*

Pierre Bourdieu

- Você é biólogo? – perguntou o Silas, jovem morador da Barra de Caravelas. Esta pergunta se mostrou muito comum nos espaços que eu freqüentava. Desde a decretação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e seu reconhecimento como Patrimônio Natural da Humanidade, levam e levam de pesquisadores, principalmente biólogos, aportaram aqui levantando a flora e a fauna marinha da região. A cidade tem visto estes jovens forasteiros que trazem uma bagagem de registros metropolitanos e tensionam sobremaneira as expectativas dos caravelenses, principalmente dos jovens de oportunidades de trabalho reduzidas. Ainda não há concorrência significativa entre os locais e os forasteiros, contudo há algumas faculdades em municípios próximos e muitos jovens estão estudando nelas; pode ser que daqui a alguns anos esta concorrência ocorra de fato. Foi com esta singularidade no ambiente comunitário que desembarquei em Caravelas em meados de 2005. Vinha com várias expectativas entre elas a de morar permanentemente no município pela relação afetiva que construí com o lugar. Mas tinha uma missão a cumprir: a de terminar o mestrado e por em prática um planejamento e um cronograma acadêmico que havia programado. A intenção de voltar para este “mundo bucólico” revelou-se inteiramente distinto do que minhas expectativas projetaram em minha mente. Esperava que pudesse, com o saber que carregava da Universidade, ter uma trânsito razoável entre os diversos segmentos que já conhecia na cidade. Talvez acreditando em demasia na minha capacidade de dialogar com gente diferente e com o fato de ter uma raiz familiar na cidade, iludi-me. Não obstante essa disposição, na minha bagagem vinha também, além de livros e textos, uma posição clara de enfrentamento contra injustiças provocadas pelas desigualdades sociais que percebia aqui.

Há tempos venho desenvolvendo uma prática particular de leitura do mundo e me encontro no desafio de concatená-las, sistematizá-las e comunicá-las. Neófito da academia das ciências sociais, estive desde a graduação induzido por diferentes escolas de pensamento, posicionamentos políticos e teorias diversas. Ao largo das polêmicas tradicionais em torno do positivismo, do materialismo histórico, da democracia liberal, do movimento libertário, eu

movia o pensamento nas direções impostas por estes marcos. De fato, a trajetória dos novos cientistas sociais, pelo menos os da minha turma de faculdade, sempre se viu permeada pelo que os autores nos começavam a dizer. Estando porém no “outro lado do livro”, o da redação acadêmica, o processo se inverte e se torna mais penoso, embora muitas vezes gratificante.

Desde a infância visito Caravelas, uma pequena cidade no litoral sul do estado da Bahia. Aqui conheci as coisas que se encontravam em (ou em processo de) extinção no Rio de Janeiro, como o casario colonial, o caranguejo, a pescaria de puçá de camarão, a lama do mangue. O enorme prazer proporcionado pela liberdade que uma criança metropolitana sentia nas brincadeiras livres pelas ruas quase nada movimentadas, no carnaval vestido de “careta”, continua sendo indescritível. Quando iniciei meu curso de pós-graduação no CPDA, a única coisa que tinha em mente era voltar para este lugar, com o olhar de um cientista social, mas que pudesse, ao mesmo tempo, brincar naquelas ruas, sentir o frescor do vento marítimo. Percebi no campo que na verdade nem mais absorvia os fatos como cientista social, e nem mais poderia retornar àquela infância perdida. Foi a experiência de campo, cujos textos antropológicos, historiográficos me ensinaram a respeitar, impôs-me uma mudança radical de objeto e de temática. Inicialmente meu projeto de pesquisa satisfaria uma curiosidade acerca da população ribeirinha residente no complexo estuarino de Caravelas e Nova Viçosa. Tinha por objeto a reprodução social desses ribeirinhos, pois a extinção dos modos de vida tradicional daquela gente parecia estar inexoravelmente em curso. Movido por um sentimento de justiça social, tendo como arma a “autoridade científica”, me dispus a campo com essa “nobre” intenção. As leituras de um Diegues¹, de um Leis², e de tantos outros autores que me introduziram os professores do CPDA/UFRRJ, influenciaram sobremaneira a busca por aqueles ideais. O desafio era portanto aliar a produção acadêmica com a militância; ou na “construção da viagem inversa”, segundo Tavares dos Santos:

O passo fundamental na produção crítica do conhecimento sociológico consiste na distinção epistemológica entre o objeto real e o objeto científico, ou a passagem de uma questão social a uma questão sociológica (Tavares dos Santos, 1991, p.58)

Ensina-nos o autor que é preciso valorizar o erro para que possamos reconhecer e superar os obstáculos epistemológicos mantendo a coerência e o rigor indispensáveis para a produção científica. Advoga Tavares dos Santos que se faz necessária uma “vigilância

¹ Diegues e Nogara.(1999) “O nosso lugar virou parque”. São Paulo, Nupaub-USP

² Leis, Hector.(1999) A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis, Vozes.

epistemológica” na investigação da realidade de tal modo que se possa chegar a uma “reconstrução da realidade social”. Na minha inserção em campo, vi-me diante deste desafio-dilema, pois a construção teórica do meu objeto de estudo pensado no projeto de pesquisa, ainda passaria por transformações que estavam, naquele momento fora de minhas expectativas iniciais. Precisava superar, i.e., transformar este problema social que me animava em algo que pudesse ser descrito nos parâmetros científicos, ou elaborar a sua definição provisória e chegar ao termo de sua eficácia como objeto de estudo acabado. Nas palavras do autor, era preciso confrontar aquele objeto científico com os objetos reais pululantes do campo e ao mesmo tempo conquistá-los; apropriá-lo de forma que me pertencesse em definitivo para que enfim pudesse a partir dos objetos reais construir o objeto científico e constata-lo.

Resolvi, findos os créditos exigidos como parte do programa de pós-graduação, que me mudaria definitivamente para Caravelas, para que pudesse estar mais à vontade com a problemática que pretendia abordar. Assim em meados do ano de 2005, volto à casa de meus pais – residentes no município³, com a providencial ajuda mensal da bolsa da CAPES.

* * *

No final de Julho de 2005, já definitivamente morador de Caravelas, tive um encontro com a coordenação do Projeto Manguezal, braço do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – Cepene/Ibama⁴, na tentativa de conseguir acesso aos sítios dos ribeirinhos espalhados pelo complexo estuarino de Caravelas. Ficou estabelecida uma espécie de parceria informal com o Projeto Manguezal. A instituição me proporcionaria a visita aos sítios em troca do apoio à Associação de Marisqueiros de Ponta de Areia e Caravelas - Ampac. Havia tido alguma experiência na formação de grupos e lideranças comunitárias em trabalhos com ONGs e associações em geral no Rio de Janeiro, principalmente entre a população favelada, e essa prática parecia ser de alguma valia para a coordenação do Projeto Manguezal. Ainda, por ser meu parente, imaginei que a proximidade afetiva que mantinha com o coordenador da instituição me colocaria numa posição um tanto privilegiada para o desenvolvimento de

³ Minha mãe é caravelense. Foi ao Rio de Janeiro procurar melhores condições de trabalho na década de 1960, casou-se, teve dois filhos e retorna no final dos anos 1990 com meu pai de volta a Caravelas. Hoje ele é um comerciante local; ela uma professora concursada do município.

⁴ O Projeto Manguezal – Projeto Integrado de Manejo e Monitoramento para Uso Sustentável pela População Ribeirinha no Manguezal de Caravelas – BA, é uma iniciativa de alguns analistas ambientais do Ibama e inicia suas atividades em setembro de 2002 pelo Cepene/Ibama, com o patrocínio da Aracruz Celulose.

minha pesquisa. Na verdade essa proximidade acabou atrapalhando o desenrolar da pesquisa, expectativa não prevista no primeiro momento. Além disso, e de qualquer maneira, também seria voluntário no apoio à Ampac, por identificar ali um interessante espaço para a configuração de um tipo diferente de gestão, diferente da praticada na falida cooperativa de pescadores local, na colônia de pescadores Z-25, nas associações de classe em geral, comumente, como me contaram vários interlocutores, baseadas num modo de proceder das lideranças que indicam uma forma específica de conduzir os negócios das entidades. A participação, de modo geral, dos associados da Ampac, se restringe à cobrança das vantagens que o “ser associado” pode lhes garantir. As promessas de seguridade social vinculada ao defeso de determinadas espécies, por exemplo, foram incutidas no presidente da Ampac e posteriormente por ele nos associados, mormente por uma relação de confiança do presidente da Ampac no coordenador do Projeto Manguezal, do que por uma própria exigência da entidade. Não se quer discutir nem a legitimidade do corpo gestor da Ampac, nem o modo como valores externos interferem na avaliação do então presidente da associação, tampouco, e mais importante, que o então presidente da Ampac seria apenas um títere do Projeto Manguezal. Ao contrário, tendo com base a relação de amizade que construímos, percebi diversas vezes que este indivíduo veemente e energicamente tentava impor seu modo de perceber os eventos e fatos não só ao presidente da Ampac, como também a todo grupo de “ambientalistas”.

Uma aproximação sobre a identidade real ou virtual dos marisqueiros mereceria uma atenção mais apropriada. No sentido que queremos conferir, “pertencimento” dos marisqueiros representados pela Ampac não se expressa nas práticas concretas e nos significados que a diversidade (aparente) das identidades se manifestam. Não é objetivo, nem como discussão acessória, a noção de identidade social neste trabalho, apenas uma constatação de que há uma separação patente entre as falas dos marisqueiros e da Ampac, muito tensionada pelos valores do coordenador do Projeto Manguezal e do movimento ambientalista como um todo. É comum o discurso (externo) ser introjetado. O “nós” que impute o pertencimento de classe ou culturalmente instado se esvaece no mesmo instante que aquele marisqueiro ou pescador artesanal assume a gestão da associação. Esta reflexão não é generalizável. Falamos da Ampac, na gestão de Selmo Serafim, que em muitos momentos remete-se a “eles” quando perguntado sobre os negócios da associação. O argumento parece ser sempre o técnico com a recusa ao enquadramento dos marisqueiros como categoria social ou como sujeitos históricos. A fala acaba sendo incorporada no vocabulário do presidente da

Ampac; a fala é do coordenador do Projeto Manguezal/Cepene. Traduz, portanto, a incapacidade desse coordenador e talvez de alguns integrantes do movimento em reconhecer que os marisqueiros estão aptos para gerar respostas próprias, ignorantes de sua condição e apenas tendo-lhes reconhecido os saberes tradicionais em relação às suas atividades seculares de apropriação dos recursos naturais. Esse tratamento pode ter como base uma visão homogeneizadora da realidade social dos marisqueiros, que indicam intervenções nas práticas associativas desse grupo social. Há que se perceber que há outras digressões a respeito do modo como determinados agentes, citados neste trabalho, percebem os marisqueiros. É evidente que este segmento está longe de se igualar em poder e acesso a outros grupos da sociedade e a coexistência destes com outros grupos não se pode pensar harmônica. Tampouco o fato da Ampac ter sido fomentada e instituída por um organismo de Estado e, também, vale ressaltar, com patrocínio de uma empresa de celulose, não significa que sua inserção nas esferas de poder terá que, necessariamente, se dar sob a ingerência e interferência de outros agentes não identificados com o grupo social “marisqueiro”. Ao contrário, as novas formas de associação e agregação social desconexas das práticas tradicionais de representação (Colônias de Pescadores, Sindicatos indiferenciados do Estado – um “corporativismo estatal”, originado no Estado Novo), surgem como novos canais de representação e participação. O fato de a Ampac ter sido induzida pelo Ibama, não a desqualifica frente a outras associações que têm origem em iniciativas mais próximas de uma autoctonia relativa.

À época a sede da Ampac, contígua ao prédio do Projeto Manguezal em Ponta de Areia⁵, iria ser inaugurada. Com o patrocínio da Aracruz Celulose, que disponibilizou recursos para a construção da sede da Associação e para a compra de uma máquina de gelo, a diretoria da entidade encontrava dificuldades no âmbito de sua gestão. O corpo gestor da Ampac tinha pouco conhecimento do seu estatuto e das atribuições, direitos e obrigações de cada um de seus membros. A Ampac tendo sido instituída pelo Projeto Manguezal, consoante

⁵ O distrito de Ponta de Areia abrigava a estação terminal da Estrada de Ferro Bahia-Minas que ligava os municípios de Araçuaí ao Porto Marítimo de Caravelas. A cidade de Caravelas e o distrito de Ponta de Areia, distante aproximadamente 4 km da sede do município, foram doadas em 18 de julho de 1881 à Estrada de Ferro Bahia-Minas por Decreto Imperial de Pedro II. Hoje Ponta de Areia é uma espécie de vila de pescadores com os casarios coloniais se desfazendo pelo tempo e pela negligência das gestões municipais quanto à manutenção do patrimônio histórico do município. A estação de Ponta de Areia foi demolida e quase nada nos lembra aquele período de intenso trânsito de Locomotivas. Sob o argumento da inviabilidade econômica do tráfego, a linha férrea foi destruída em 1966. O que remonta àquele tempo é uma pequena comunidade de pombos que sobrevive apenas em Ponta de Areia. Fora as ruínas do casario neoclássico daqueles tempos, os pombos são o indicador biológico que ali havia uma dinâmica complexa de fluxo de mercadorias e pessoas.

o subprojeto “Associativismo”, partiu muito mais de uma demanda do próprio Projeto do que de uma intenção coletiva dos próprios marisqueiros de Ponta de Areia, distrito de Caravelas.

A diretoria e o Conselho Fiscal foram escolhidos segundo critérios que contrastam com os princípios seculares do associativismo⁶. Não quero defender que toda e qualquer associação tem que necessariamente se pautar sob aqueles princípios. Na prática, porém, não se percebe a autonomia da instituição, ao contrário ouvi muitas vezes que a Ampac era uma espécie de “associação-joystick” do Projeto Manguezal. Por conta de uma série de dificuldades que incidem desde uma caracterização sócio-cultural de uma população sempre alijada dos processos decisórios até o cumprimento dos prazos estabelecidos entre o Projeto Manguezal e seu patrocinador, a Ampac surge com uma gama de vícios que tanto o coordenador do projeto Manguezal quanto o então presidente da Ampac, pretendiam superar. A parceria pesquisador-Ibama então se estabeleceu com a preocupação por conta do Projeto Manguezal em manter e fomentar a lisura na gestão da Ampac, principalmente a partir do funcionamento da máquina de gelo que deveria gerar um ativo considerável para a entidade. O receio do coordenador do Projeto Manguezal era que com a venda de gelo e a pouca experiência do corpo gestor da Associação no que diz respeito à administração de recursos, o não cumprimento de determinados princípios éticos daria brechas para a malversação das finanças, pondo em risco os objetivos últimos do subprojeto “Associativismo” do projeto Manguezal.

Minha atribuição nessa parceria seria justamente contornar este caminho, alterando o estatuto da Ampac e construindo, com o corpo gestor, a distribuição dos recursos advindos da venda do gelo para fundos específicos, de maneira a evitar práticas ilícitas. Esta suposição *a priori* indica que necessariamente, pela visão do coordenador do Projeto Manguezal “esperava” certamente a malversação dos recursos. A relação de desconfiança, portanto, parece se estabelecer desde seu nascedouro. Esta parceria não foi formalizada e alguns imbróglis no intermédio revelaram-se. Em primeiro lugar somente quatro integrantes da Associação participavam dos encontros e um conflito latente ali se configurava. Havia uma diferença de visão quanto à destinação dos recursos provenientes da venda do gelo: de um lado o presidente da associação insistia em um fundo para ajuda assistencial aos associados; de outro o vice-presidente acreditava no incremento estrutural da associação. Não havia, entretanto, nenhuma contradição entre as duas posições, mas as discussões provocaram um

⁶ Os princípios associativistas remontam os idos de 1844, da primeira cooperativa surgida: “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, em Manchester, Inglaterra, que investiam em uma alternativa econômica às crescentes e inexoráveis mudanças iniciadas com o advento das revoluções industriais européias.

mal-estar então não percebido por mim. Ainda, as idas a campo respeitavam muito mais a uma agenda do Projeto Manguezal e quase nunca eu conseguia inserir minhas demandas de pesquisador nas viagens da “voadeira” – assim chamada a pequena embarcação de alumínio com motor de popa do Ibama que tornava as viagens mais rápidas e sem o risco de encalhe nos portos enlameados dos sítios dos ribeirinhos que, dependendo da lua, a amplitude da maré variava acima dos dois metros. Saí muitas vezes com a equipe do Projeto Manguezal, sempre, no entanto, a mercê da agenda da equipe do que de minha própria.

Assim fez-se necessária uma revisão da parceria que se acabou rompendo por estas e por outras razões pessoais.

Ademais, uma situação prevista, mas um tanto negligenciada ocorria no campo: as pessoas respondiam muito mais ao Ibama que ao pesquisador. Creio que tenha sido difícil a diferenciação já que muitos dos pesquisadores que freqüentam os ribeirinhos estão a serviço do Ibama ou das ONGs ambientalistas que atuam na região. Os ribeirinhos não diferenciam esses dois grupos de agentes, até porque há uma certa rotatividade de pesquisadores entre as instituições e são sempre os “de fora” que atuam, tendo alguns caravelenses nas funções de marinharia ou apoio de campo. Estes pesquisadores e funcionários das ONGs são conhecidos localmente como “ambientalistas” e assim serão chamados e grafados entre aspas nesse trabalho sempre que me referir a esse grupo, apesar da heterogeneidade de posições e dos conflitos entre essas instituições. Com efeito, aquilo que vim a perceber depois com o desenvolvimento da pesquisa, os ribeirinhos já identificavam. Não posso dizer que os ribeirinhos têm dificuldades de perceber esta diferença, pois na verdade, do ponto de vista do nativo, esta diferença realmente não existe de fato, não é um problema da percepção deles, porém muito provavelmente, a confusão se inaugura certamente porque o mundo dos ribeirinhos é um mundo diferente dos pesquisadores que têm um discurso parecido com o do Ibama, que se traveste de uma aproximação que é diferente dos políticos locais, dos missionários das igrejas. Nesse sentido não faz a menor diferença ser biólogo, oceanógrafo, cientista social ou funcionário do Ibama. Tendemos a não levar a sério a percepção dos ribeirinhos, mas refletindo sobre a questão posteriormente, na tensão que minha inserção no campo exprimiu, qual seja a do pesquisador-militante, era como se os nativos dissessem nas entrelinhas: “ei, moço você vem nos barcos deles, você pergunta tal como eles perguntam, você fala igual a eles, você é amigo deles: você é um deles!” Realmente o que não era claro para mim, desde o início ficou óbvio para eles: eu não estava lá como pesquisador, mas eu seguia a equipe do Projeto Manguezal, era voluntário da instituição. Nessa época, ouvia de

vez em quando um ou outro dizer: “ah vocês do Ibama podiam...”, “gente, o pessoal do Ibama tá chamando aqui!”.

Parti então para outra forma de visita aos ribeirinhos enquanto mantinha o contato com os marisqueiros residentes na sede do município de Caravelas. Encontrava um número bastante considerável de famílias que deixaram seus sítios “na roça” e que vieram morar na cidade. Essas famílias ainda trabalham na terra e no mangue, mas têm hoje outra referência com a vida citadina. Muito frequentemente o contato dos ribeirinhos com a sede do município se dava pelo comércio da feira livre que acontece semanalmente na Rua do Porto (Rua Aníbal Benévolo). Com o número significativo de ribeirinhos morando no Bairro Novo – região de *apicum*⁷ demarcada para o assentamento da população pobre, que à época gerou muita animosidade entre o Ibama, a prefeitura municipal e aquela população – algo pode ter mudado em relação à confiabilidade do Ibama entre aqueles novos moradores da sede⁸. O Bairro Novo não conta com saneamento básico, principalmente com a estrutura de esgotamento sanitário, apesar de ter um posto de saúde e uma escola no local.

Boa parte da população residente é proveniente dos sítios ou “ilhas” ao longo do estuário e a fronteira campo-cidade deve ser aqui discutida. Esses moradores ainda lidam nos seus locais de origem passando boa parte da semana na produção do pescado, na cata e beneficiamento do marisco e nas atividades de lavoura, mas moram na cidade. A sua inserção como residentes do centro urbano pode ter trazido diferenciações significativas quanto ao modo como esses “ex-ribeirinhos” se inserem nas questões comunitárias. Há ali uma praça (Pirão Virado) onde as pessoas se encontram quase sempre pela manhã e no final de tarde onde as conversas são colocadas em dia e onde se configura o espaço público no qual questões importantes são discutidas.

Com o fracasso da parceria com o Projeto Manguezal tentei contato com a Secretaria Municipal de Educação para o desenvolvimento da pesquisa utilizando, de carona, os barcos contratados pela prefeitura para fazer o transporte dos alunos nas três escolas rurais ribeirinhas. Saía geralmente às 5:00 em trajetos que muitas vezes demoravam 2 horas! Infelizmente também ficava ao sabor dos horários escolares perdendo a oportunidade de contato de ribeirinhos dos sítios mais distantes da escola. Todavia a visita aos ribeirinhos se

⁷ O *apicum* ocorre na porção mais externa do manguezal, raramente em pleno interior do bosque e associa-se aos manguezais formando na realidade um estágio sucessional natural do ecossistema [SCHAEFFER-NOVELLI, Y., 1989. Perfil dos ecossistemas litorâneos brasileiros, com especial ênfase sobre ecossistema manguezal. Publicação esp. Inst. Oceanogr., S. Paulo, (7) . pp 1-16.

⁸ Segundo o que me contaram no Bairro Novo, o Ibama defendia a ocupação de outros terrenos distantes do acesso ao rio, mas que constavam no Plano Diretor da cidade como área de expansão urbana. Assim, o Ibama ameaçou expulsar/multar os moradores, criando ou fortalecendo uma animosidade destes com o órgão federal.

deu mais proveitosa que com o Ibama, pois eu tinha todo o tempo do turno da manhã para organizar minha observação e entrevistas. Ainda assim sentia dificuldades no entendimento dos ribeirinhos em relação ao meu trabalho. Mas o fato de desembarcar no barco da escola me dava certa vantagem em relação à outra forma escolhida por ser recebido de modo diferente. Entretanto, no que diz respeito à isenção da minha pesquisa e do meu lugar no campo, ainda estava sob a tensão do entendimento por parte dos ribeirinhos proveniente de um histórico de pesquisas anteriores – visitas aos sítios, questionários, entrevistas – cujos resultados parecem ser poucos divulgados entre a população de maneira geral e sendo, na maior parte das vezes, realizados pelo ou por intermédio do Projeto Manguetal/Ibama.

Com o fim do ano letivo, a atividade de campo se interrompeu por algumas semanas, retornando por conta de um esforço das instituições “ambientalistas” na mobilização comunitária para a criação da Reserva Extrativista do Cassurubá e, no momento em particular, da oposição daquelas entidades frente à proposta da instalação de uma grande fazenda de produção de camarão em cativeiro na região, que conta ainda hoje com o apoio da prefeitura, do governo do Estado da Bahia e de alguns segmentos e autoridades locais e regionais. Como militante, participei ativamente deste esforço de mobilização comunitária, sendo, inclusive, um dos responsáveis pela metodologia de campo. Passei, na companhia de Selmo Serafim, marisqueiro e então presidente da Ampac, praticamente um mês entre os diversos sítios, conversando com as pessoas na tentativa de envolvê-las em torno das questões ambientais em voga (UC e carcinicultura) e pude perceber uma série de nuances que as visitas anteriores não me permitiram, pelas razões já aduzidas.

O alvo, o universo do projeto inicial era a população ribeirinha. Mas vi-me diante de algo que a todo tempo reclamava minha atenção. No início, ia inteirando-me das instituições, das lideranças, dos ditos “formadores de opinião”, da vida quotidiana cidadina. Ao mesmo tempo percebia que havia um início de um debate que começava a tomar corpo, forma e calor. Não ignorava que havia uma política do estado da Bahia de fomento à carcinicultura e que Caravelas constava entre os municípios, por suas condições favoráveis à implementação de maricultura, de maior potencial para o desenvolvimento da atividade. Porém foi no momento em que tomei realmente parte desse debate, que o objeto da dissertação quis se libertar dos grilhões que eu lhe havia ferrado. Antes que eu mesmo tivesse me convencido, o próprio objeto de pesquisa se metamorfoseou: obrigou-me a observar as ações, os discursos, os diferentes agentes, a dinâmica e o contexto das questões ambientais na cidade que se punham em disputa. Assim, foi no processo de campo que o projeto de pesquisa se revelou e maturou,

soltando-se das letras impressas da peça que apresentei na qualificação de mestrado e encarnou na minha observação, girando o foco para outros elementos que pareciam acessórios no projeto inicial.

Os eventos narrados nessa dissertação estão circunscritos a uma visão particular. O que pretendi foi juntar as peças desse quebra-cabeças que não tem forma definida, que outro pesquisador poderia dar outra configuração; não é uma posição definitiva. Apenas pretendo reconstituir o debate que se travou durante o tempo em que estive imerso como pesquisador e como militante do movimento ambientalista de Caravelas. Este trabalho pretende organizar o debate para que possa ser formatado num texto, que pode agora ser divulgado, para que se amplie o debate aqui contido, para que esta sirva apenas como um ponto de referência para outras discussões, para outras abordagens.

Em muitos momentos fui obrigado a consciente e deliberadamente omitir e suprimir certos elementos que poderiam contribuir para o acirramento dos conflitos entre instituições e apartá-los de forma definitiva. A tensão pesquisador/militante me impunha este expediente. Em outros momentos os conflitos foram incisivamente descritos também pela mesma razão. Há alguns fatos que, segundo minha interpretação, devem ser narrados mesmo que isso possa trazer efeitos não desejados. Mas redigi o trabalho respeitando as diferenças dos agentes, as idiossincrasias dos indivíduos que mantêm as organizações e outros que apenas se representam por si sós, para que se evite inviabilizar futuras parcerias e contribuir para o acirramento dos conflitos.

Na verdade foram escolhas. Escolhi suprimir algumas informações que não deveriam ser divulgadas ao público; escolhi dar maior ênfase a outros elementos mais pertinentes à dissertação. Em outras palavras, houve as escolhas do pesquisador e houve as escolhas do militante. Há, portanto, inúmeras lacunas, que não poderiam ser resolvidas com um afastamento, tratando o objeto como objeto *strictu sensu*, mas esse objeto fluido, amorfo, que flutua num magma de perigos (o perigo do rigor acadêmico e o perigo da responsabilidade política) resultou neste trabalho.

Em primeiro lugar a dissertação trata das mudanças a que o trabalho de campo inaugurou. Todas as impressões foram sentidas no sobressalto. Houve, inicialmente, uma dificuldade de definição que foi sendo superada na medida em que assumi que meu projeto teria que mudar em função dos eventos que iam ocorrendo.

Portanto há um universo inscrito no que o pesquisador teve de contato. Minha observação contém uma infinidade de termos que estão dentro de um paralelo espaço-

temporal específico e posso apenas narrar impressões que os sentidos me conferiram.

Além disso, o militante não apenas age, mas observa e observando tensiona o acadêmico. Da mesma forma o acadêmico também age e agindo choca-se com o militante. O grande desafio do objeto a que me dispus observar, não foi separar estas duas instâncias da minha percepção, mas conciliá-las. Uma balança imaginária pendia ora para um lado, ora para o outro. E todo o trabalho está na interação das duas experiências que só podem ser separadas como recurso didático, para que eu possa apresentar ao leitor que os furos constantes no trabalho são, na maior parte das vezes, resultado do peso maior ou menor daquele que tem duas faces, mas que perseguiu as indicações da academia para produzir o texto final.

Finalmente, dificuldades outras também produziram falhas que vão desde os obstáculos naturais da inserção no campo, a aceitação dos agentes em relação ao militante e ao pesquisador (muitas vezes confundido com um biólogo), os conflitos gerados a partir da minha inclusão no campo de disputa, tanto entre os adversários da contenda, quanto entre os próprios parceiros, até a mudança de objeto ocorrida no calor dos acontecimentos. Algumas dessas lacunas eu mesmo pude perceber na elaboração da dissertação, outras ainda estão por se desvelar.

De todo modo, prefiro acreditar que o trabalho apesar dessas lacunas, ao menos se presta a ser uma tentativa de registro dos eventos que estão aqui narrados. Um registro que permite uma revista, que é ao mesmo tempo uma construção e uma reconstituição dos fatos a que a pesquisa foi submetida. É esta complexidade que inspirou todo o esforço de conclusão da dissertação e é com ela que apresento os eventos que se materializam agora nesse trabalho.

* * *

Em 10 de novembro de 2005, o CRA/BA – órgão ambiental do estado da Bahia, realizou uma Audiência Pública como parte do processo de licenciamento do empreendimento carcinicultor da Coopex – Cooperativa de criadores de camarão do Extremo Sul da Bahia. Antes porém um certo número de pessoas entre estudantes, professores, membros e colaboradores das ONGs atuantes na área, grupos de jovens, movimento cultural e voluntários se dispuseram a desconstruir o discurso dos “empreendedores” e seus prepostos que se baseavam na oferta de empregos e na sustentabilidade ambiental do empreendimento. Diversas estratégias foram delineadas para de um modo ou outro envolver a comunidade na questão da carcinicultura e conseguir apoio para a oposição ao empreendimento.

Neste momento eu fiz parte neste cenário como voluntário deixando bem clara minha posição contrária ao viveiro de camarão, oferecendo meus braços para a mobilização comunitária em torno da questão. Estive, através do esforço dos agentes “contra” o empreendimento em variadas reuniões comunitárias, quando se apresentava as experiências da carcinicultura em outros estados do Brasil. Acabei sendo aceito pelos integrantes do movimento ambientalista local e fui sendo envolvido nas questões políticas que se apresentavam.

Características geográficas do estuário

Entre os municípios de Caravelas e Nova Viçosa, ocorre o principal complexo estuarino do Banco dos Abrolhos, *Área Prioritária* para conservação da biodiversidade marinha e costeira do Brasil, segundo o Ministério do Meio Ambiente. Esse complexo estuarino, com aproximadamente 11.000 ha de manguezais, restingas e ecossistemas associados, encontra-se ainda hoje relativamente bem conservado e abriga uma população residente nas ilhas e sítios espalhados pelo estuário que, há gerações, se apropria dos recursos naturais sem promover sua degradação.

O manejo sustentável dos recursos naturais por parte dessa população a caracteriza, segundo Diegues⁹, como uma cultura tradicional que se relaciona com a natureza e entre si segundo certas formas que alcançam uma dimensão histórica. A pesca e a mariscagem praticadas nos moldes de uma pequena produção mercantil constitui a base da produção e da organização social dessas famílias. Os ribeirinhos, de modo geral, praticam a pesca e a pequena lavoura, cujos produtos eventualmente são comercializados nas feiras livres que ocorrem semanalmente nos municípios de Nova Viçosa e Caravelas. Poucos são os que dispõem de equipamentos mecanizados, sendo mais comum encontrarmos bateiras e canoas a remo para a pesca e mariscagem; e os instrumentos rudimentares para a atividade agrícola. Assim, as aproximadamente 350 famílias distribuídas de modo esparsa pelas margens dos rios, estão secularmente sob a influência de tensões de diferentes naturezas. O manguezal que lhes impõe um ritmo de vida consoante às variações de maré, aos ciclos dos bichos; sua produção em termos de seu valor de troca (produtos comercializados na feira livre) e valor de

⁹ DIEGUES (2000), A. C. *O Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.

uso (o esteio proveniente das árvores para a construção de casas pelos próprios ribeirinhos, a manufatura dos remos, a lenha para o fogão); sua relação com o poder local e com as instituições ambientalistas, e finalmente, a dinâmica das relações intra e interfamiliares. De acordo com a perspectiva de alguns autores, esta gama de registros que relacionam os ribeirinhos com o mundo ao seu redor os caracterizam como *população tradicional*, cujo modo de vida defende-se que deve ser preservado pela sua importância cultural, social e econômica.

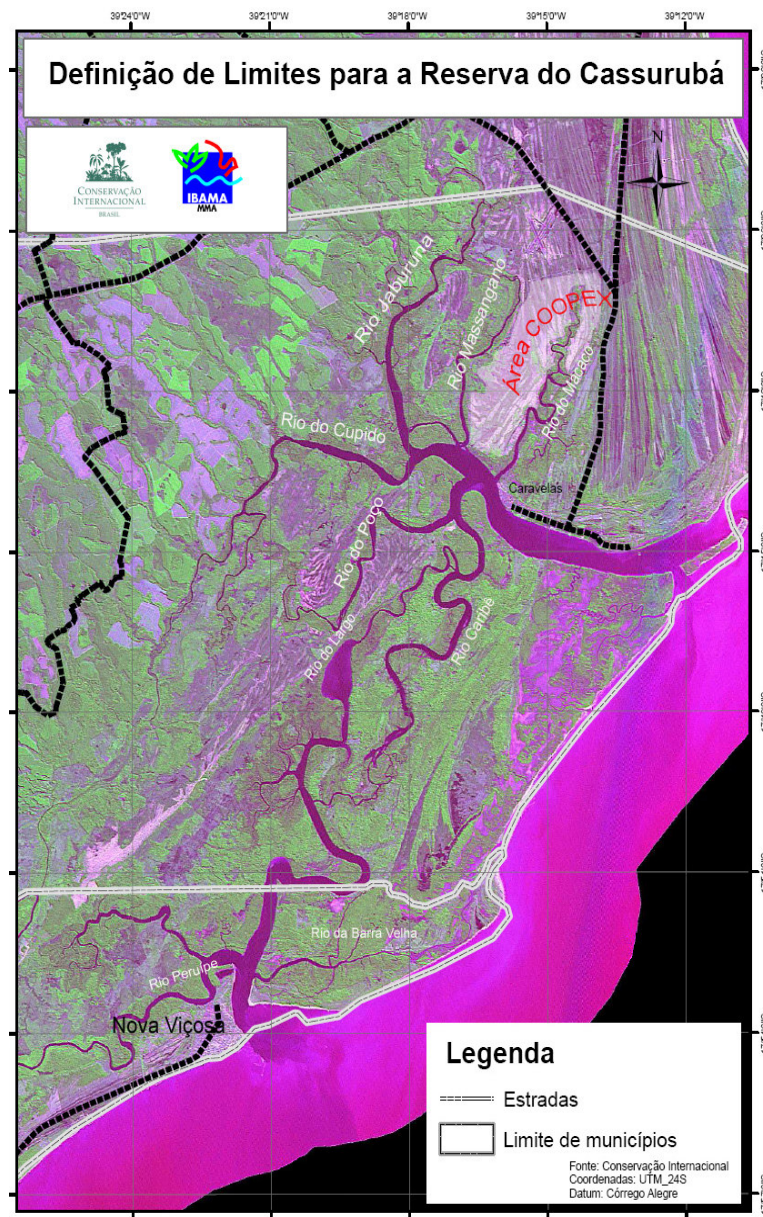


Figura 1: O complexo estuarino de Nova Viçosa e Caravelas. Imagem gentilmente cedida pelo Programa Marinho da Conservação Internacional do Brasil

A questão ambiental no município de Caravelas

É necessário, antes de tudo que façamos uma contextualização da questão ambiental no Município de Caravelas, nestes últimos tempos.

Há uma proposta de produção de camarão em cativeiro em processo de licenciamento sob a competência do CRA/BA (Centro de Recursos Ambientais do Estado da Bahia). As nuances de um evento anterior, uma Audiência Pública como parte do processo de licenciamento de carcinicultura, influenciaram sobremaneira as estratégias de mobilização comunitária para a criação da UC.

A carcinicultura, atividade em franco crescimento principalmente no Nordeste do país, vem sendo fomentada pelo Programa de Desenvolvimento da Aqüicultura e da Pesca, da Bahia Pesca S/A, empresa ligada à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia. A carcinicultura no Nordeste é responsável por 96,5% da produção brasileira de camarão em cativeiro e a Bahia é o terceiro produtor com 13,15%.¹⁰ Esta atividade, altamente poluidora, tem gerado polêmica entre os diversos setores da sociedade.

A produção de camarões em cativeiro foi responsável, desde meados da década de 1990, por um aumento de 83,5% na produção nacional de camarão, passando o Brasil para o 8º produtor mundial.¹¹ A carcinicultura vem sendo propalada por autoridades e instituições diversas como uma atividade econômica que gera significativas divisas ao país. Não obstante, os impactos sócio-ambientais do agronegócio do camarão em cativeiro estão sendo encobertos nos discursos dos produtores e fomentadores da atividade. Diversos estudos vêm sendo realizados no tocante aos impactos da carcinicultura no Brasil e no mundo. Segundo Meirelles,

O Relatório do Deputado Federal João Alfredo (relator do GT-Carcinicultura) para a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal, caracterizou danos sócio-ambientais de elevada magnitude no ecossistema manguezal do nordeste brasileiro.

(...) Constatou-se que os viveiros de camarão promoveram: i) desmatamento do manguezal, da mata ciliar e do carnaubal; ii) extinção de setores de apicum; iii) soterramento de gamboas e canais de maré; iv) bloqueio do fluxo das marés; v) contaminação da água por efluentes dos viveiros e das fazendas de larva e pós-larva; vi) salinização do aquífero; vii) impermeabilização do solo associado ao

¹⁰ Dados da ABCC (Associação Brasileira de Produtores de Camarão).

Disponível em : <http://www.abccam.com.br/images/cent-08.jpg>

Acesso: 15/12/2005

¹¹ BATISTA e TUPINAMBÁ, *A carcinicultura no Brasil e na América Latina: o agronegócio do camarão*.

Disponível em: <http://www.rebrip.org.br/publicue/media/A%20carcinicultura.doc>

Acesso em 18/12/2005.

ecossistema manguezal, ao carnaubal e á mata ciliar; viii) erosão dos taludes, dos diques e dos canais de abastecimento e de deságüe; ix) ausência de bacias de sedimentação; x) fuga de camarão exótico para ambientes fluviais e fluviomarinhos; xi) redução e extinção de habitats de numerosas espécies; xii) extinção de áreas de mariscagem, pesca e captura de caranguejos; xiii) disseminação de doenças (crustáceos); xiv) expulsão de marisqueiras, pescadores e catadores de caranguejo de suas áreas de trabalho; xv) dificultou e/ou impediu acesso ao estuário e ao manguezal; xvi) exclusão das comunidades tradicionais no planejamento participativo; xvii) doenças respiratórias e óbitos com a utilização do metabissulfito; xviii) pressão para compra de terras; xvii) desconhecimento do número exato de fazendas de camarão; xix) inexistência de manejo; xx) não definição dos impactos cumulativos e xxi) biodiversidade ameaçada.¹²

Em Caravelas, uma proposta de implementação de carcinicultura encontra-se em processo de licenciamento pelo CRA/BA. A Cooperativa dos Produtores de Camarão do Extremo Sul da Bahia - Coopex, pretende instalar entre os canais estuarinos dos rios Macaco e Massangano uma fazenda com 1.500 ha, que virá a ser a maior do país. Em 10 de novembro de 2005 houve, no Clube dos 40, em Caravelas, uma Audiência Pública, como parte do referido processo de licenciamento. Na audiência foi apresentado o EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental) da empresa Plama – Planejamento e Meio Ambiente Ltda. Tal documento foi duramente criticado durante toda a audiência, quando diversas autoridades em seus saberes de referência encontraram um sem número de inconsistências e contradições. Uma equipe técnica de diversos profissionais das diferentes áreas do conhecimento produziu então um documento intitulado “Parecer Independente e questionamentos sobre o EIA-RIMA do projeto de Carcinicultura da Cooperativa de Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia – Coopex”. Segundo o documento:

O que motivou a ampla mobilização para elaboração do presente parecer foi a constatação de que o empreendimento, caso seja licenciado e efetivado, trará vultuosos impactos sobre as comunidades tradicionais extrativistas de Caravelas e Nova Viçosa, bem como sobre um dos maiores patrimônios naturais da costa brasileira - o Complexo dos Abrolhos. As conclusões relatadas a seguir são baseadas em dados científicos da mais alta confiabilidade, bem como numa análise crítica da literatura científica e de documentos técnicos que demonstram o rastro de degradação social e ambiental que a carcinicultura vem deixando na costa brasileira, além da vasta experiência dos profissionais aqui reunidos, na análise das questões relacionadas à conservação e uso sustentável dos recursos naturais marinhos e costeiros.¹³

¹² MEIRELLES, Jeovah. *Carcinicultura: desastre sócio-ambiental no ecossistema manguezal do nordeste brasileiro*. s/d, mimeo.

¹³ *Parecer Independente e questionamentos sobre o EIA_RIMA do projeto de Carcinicultura da Cooperativa de Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia (COOPEX)*, Caravelas, 2005. mimeo.

Na figura abaixo, reconhece-se o recorte da área dos tanques a ser utilizada pela carcinicultura, entre os Rios do Macaco e Massangano. Percebe-se a área em vermelho bem próxima ao aeroporto de Caravelas. Além do enorme volume de água doce disponível e a facilidade geográfica proporcionada pelo desenho hidrográfico do estuário, a fazenda da Coopex também conta com acesso terrestre via BR-418 – que se encontra em fase de asfaltamento, além da já citada proximidade com o aeroporto. Percebemos as dimensões do empreendimento. As células em vermelho indicam onde seriam construídos os tanques de camarão. O polígono da Resex se sobrepõe à área da carcinicultura, portanto o que impediria definitivamente a instalação do empreendimento da Coopex seria a decretação da Unidade de Conservação antes que todo o processo de licenciamento da carcinicultura haja sido concluído.

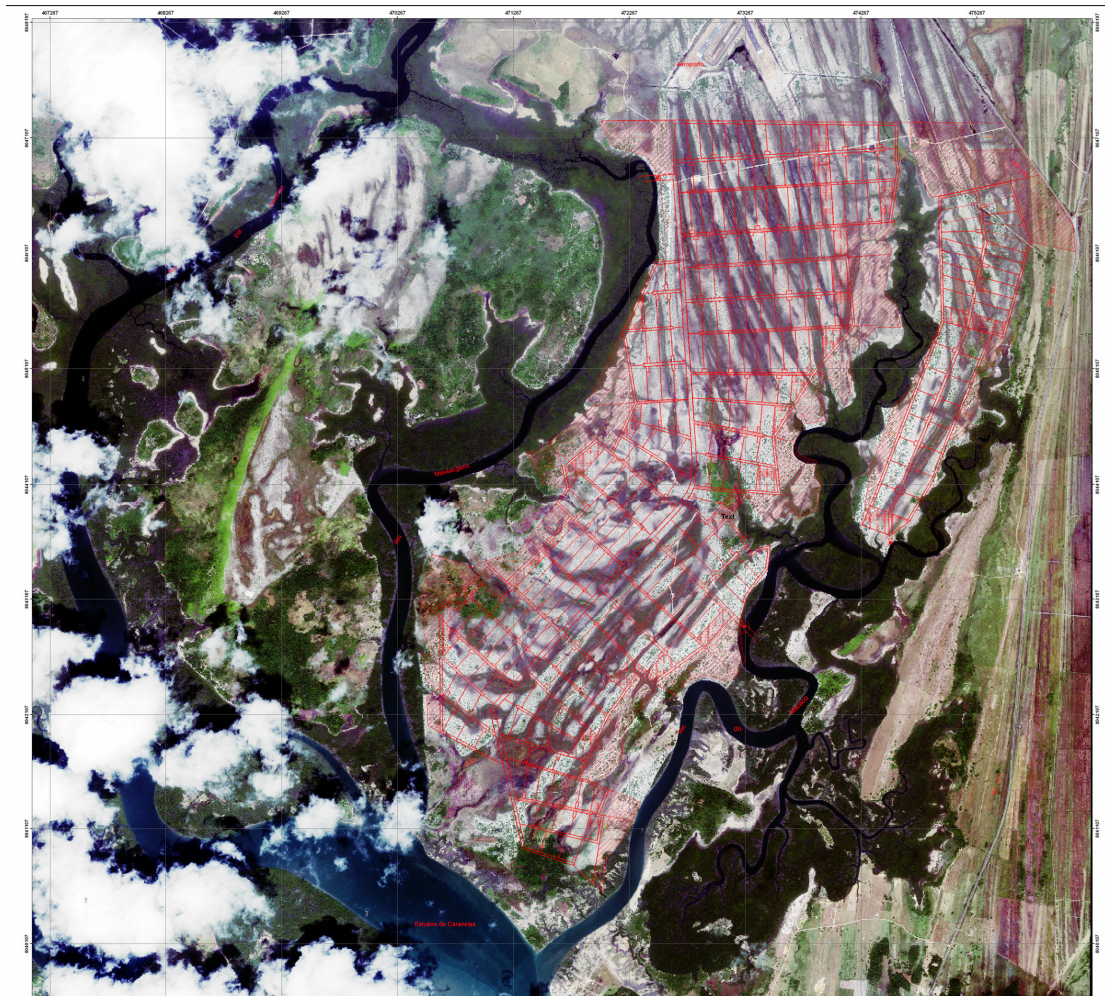


Figura 2: Área proposta para carcinicultura. Imagem Ikonos (Resolução Espacial 4m, Resolução Radiométrica 8bits) Dezembro de 2004. Escala 1:10.000. Plama, 2005.

O que nos interessa para trabalho é que o debate e os discursos sobre o empreendimento, na esfera local, vêm sendo conduzidos de maneira confusa, e por vezes truculenta. Os impactos sócio-ambientais estão sendo camuflados pelo argumento que a carcinicultura irá gerar no município cerca de 3000 vagas para os trabalhadores de um município que, dentre as suas maiores carências, está a falta de acesso dos jovens ao mundo do trabalho.

Desde que os empreendedores iniciaram a divulgação do projeto no município, uma intensa e preocupante campanha publicitária está sendo realizada com o apoio da Prefeitura Municipal de Caravelas (publicação de folhetos, painéis, divulgação em rádio, dezenas de reuniões com associações locais na Câmara de Vereadores e nas escolas). A referida campanha vem trazendo informações manipuladas e distorcidas sobre a carcinicultura no Brasil que, na realidade, revela um histórico de degeneração ambiental e social por onde passa.¹⁴

A campanha em favor da carcinicultura transforma-se, na ordem dos acontecimentos, numa campanha contra a criação da UC no município, pois o polígono proposto para a Reserva Extrativista do Cassurubá se sobrepõe à área proposta para a fazenda de camarão.

O Ibama e as ONGs ambientalistas da região têm sofrido muitas acusações, principalmente da prefeitura e seus prepostos, quanto à importância dessas instituições questionando-se sua contribuição ao município. A reação conservadora da prefeitura e dos empresários da carcinicultura nomeou o grupo de oposição à carcinicultura como “ambientalistas”, indivíduos “de fora” que impedem o desenvolvimento da região. A campanha deflagrada continua ainda em curso e seus resultados dificultaram sobremaneira a discussão relativa à criação da UC.

Pela urgência revelada no contexto, expressa na antinomia carcinicultura *versus* reserva, as duas propostas estão hoje extremamente imbricadas. O exíguo tempo em que tanto a proposta de carcinicultura quanto a proposta de criação da UC vieram a público, confundiu de modo patente os munícipes de modo geral. De fato, com a criação da UC, dificilmente um empreendimento como a carcinicultura poderá ser instalado. No entanto, a construção da idéia da UC já vem de longa data, não obstante a articulação para a criação da UC tenha se feito de modo urgente.

¹⁴ *Id. Ibid.*, p.7.



Figura 3: Passeata na Rua Barão do Rio Branco, Caravelas, contra a implantação da fazenda de camarão. Foto: Cecília Mello

Todas as considerações adiante aduzidas nesse trabalho deverão ser lidas com a tensão proveniente desse conflito. Uma interpretação que perca de vista essa apreciação deixaria de fora da análise matizes essenciais para o entendimento global de todo o processo.

À época de toda a movimentação por ocasião da Audiência Pública da Coopex, diversos atores começam a interagir. O coordenador do Projeto Manguezal, vinha projetando em diversos pontos da cidade, nas escolas e em reuniões com a população ribeirinha, uma série de imagens e números sobre os impactos negativos da carcinicultura em outras localidades. Já há algum tempo que o nome “carcinicultura” estava sendo propagado como atividade poluidora e que traria riscos para o município e sua população. Esse documento foi disponibilizado para as outras instituições que dispunham do equipamento de projeção (Instituto Baleia Jubarte, CI-Brasil, Parnam Abrolhos), para o reforço na campanha de informação. Outros vínculos foram então estabelecidos ou fortalecidos entre os opositores à carcinicultura. Participavam das reuniões promovidas pelos atores mais engajados, desde professores, grupos de jovens, representantes das ONGs e de grupos locais, até os próprios marisqueiros e pescadores. Iniciava-se então uma grande mobilização contra o projeto de carcinicultura que, além de informativa, também tinha um caráter de politização da população. O movimento manteve-se intenso até a sua dispersão por conta das festas de fim de ano, à redução do esforço de mobilização dos “empreendedores” nas comunidades e à concentração de esforços das ONGs e do Ibama local no processo de criação da UC. Soma-se

a isso também uma dificuldade patente do “movimento ambientalista” local na questão da comunicação. Uma das críticas mais contundentes feitas alhures por alguns parceiros e independentes à equipe de mobilização para a criação da Resex foi a negligência em relação ao diálogo com os outros agentes direta ou indiretamente envolvidos tais como: outras associação de moradores, e de classe, grupos de jovens, militantes individuais. Isso se explica, em parte, pelo ambiente dinâmico e urgente que o contexto se apresentou. Era preciso, de um momento a outro, organizar a estratégia de campo e alguns dos agentes envolvidos na oposição à carcinicultura viram-se alijados do processo. Tal entendimento pode ter levado a uma certa antipatia para o apoio ao processo de mobilização.

Problemática

Eu pretendia estudar a reprodução social dos ribeirinhos dos manguezais de Caravelas e Nova Viçosa, mas aterrissei em um momento ímpar de uma mobilização comunitária intensa em torno das questões ambientais. Algo parecido acontece poucos anos atrás, quando Cecília Mello, à época mestranda em antropologia do Museu Nacional/UFRJ, inicia em Caravelas seu trabalho de campo. Esperava ela encontrar um local interessante para se estudar as questões sócio ambientais. Todavia incomodou-se com o modo como algumas instituições ambientalistas se comportaram perante a instalação do Terminal de barcaças da Aracruz Celulose, que, segundo a hoje doutoranda daquela mesma instituição, pareciam estar mais interessadas em aferir benefícios com as *condicionantes ambientais*, contrapartida para a “sociedade” pelos impactos produzidos pela instalação daquele enorme porto.¹⁵ Também a pesquisadora migrou para outro universo e outro objeto de estudo, devido às impressões que o trabalho de campo lhe proporcionou.

As dificuldades encontradas no campo bem como o que se apresentava nos momentos em que estive imerso no mundo social da cidade, impuseram-me à uma radical revisão do meu objeto de pesquisa. Não podia deixar de narrar esta experiência, valendo-me a pecha de uma irresponsabilidade acadêmica, uma miopia frente aos acontecimentos e eventos sociologicamente tão ricos. Provavelmente parece ter sido aqui que eu começava a acreditar realmente que a separação sujeito-objeto não poderia se dar, mas penso que justamente o fato

¹⁵ Segundo a pesquisadora: “Eu encontrei uma situação de consenso e não de conflito, e não quero estudar a perpetuação das relações de força e sim seus pontos de clivagem e rearticulação. Mudei de objeto principalmente porque as ferramentas que eu dispunha então, isto é, entrevista e pouco período de campo, não me permitiriam estudar as mudanças moleculares no devir dos agentes sociais ou “ambientais” em questão. Consegui isso estudando o movimento cultural [Arte Manha]”.

de poder ter percebido este empate, eu tenha me convencido que era preciso mudar radicalmente meu objeto de estudo, mesmo que isso me impusesse a prorrogação da entrega do trabalho. Aliando estas preocupações com outra de natureza subjetiva, qual seja a da forma com que vejo o mundo e do meu comprometimento com a utilidade e pertinência do trabalho intelectual, mesmo que ainda esteja engatinhando na seara acadêmica, percebi então que deveria questionar o que estava fazendo e redefinir meu projeto de pesquisa. O risco se apresenta então na mudança dos pressupostos teóricos a que eu me debrucei naquele intuito primevo e no que tive que torcer para tentar extrair dali algum caldo.

Esta dissertação pretende narrar esta série de eventos de ordem “ambiental” na qual diversos agentes e segmentos sociais puseram-se à ação com o fito de transformar a realidade do mundo em seu redor. Aparentemente estas questões se polarizaram: de um lado a Prefeitura Municipal seu secretariado e funcionários, a Câmara dos Vereadores, Colônia de Pescadores, instituições como o Rotary, a Loja Maçônica, comerciantes, associações de moradores e de classe; de outro as ONGs ambientalistas, os dois Ibama – Projeto Manguezal e Parnam Abrolhos, outras associações, um movimento cultural, alguns marisqueiros e pescadores e outros cidadãos. Alguns segmentos, como o turismo não se dispuseram a se manifestar. Outros foram mais incisivos na disputa das “verdades” que se estabeleceu desde a preparação para a instalação da carcinicultura até o processo de mobilização para a criação de uma Unidade de Conservação de Uso sustentado. Estas duas “verdades” acabaram por se tornar excludentes, como pretendemos desenvolver nos capítulos II e III.

Ainda, por minha disposição para as questões políticas e comunitárias que remontam os tempos do Movimento Estudantil na UERJ, vi-me optando por uma daquelas “verdades” e participei ativamente na militância contra a carcinicultura e pró-Resex. As dificuldades que se apresentaram então no campo foram enormes. Do mesmo modo que entendi que me apresentando com a “bateira” do Ibama na comunidade ribeirinha teria problemas com a espontaneidade e veracidade das respostas nas entrevistas, mais complicado foi ainda levantar algumas informações com os “parceiros” de militância e com os “adversários”. Os primeiros com o receio que as informações que eu acaso obtivesse pudesse jogar uns contra os outros; os segundos porque eu poderia me utilizar delas em favor de meu grupo.

Estas dificuldades não são prerrogativas de meu trabalho em particular, mas já foram exaustivamente discutidas principalmente na antropologia e na etnografia, sobre a inserção do

pesquisador no campo e a questão da autoridade etnográfica como nos ilustra DaMatta¹⁶ e Velho¹⁷ lá, e Clifford¹⁸ e Geertz aqui.¹⁹

Roberto DaMatta em “O ofício do etnólogo ou como ter *anthropological blues*” propõe que o pesquisador deve transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico. Sugere também que se deve humanizar a experiência etnológica, incorporar a subjetividade, o sentimento e a emoção no processo de conhecimento antropológico. Quer quebrar a dissociação entre as atividades intelectuais e as emoções. “Em antropologia é preciso recuperar o lado extraordinário das relações pesquisador/nativo.” (DAMATTA, 1978, p.35)

Em “Observando o familiar” Gilberto Velho afirma que o familiar tem a ver com relações de poder que organizam, mapeiam as categorias sociais – se tal familiariza o pesquisador em relação ao outro, não quer dizer que se conheça as cosmovisões, o que subjaz da interação de diferentes atores. “O grau de familiaridade varia, não é igual a conhecimento, mas pode constituir-se em impedimento se não for relativizado e objeto de reflexão sistemática”. (VELHO, 1978, p.41)

Para James Clifford a etnografia deve ater-se também a um debate político-epistemológico sobre a escrita e a representação da alteridade. (CLIFFORD, 1998) Que autoridade tenho eu para falar do outro, do marisqueiro, do ribeirinho? Como posso descrever aquela comunidade e como posso falar dos agentes envolvidos nas questões ambientais, mesmo sendo parte do processo? Insiro-me como pesquisador e como militante e esta dupla identidade pode me impedir de separar o que é da observação minuciosa e rigorosa da atividade científica e o que, de outro lado, pertence à subjetividade, ao modo como percebo e atuo no mundo. Ainda encontro-me na dúvida do poder da caneta acadêmica. Se seguir as orientações do autor, posso comunicar sob diferentes formas: a heteroglossia, que me permite Clifford, a apresentar com propriedade os diferentes agentes envolvidos. Uma língua é a do militante, a outra do pesquisador. Se ainda conseguisse apartá-las, mesmo que idealmente, não disporia de meios para comunicá-las em separado. Este trabalho estará todo o tempo influenciado por estas duas linguagens e se não é possível divorciá-las o mérito é ao menos reconhecer sua existência. Não obstante, as considerações de autores pós-modernos como Clifford repousam numa epistemologia que pode ser discutida na medida em que supõe uma

¹⁶ DAMATTA (1978) “O ofício do etnólogo ou como ter *anthropological blues*” In: Nunes (org) A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar.

¹⁷ VELHO, G (1978) “Observando o familiar” In: Nunes (org) A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar.

¹⁸ CLIFFORD, J.(1998) “Sobre a autoridade etnográfica” In: A experiência etnográfica. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ

¹⁹ GEERTZ, C. (1978) “A interpretação das Culturas” Rio de Janeiro: Zahar.

separação radical entre sujeito-objeto e crê na existência de identidades. Então como separar minha atividade científica da forma como eu percebo e atuo no mundo? O que percebi que precisava fazer era não tomar partido *a priori* de um dos lados dessa contenda, tentar tratar dos diferentes sujeitos como se estivessem num mesmo plano.

A complicação está, também, em compreender o que nos ensina Geertz sobre vácuo epistemológico no entendimento da cultura dos nativos: como posso reconhecer e descrever a cultura nativa, dando-lhe validade científica?²⁰. Disse o autor que a atenção do etnógrafo para a ação social permite captar os aspectos culturais, pois é do “ponto de vista dos nativos” que ele parte. A análise cultural, ademais, não deve prescindir da coerência dos fatos, mas não é na coerência que se encontra o fundamento principal, porquanto *cultura* trata de um contexto, ou, nas palavras de Geertz, “sistemas entrelaçados de signos interpretáveis”(GEERTZ, 1989, p.24). O conceito-chave é interpretação, uma *fictio*, no sentido de uma construção, a partir da descoberta do antropólogo em relação ao que os nativos pensam o que estão fazendo.

O etnógrafo “inscreve” o discurso social: *ele o anota*. Ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente. (GEERTZ, 1989, p.29)

Talvez possamos problematizar a questão se entendermos que aquela produção etnográfica, na medida em que se encontra cerrada em um momento específico, o da notação, desata o nó da verdade. Segundo Prigogine²¹, “o conhecimento não pressupõe apenas o vínculo entre o que se conhece e o que é conhecido, ele exige que esse vínculo crie uma diferença entre passado e futuro.” (PRIGOGINE, 1996, p.157)

Prigogine defende que o futuro não é dado, pois vivemos o fim das certezas. Quer superar o paradigma newtoniano e constrói seu argumento a partir das instabilidades e teima que as leis da natureza “não tratam mais de certezas morais, mas sim de possibilidades” (PRIGOGINE, 1996, p.159). Transladado para o exercício teórico a que submeto minha pesquisa, este argumento me autoriza a negar os procedimentos positivistas e tentar encontrar uma saída um tanto mais livre para as opções “incertas” que o decurso do trabalho de campo tomou.

²⁰ De fato, a cultura nativa não precisa da ciência pra ser válida. Aliás, ela não precisa de validação de ninguém. Existe, é interessante e merece ser estudada. Agradeço a antropologia de Cecília Mello que me chamou atenção para esta questão.

²¹ PRIGOGINE, I.(1996). O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: UNESP

Hector Leis²² nos conta que estamos assistindo uma “borboletização” da sociologia. A disciplina, segundo o autor, perdeu-se na excentricidade moderna e vive uma crise interna. Esta crise se assemelha a borboleta que quer ser borboleta sem passar pelo estágio de lagarta; uma “moralização do social” que perde sua conexão com a interdisciplinaridade. Quero crer que posso contribuir para que a abordagem que pretendo na pesquisa, não se comporte com a avaliação que este autor sustenta.

Edgar Morin²³ apresenta a concepção do homem como conceito trinitário, sem redução nem subordinação de um termo a outro: o homem é, ao mesmo tempo, indivíduo, espécie e social e por hora nos salva do paradigma positivista.

Ora, o observador que observa, o espírito que pensa e concebe, são eles mesmos indissociáveis de uma cultura, e, portanto, de uma sociedade *hic et nunc*. Todo saber, mesmo o mais físico, submete-se a uma determinação sociológica.(MORIN, 2003)

O que também se pretende é superar a perigosa dissociação indivíduo/sociedade. Foi Elias²⁴ quem se dedicou a aliar os campos das abordagens, fundamentadas ora naquela escola que permite olhar os acontecimentos e formações históricas com ênfase na sociedade como organismo supra-individual, que existe desde sempre; ora nas ações individuais e seu sentido, mudando o curso dos acontecimentos. De fato, sem que tomemos a questão ambiental de Caravelas e os conflitos daí advindos com peso em uma ou outra dessas abordagens, precisamos apreender a série de eventos, compreendendo sua dinâmica nos múltiplos vieses da teoria. Corremos o risco de transformar uma questão aparentemente simples num indefinido Frankstein. Contudo, vejo que há uma experimentação fecunda nesse intento. Não podemos desconectar a relação dos indivíduos/agentes envolvidos nessa trama do seu mundo sócio-histórico nas dimensões das particulares de seu *background*, tampouco separarmos, como adiante nos mostrou Morin, de sua essência biológica (talvez não nos seja possível conhece-la por qualquer método científico disponível, mas é imprescindível reconhecer sua existência) Essas esferas imbricadas e indissociáveis irá nos permitir, ao mesmo tempo, conferir ao trabalho uma concepção holística dos fatos narrados. Este risco tenderá a ser superado, sem prejuízo da forma, com o benefício da dúvida, da indução ao erro, que

²² Leis, H. Ricardo.(2000) “Atristeza de ser sociólogo no século XXI” Texto apresentado no GT de Teoria Social no XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 17 a 21 de outubro de 2000, Caxambu, MG.

²³ MORIN, Edgar (2003) “Introdução geral: o espírito do vale”. **In:** *O método: a natureza da natureza*. Porto Alegre, ed. Sulina. pp 21-40

²⁴ ELIAS, N (2002). *A sociedade dos Indivíduos* (1939) **In:** *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, pp. 11-60

certamente devemos incorrer. Prefiro acreditar que compomos uma tentativa – mesmo que frustrada – em relatar os eventos sem a preocupação em nos fiarmos em tal ou tal escola de pensamento. Disse ainda Leis que “as ciências sociais de modo geral continuam ainda atribuindo legitimidade às instituições imaginadas por autores que, de acordo com a ciência contemporânea, apresentam concepções quase mitológicas da natureza humana.” (LEIS, 2000, p.9)

Desta forma, todo o registro até o momento ganhou novas nuances com a possibilidade de viabilizar, de modo pragmático, a consecução desse objetivo prévio. Tenho ainda o suporte de Alfred North Whitehead²⁵ para perceber que o decurso dos fatos são “eventos” relacionando espaço e tempo, não dissociáveis da natureza física em circunstâncias determinadas. Percebo, com o aporte do autor, uma série estruturada de eventos inter-relacionados e como os diversos agentes tentaram explicitar o que pensavam daquela realidade e como se deu a apreensão daqueles eventos. Estes eventos são, para o autor, irreconhecíveis, mas foram percebidos como “objetos dos sentidos”. O que se apresenta para a apreensão sensível é o evento, o fato fundamental e a “natureza nos é conhecida, em nossa experiência como um complexo de eventos passageiros (WHITEHEAD, 1993, p.195)” Talvez seja bastante difícil para mim o resgate da apreensão dos agentes em termos do que manifestaram nas entrevistas e na observação de campo, nos fóruns e reuniões colegiados, nas mensagens via Internet, no enfrentamento das idéias (e dos agentes de ambos os “lados”) nos eventos. Todavia algo do que cada qual acredita e me comunicam por meio das entrevistas de campo e da observação e avaliação de suas atitudes frente a novos eventos, está irreversivelmente concretizado. Também eu sou parte da história, pesquisador-objeto. Jamais poderei esquecer-lo e todo o texto estará sujeito às vicissitudes e benefícios dessa premissa. Os fios acadêmico e militante estão enrolados de forma irreparável.

No primeiro capítulo pretendo apresentar um breve histórico do município de Caravelas com apoio de literatura já produzida. A cidade já passou por diversos ciclos econômicos e se arvora de existir há 503 anos. Viveu a colônia, o Império e a República e diversas transformações da paisagem se configuraram ao longo de sua história. A cidade já se organizou para a pesca da baleia e para o plantio do café. Um enorme porto foi construído para o escoamento do café (Caravelas já foi o maior produtor da cultura da província da Bahia). A pesca da baleia dinamizou a economia e cultura do município e até hoje a cidade

²⁵ WHITEHEAD, A.N. (1994) O conceito de Natureza. São Paulo, Martins Fontes.

produz a “festa da baleia”, diferentemente da visão de outrora, hoje a baleia jubarte é o símbolo de preservação e anima o turismo náutico associada à visita ao Parque Marinho dos Abrolhos. A estrada de ferro Bahia-Minas foi construída com o intuito de escoar a madeira que vinha sendo explorada no norte de Minas Gerais. Simbolicamente, a estrada de ferro representa hoje os tempos de bonança e ascensão social na cidade que se quer retornar. Ponta de Areia ainda preserva o casario neo-clássico em lamentáveis condições de preservação. A cidade também experimentou a vinda de engenheiros norte-americanos responsáveis pela construção do aeroporto de Caravelas, base da Força Aérea Brasileira, na época da Segunda Grande Guerra. Ultimamente a monocultura do eucalipto expande sua fronteira grassando todo o extremo sul da Bahia em direção ao norte. Pretende-se então relacionar a história do município com esses movimentos econômicos, tentando explicitar as mudanças na paisagem e interpretando-os sob o prisma de uma percepção agroambiental da região.

No segundo capítulo e no terceiro capítulo, cerne do trabalho, procuro percorrer a trajetória do confronto das idéias em torno da questão ambiental no município. O marco inicial pode ser identificado no protocolo na Câmara Municipal de Caravelas de um abaixo-assinado da Associação de Moradores ribeirinhos de Caravelas que se iniciasse as discussões acerca da criação de uma Unidade de Conservação de Uso sustentado, em 2003. Algum tempo depois, a contenda originada pela proposta de carcinicultura já se configurava. A Resolução Normativa nº 12 do COMDEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente, de fevereiro de 2004 dispunha sobre a Área de Proteção Permanente que restringiria a instalação da fazenda de camarão proposta pela Coopex – Cooperativa de Produtores de Camarão do Extremo Sul da Bahia. A partir desses marcos o conflito envolvendo o movimento ambientalista local e a prefeitura municipal recrudesceu e iniciou-se um processo de mobilização comunitária em torno das questões relativas ao apoio ou oposição à carcinicultura. Neste momento procura-se identificar o perfil das instituições e grupos no jogo político e o modo como tais grupos e instituições dispuseram-se, cada qual com sua estratégia específica, a “convencer” a comunidade caravelense dos benefícios ou riscos da implantação do empreendimento. Logo após a Audiência Pública, em 10 de outubro de 2005, uma outra proposta é novamente aventada pelo grupo ambientalista local: a criação de uma Unidade de Conservação. Este movimento já havia iniciado há tempos atrás, mas foi justamente nesse momento que o “grupo ambientalista” avaliou ser o mais adequado para o esforço de criação da UC. Da mesma forma que houve uma oposição ao empreendimento da carcinicultura, também neste caso, a Prefeitura, a Câmara dos Vereadores, a Coopex e outras instituições

mobilizaram-se em torno da oposição ao projeto de criação da UC. Os diversos agentes que participaram dessa contenda tiveram cada qual sua impressão. Nenhum dos dois processos estão resolvidos formalmente no momento da redação deste texto.

Na última parte, faço algumas considerações finais sobre o processo, avaliando as diversas atuações. Com a publicação da Zona de Amortecimento do Parque Marinho dos Abrolhos²⁶, o conflito se amplia. Diversas matérias vem sendo veiculadas que envolvem desde a atenção do Senado, do Ministério Público e da mídia impressa e virtual. Também se pretende discutir os mecanismos de controle social em ambos os “lados” e como outras questões evidenciaram-se paralelamente à contenda. O embate de idéias se configurou ora como disputa do poder local, ora como medição de forças entre um órgão federal e a prefeitura, ou ainda na concorrência em torno da credibilidade das instituições e outras questões que se revelaram no decurso do processo contencioso.

²⁶ Ver Anexo G.

CAPÍTULO I

O exercício de uma história ambiental da região do Extremo Sul baiano: diferentes versões do mesmo paradigma.

Nunca foi mais violento nos seus começos o drama da monocultura que no Nordeste do Brasil. Nem mais ostensiva a intrusão do homem no mecanismo da natureza.
(Gilberto Freyre, Nordeste)

Neste capítulo pretendemos apresentar os ciclos econômicos pelos quais passou a cidade de Caravelas e seu entorno. Percebemos que há uma continuidade de um modo particular de apropriação da natureza que responde a um modelo determinado. Tal determinação pode ser apoiada em diversos autores de diferentes filiações teóricas, mas selecionamos apenas uns poucos para que possamos dar conta de tal intento. Queremos acreditar e concluir que ao longo dos anos, a história econômica do município, ora chamada história agroambiental²⁷ ou agroecológica, se deu por força do enriquecimento de alguns, na maior parte das vezes, fomentada e patrocinada pelo Estado, às expensas do trabalho das populações e dos recursos naturais. Este modelo perpassa todos aqueles ciclos econômicos e se encontra na ordem do dia do município no processo de implantação de um grande empreendimento de carcinicultura.

Segundo James O'Connor²⁸ a historiografia ocidental moderna se relaciona com o desenvolvimento do capitalismo. Ela acompanha os conflitos gerados nas diversas dimensões a que se submeteram as sociedades modernas ocidentais. Primeiramente a história teve de ser escrita sob os parâmetros político, jurídicos e constitucionais cujo marco foi a constituição da propriedade privada. Os conflitos econômicos emanados das revoluções industriais e tecnológicas do final do século XVIII e início do XIX, ambientaram uma história econômica capitalista. Em terceiro lugar, a historiografia se ateve na descrição de uma sociedade e cultura tipicamente capitalista ou burguesa, engendrando uma história social e cultural.

²⁷ De muita valia para este capítulo foi a minha participação na disciplina “História agroambiental comparada” ministrada pelo Prof. Dr. Hector Alimonda no primeiro semestre de 2005, no CPDA/UFRRJ.

²⁸ O'CONNOR, J. (2001) *¿Que es historia ambiental? ¿Por qué historia ambiental?* In: “Causas Naturales: ensayos de marxismo ecológico”. México, Siglo XXI editores. Pp 70-94.

Finalmente, a capitalização da natureza e as lutas daí oriundas forçaram os historiadores a dissertar a partir dessa dimensão. Segundo o autor, sem querer perceber uma progressão uniforme e linear da história e compreendendo-a de uma ótica singular de conflitos gerados a partir do desenvolvimento do capitalismo, a dimensão ambiental é o último empreendimento da historiografia. Ainda, a história ambiental parece edificar-se na síntese de todas as histórias que a precederam e se encontra no centro da historiografia atual.

Neste capítulo pretendemos viabilizar este pressuposto tratando de uma reflexão do ponto de vista das diferentes *versões* ecológico-históricas. Entendemos, com apoio da bibliografia adiante, que as modificações impetradas pela ação antrópica no ambiente estão de algum modo relacionadas com configurações específicas que ora restringem, ora implementam um tipo específico de apropriação dos recursos. É pensá-la de uma forma totalizadora, generalizante, aqui com uma certa defesa do marxismo, tendo como ponto de partida teórico as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, como advoga O'Connor.

Em suma, usando a concepção do autor,

La historia ambiental es, em pocas palabras, la historia del planeta y de su gente, de la vida de otras especies y de la materia inorgánica, em la medida em que éstas han sido modificadas por las producciones materiales e los seres humanos y, a su vez, las han hecho posibles o imposibles. Es ni más ni menos que el estudio de las relaciones entre la especie humana y sus “alrededores” (...). Como estas relaciones resultan indescifrables sin una investigación de las relaciones sociales entre los seres humanos (“sociedad”, “economía”), por um lado, y las relaciones propias de la naturaleza, biológicas, químicas y físicas (modificadas, reprimidas, estimuladas) por el outro alcance de la historia ambiental es, para todo fin práctico, limitado. (O'CONNOR, 2001, p.78, aspas do autor)

A história poderia ser escrita de outra forma, como copiosamente já o foi; esta história não necessariamente atende ao objeto da dissertação; alguns pontos podem ser facilmente interpelados; as reflexões podem parecer pouco fecundas e mesmo pueris em alguns momentos. No entanto corremos racional e responsavelmente esse risco, somente pela paixão de se introduzir um conteúdo que nos parece um pouco a tônica do que hoje se apresenta nas questões ambientais em disputa no município.

Estaremos satisfeitos se de algum modo esta reflexão puder vir a contribuir para o núcleo da dissertação, qual seja o esforço de mobilização comunitária para a instalação do empreendimento em choque com outro, o da criação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentado. Longe de afirmar que a UC possa vir a ser uma efetiva saída àquele modelo de

desenvolvimento, que conta a história do município, a proposta da Resex do Cassurubá, poderia estancar o processo de licenciamento da carcinicultura, um desejo de alguns agentes locais. Queremos neste capítulo indicar que a carcinicultura respeita a um padrão de acumulação, resguardados os ambientes tecnológicos, sócio-históricos, de valores e simbolismos, e uma miríade de outras determinações que permeiam e transversam a história da cidade. Este é apenas um esforço teórico possível, nem o melhor, nem o que, em função das limitações de tempo e particularidades do autor, pode ser satisfatoriamente conduzido de um ponto de vista reflexivo. Na verdade podemos percebê-lo como um perigoso ensaio, já que possivelmente esta reflexão pode vir a ser facilmente refutada. Entretanto as condições impostas pelas limitações espaço-temporais da pesquisa nos franqueia este objetivo. A justificativa deste capítulo pode também ser questionada na medida em que ele margeia e somente ambienta sem profundidade, o escopo do trabalho.

1) Uma pequena cidade. Uma breve história de apropriação da Natureza.

Gonçalo Coelho, comandante da segunda expedição às terras de Vera Cruz, saiu do Tejo em 10 de junho de 1503, tendo como piloto o famoso Américo Vespucci. A expedição aporta no arquipélago Fernando de Noronha onde perde a nau capitânea, mas continua sua empresa navegando rumo ao sul, singrando a costa até adentrar uma barra a uma latitude aproximada de 18°. Ali Américo Vespucci funda uma feitoria e a fortifica com 12 peças de artilharia e 24 homens antes de retornar a Lisboa. Dentre os muitos escritos de Vespucci, encontramos a Lettera a Piero Soderini, um dos principais donatários de Florença que poderia confirmar a estada de Vespucci nessa localidade.²⁹

Quando da morte de Mem de Sá em 1572, Antônio Dias Adorno adentra o Rio das Caravelas em busca de ouro e esmeraldas e, apesar de já ter havido antes dele outros desbravadores por ali se aventuraram, foi Adorno quem batizou o Rio Santo Antônio, apelidado Rio das Caravelas por ter ali fundeado as embarcações.

“Vários pesquisadores de nossa história afirmam e todos os caravelenses têm a convicção de que foi Antônio Dias Adorno o descobridor de CARAVELAS. Entretanto o roteiro da expedição nem de leve faz referência sobre o RIO DAS CARAVELAS (Ralile, *Op. Cit.*, p.17)

²⁹ RALILE. Benedito (1949) Monografia Histórica de Caravelas, Tip, São Miguel, Salvador. 109p.

A idealização coletiva dessa história muitas vezes reescrita e reelaborada permite um sentimento de orgulho por parte da população local em afirmar os quinhentos anos da “cidade”. A herança histórica reinventa uma tradição³⁰ que de fato é somente proclamada, existindo pouco ou quase nada do substrato mnemônico coletivo. A iniciativa dos portugueses tinha a finalidade tão somente de defender o território; não pretendiam eles em aqui estabelecer nenhum povoamento. O extrativismo predatório do Pau-Brasil foi, naqueles idos, como já se sabe, a atividade econômica principal. E o modo como este produto foi explorado na empresa colonial parece ter sido a marca dos outros ciclos econômicos com base no que Ernest Friedrich e John Brunhes chamaram de “economia de rapina”. Alimonda³¹ resgata esta terminologia que ora lançamos mão como uma comparação extemporânea, para que entendamos o contexto dos ciclos econômicos que, nessa seção, analisamos com o suporte daquela terminologia. Segundo o autor, os traumas oriundos da conquista européia no continente americano produziram alguns efeitos drásticos nas sociedades latino-americanas. O etnocídio colonial culminou na hecatombe de 20% da humanidade daqueles primeiros anos de colonização cujas patologias transplantadas do continente europeu “implicou no sacrifício gratuito de universos simbólicos e tecnologias adaptadas a diferentes ecossistemas do continente, baseadas em séculos de paciente observação dos processos naturais.”³² Entre outras seqüelas da colonização ibérica, a migração da flora, a emigração de vegetais e assim como o advento da reterritorialização do espaço continental foram marcas patentes em todas as colônias ibéricas. A “economia de rapina” forjou um “gigantesco dispositivo de reordenamento social e ambiental” que por sua vez criou o espaço para a criação de sociedades centralizadoras de poder político, rígidas nas estruturas sociais e concentradoras de renda.

La lógica de la “economía de rapiña”, cuyas ganancias dependían de la vinculación con el mercado global, alimentó y fue retroalimentada por estos mecanismos de exclusión. (ALIMONDA, 2003, p.24)

A mestiçagem que ajudou na recomposição demográfica dos povos latino americanos e as crises de identidade geradas nos processos de independência dos países, segundo o autor, sob aquelas bases da “economia de rapina”, fez com que houvesse um intercâmbio dos antigos saberes sobre a natureza, sobrevivendo alguns e criando-se outros novos. Toda aquela

³⁰ Para esse assunto cf. HOBBSBAWN, E. & RANGER (1997), T. “A invenção das tradições”, Rio de Janeiro, Paz e Terra

³¹ ALIMONDA, H. (2003) “Uma Herencia em Comala (apuntes sobre ecología política latinoamericana y la tradición marxista”. *Ilé -Anuário de Ecología, Cultura y Sociedad*. Año 3, Núm. 3.

³² *Op. Cit* (tradução minha)

herança histórica sobrevive ainda hoje e ainda se encontra no imaginário latino americano; ainda permanecem os mesmos fundamentos da “apropriação oligopólica dos recursos naturais e a depredação ambiental a serviço da economia de rapina.” (ALIMONDA, 2003, p.25)

Não é nenhum desafio reconstruir a história ambiental ou ecológica da região a que este capítulo se refere com estes pressupostos. De fato é como se assistíssemos ao mesmo filme com diferentes versões. A versão da baleia, do café, da madeira, do gado, do eucalipto e recentemente, da proposta do camarão exemplificam e corroboram com a análise de Alimonda. Cada atividade, com suas singularidades produtivas corresponde uma mais claramente que a outra àquela “economia de rapina” que nos apresenta o autor a partir de Ernest Friedrich e John Brunhes .

Polanyi³³ nos contou que terra e trabalho são inseparáveis e a mercadorização isolada de cada um dos termos foi a obra mais grandiosa da sociedade ocidental nos últimos tempos. Para este autor a função econômica na qual terra e trabalho foram reduzidos é apenas um dos aspectos e funções de seus diversos caracteres. A utopia da regulação da vida via economia de mercado, no momento da colonização e no seu desenvolvimento vindouro com as ávidas exigências da industrialização européia, produziu uma transformação em escala mundial.

“A mobilização do produto da terra se estendeu do campo vizinho para as regiões tropical e subtropical – a divisão do trabalho industrial-agrícola foi aplicada ao planeta. O resultado foi que os povos de zonas distantes foram engolfados pelo turbilhão da mudança, cujas origens eram obscuras para eles, enquanto as nações européias se tornaram dependentes de uma integração, ainda não garantida na vida da humanidade, para as suas atividades cotidianas. Com o livre comércio, as novas e tremendas casualidades da interdependência planetária ganharam corpo.” (POLANYI, 2000, p.217)

Mais ainda, a subordinação da superfície do planeta às determinações do mercado auto-regulável tal como defenderam os fisiocratas e liberais foi também incrementada pela crescente e logarítmica aglomeração nas cidades industriais, forçando a uma extenuante apropriação do solo e dos recursos naturais, indispensáveis para, no mínimo, alimentar toda aquela gente. Toda essa transformação, “verdadeiro significado para o livre comércio”, invade os terrenos adjacentes grassando desde os terrenos menos férteis – agora agricultáveis com novas tecnologias que vinham sendo desenvolvidas desde o processo de crise do sistema feudal, até as remotas colônias tropicais.

³³ POLANYI, K. (2000) “A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro, Editora Campus.

John Bellamy Foster³⁴, no capítulo 5 do seu interessante “A ecologia de Marx” nos apresenta a teoria da falha metabólica marxiana. A relação entre o processo de trabalho e o ser humano é que estabelece o controle e a regulação do metabolismo entre este e a natureza. Todavia, uma “falha” se revela nas relações de produção capitalistas, engendrando o antagonismo entre campo e cidade e entre os seres humanos e a terra. Esta crítica marxiana, com o ambiente da chamada “segunda revolução agrícola”, vai fundamentar todo diálogo crítico com Malthus e Ricardo que construíram seus argumentos recusando as formações sócio-históricas e defenderam uma lei natural imutável no que diz respeito à escassez da produção agrícola baseada unicamente no processo de superpopulação. Essa crítica da degradação ambiental de Marx, segundo Foster, antecipa em parte, o pensamento ecológico contemporâneo. Segundo Foster, havia um componente que não tinha sido abordado nas análises precedentes das economias clássicas (refere-se a Malthus, Ricardo e um Anderson). Foi Justus von Liebig que, com a principal preocupação ambiental da época, qual seja o esgotamento da fertilidade do solo, produziu uma moderna ciência relacionando a química e agricultura. Marx, no “Capital”, sintetizou a crise agrícola em dois momentos: o primeiro que diz respeito à sensação de crise associada ao esgotamento da fertilidade do solo; e outra, à “guinada no trabalho do próprio Liebig, em fins da década de 1850 e na década de 1860, em direção a uma forte crise ecológica do desenvolvimento capitalista.” (FOSTER, 2000, p.213)

Para Marx então, a teoria da falha metabólica aponta para o caráter destrutivo da agricultura moderna, que a burguesia não teria capacidade de superar.

Sob a influência de Liebig [...], Marx desenvolveria uma crítica sistemática da “exploração” (no sentido de roubo, isto é, incapacidade de manter os meios de produção) capitalista do solo. Daí as duas principais discussões de Marx sobre a agricultura capitalista se encerrarem com explicações de como a indústria de larga escala e a agricultura de larga escala se conjugaram para empobrecer o solo e o trabalhador. (FOSTER, 2000, p.218)

No Marx de Bensaïd³⁵, é-nos lembrado que aquele pensador alemão, nos seus primeiros escritos, relaciona o ser humano e a natureza e entre seres humanos entre si, na mediação pelo trabalho, a que chama relações de produção. Há uma continuidade, portanto do Capital e da natureza como fontes da riqueza material, e no processo de trabalho, o ser humano “natural” produz, por força do Capital, trabalho excedente, “bestializando” os seres humanos na sua relação com a produção de riquezas.

³⁴ FOSTER, J.B. (2005) “A ecologia de Marx: Materialismo e Natureza”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

³⁵ Bensaïd, D.(1999) *Os tormentos da matéria (contribuição crítica à ecologia política)* In: “Marx, o Intempestivo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp 433-495.

Em lugar de enriquecer a humanidade, as carências determinadas pelo capital são unilaterais e compulsivas. São elas que possuem o homem e não o inverso. Essa liberdade negada remete-o não mais a uma bestialidade original ou natural, mas a uma bestialidade social, que pode muito bem revelar-se mais feroz ainda. (Bensaïd, 1999, p.435)

A natureza, portanto, torna-se tão somente um objeto de utilidade, promovendo uma separação traumática entre a natureza e o ser humano, que a submete às carência externas do capital, que, por sua vez, busca de modo incessante novas urgências e necessidades, tornando esta separação cada vez mais agudizada tanto quanto lhe permite explorá-la. Na “Crítica ao programa de Gotha” de Marx

“O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é tanto fonte dos valores de uso quanto *o trabalho, que não é outra coisa senão a manifestação de uma força da natureza*, a força de trabalho humana (MARX *apud* BENSAÏD, 2000, p.443. *Op.cit*, grifos de Bensaïd)

Nessa perspectiva, todas as *versões* dos ciclos econômicos da região correspondem à demanda do capital, mesmo na empresa colonial. Ainda que o café, p.ex., tenha sido ambientado no regime escravista, a forma com que a produção se estabeleceu, responde ao caráter dissociativo da atividade humana com a terra – natureza, agora objetivada, desencantada, “dessacralizada” –, na medida em que se concebe o “terreno de plantio” como meio de produção puramente econômico. As outras dimensões que a terra, a localidade, os elementos simbólicos a ela associados são reduzidas à voracidade da produção de excedentes, não se revelam. Ao que nos parece, resguardadas as particularidades históricas e evitando uma transposição mecânica da teoria, a região do extremo sul baiano foi pautada, em seus ciclos econômicos, sob aquela égide. É o padrão (ou opção, preferencialmente) de desenvolvimento econômico que anima as diferentes atividades associadas aos diferentes produtos – açúcar, baleia, café, madeira, gado, eucalipto, turismo, camarão. Corremos o risco de reduzir a essa lógica, uma miríade de nuances não incorporadas nesse trabalho que poderiam confirmar, enriquecer, questionar, ou mesmo refutar esta hipótese. Não obstante, é preciso que assumamos uma posição paradigmática contida no modo como entendemos este processo. Durante todos estes anos, a natureza “verde” ou imaterial, “intocada” ou produzida, desfiada ou ameaçadora foi de formas diferentes, mas com o mesmo conteúdo, destituída de outros valores.

O alento, no entanto é que a coletivização do espaço (terras e águas) remanesceu em

modelos diversos do que aqueles praticados nas *versões*. Podemos falar do extrativismo, da pesca “artesanal”, das atividades praticadas pelas ditas “populações tradicionais”. Este trabalho persegue, apenas tangencialmente, a incomunicabilidade e a contradição desses dois modelos em disputa que surge também agora nos primeiros anos do século XXI, com os conflitos gerados nas questões ambientais em contenda no município caravelense, objeto dessa dissertação. Não pretendemos de forma alguma, como já foi dito, reduzir a questão a este simplório embate; muitos outros vetores condicionantes e determinantes estão em jogo. Seria impossível um trabalho que pretende relativizar, de modo implícito a tese positivista, dar conta de todas essas mediações; de trabalho acadêmico passaria a um tratado ensaístico interminável. Pretendemos, outrossim, concentrar os esforços no objeto em tela, mas é preciso refletir sobre este histórico apreciando as diferentes fases em que o município passou a fim de reavaliar a visão nostálgica dos tempos de bonança, muito comum em inúmeros depoimentos colhidos e observados nessa caminhada.

Warren Dean analisa o desembarque lusitano como a segunda invasão da Mata Atlântica. Foi nesse momento que os portugueses encontraram a ibirapitanga, o pau-brasil, e utilizaram o conhecimento dos nativos para encontrá-la. Edificavam feitorias para a troca de mercadorias pela madeira. Com o tráfico convidado pelo monopólio português, Dean sustenta que hajam retirado perto de 12 mil toneladas/ano das costas brasileiras das toras de pau-brasil. Para tal volume, invariavelmente necessitou-se da providencial ajuda dos habitantes locais e os desperdícios associados às queimadas da floresta para alcançar o produto. Assim, esta operação talvez tenha afetado, “somente no primeiro século, 6 mil quilômetros quadrados de Mata Atlântica” (DEAN, p.65)

Além disso, a forma com que os europeus lidavam com os bichos e as plantas do lugar era sempre cautelosa: na dúvida, queimavam o que lhes parecia misterioso. A Mata foi então sendo destruída não só pela ganância dos portugueses, mas também pelo assombro da pujança da floresta. Ela, com a ajuda dos nativos, lhes servia da madeira-corante, mas lhes punha em uma posição de inferioridade, inaceitável para a soberba européia, que se valia superior pela chancela de Deus, por intermédio de bulas papais. O Novo Mundo era antes de belo, o universo do desconhecido que deveria ser explorado e principalmente submetido à avidez da racionalidade “capitalista”.

Passados esses idos, a destruição se processou em diversos outros ciclos e contribuiu sobremaneira para a mudança da paisagem da região hoje chamada de Extremo Sul da Bahia. Com efeito, a preocupação com a biodiversidade ameaçada tem sua origem nestas formas catastróficas de apropriação dos recursos. Se se pergunta o porquê de haver tantas ONGs ambientalistas na região, tantas unidades de conservação num território relativamente pequeno, a resposta pode, em parte, estar nessa origem. Todavia não foi só por cá que se deu esta incomensurável devastação, mas as descobertas recentes das formas diversas de vida com o auxílio da pesquisa acadêmica, principalmente na taxonomia das espécies endêmicas, representam uma preocupação cada vez mais intensa de se preservar o pouco que sobra da biodiversidade dos tais segundos invasores, nos termos de Dean.

2) Caravelas e sua evolução político administrativa

Segundo a edição de 1958 da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do IBGE, a fortificação e o território adjacente incorporado ao de Porto Seguro, foi doado a Pero de Campos Tourinho por Carta Régia, em 1534. O povoamento do Brasil engatinha nas Capitanias Hereditárias com a agroindústria do açúcar e as vilas de Porto Seguro e Santa Cruz (Santa Cruz de Cabrália) foram, em 1535 e 1536 respectivamente, fundadas. Sob as ordens de Pero Campos Tourinho, ergueram casas, fortificações, capelas, armazéns, estaleiros, forjas e engenhos de açúcar. Os Tupiniquins, Pataxós, a família Maxacalis, os botocudos, conhecidos por Aimorés no período colonial, e outros grupos que viviam próximos à faixa costeira obstavam o desenvolvimento da Capitania. As vilas originais foram destruídas e reconstruídas. Também por desinteresse dos donatários e de seus sucessores a capitania foi vendida a D. João de Lencastre em 10 de agosto de 1559. Logo depois em 1574, Antônio Dias Adorno batiza o rio Caravelas por ter ali fundeado suas naus e em 1581 um missionário francês funda a aldeia de Caravelas e constrói a Igreja de Santo Antônio do Campo dos Coqueiros e em 1610 Caravelas é povoada definitivamente por ordem do Governador Geral do Brasil, D. Diogo de Menezes. A Vila de Santo Antônio do Rio das Caravelas que abrangia os atuais municípios de Mucuri e Conceição da Barra, foi criada em 1700. Em 1755 a Freguesia Eclesiástica de Caravelas contava com aproximadamente 850 habitantes, e produzia principalmente farinha de mandioca. Ainda hoje a fabricação da farinha entre os ribeirinhos ainda é praticada e são poucas as casas de farinha que utilizam motor à combustão para a produção. Preserva-se ainda a técnica e a estrutura que muito provavelmente remonta àquele

tempo.



Figura 4: Casa de Farinha nas Perobas, estuário de Caravelas e Nova Viçosa.
Foto: Projeto Manguezal

Finalmente, em 23 de abril de 1855, a Vila eleva-se à cidade por João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe. Com a construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas inaugurada em Novembro de 1882, a cidade se dinamiza por força da extração de madeira no vale do Jequitinhonha e adjacências que é transportada pelas locomotivas da estrada de ferro e escoada através do porto marítimo para os mercados europeus, norte americanos e para o mercado consumidor interno.

3) A versão: Café

Na Monografia de Benedito Ralile, D. João VI chama quatro suíços com o objetivo destes fundarem uma colônia agrícola em Caravelas, no ano de 1818. A então batizada Colônia Leopoldina plantou, entre outras culturas, o café, responsabilizando a região pela primazia da produção na província. Caravelas foi então em 1856 o maior produtor de café da província da Bahia tendo em um dia daquele ano “446 homens livres e 188 escravos em atividade com 226 embarcações atracadas no porto”, segundo Ralile. O café era transportado pelo mar e, a exemplo do que ocorreu em outras lugares, o modo com que foi praticada a agricultura arruinou boa parte da mata nativa da região. Warren Dean nos lembra que o processo de independência da colônia foi maculado com a continuidade do modelo anterior. O café salvou a aristocracia colonial, tendo o Rio de Janeiro como seu precursor, e, em

contrapartida, adotou-se um padrão técnico de cultivo devastador e pouco produtor. Apesar da perenidade da rubiácea etíope - atinge maturidade por volta dos quatro anos e se mantém produtiva até os 30; o que se praticou foi o abandono das plantações antigas e a abertura de novas, mata adentro, derrubando e queimando incontáveis hectares de florestas nativas. Os fazendeiros de modo geral, instados a plantar em grandes quantidades, relegaram o café de sombra (como aparece originalmente no seu habitat), e utilizavam extensas faixas de terra para produzir sua riqueza, de modo insustentável nos termos de hoje: não se importavam com a continuidade da produção. “Os fazendeiros não prezavam nem a produtividade, nem a qualidade, apenas economia de trabalho e capital e, não por acaso, seu próprio esforço administrativo.” (DEAN, *Op. cit.*, p.196). O café brasileiro, de baixa qualidade, teve seu maior comprador os Estados Unidos, pois a Europa era um tanto mais exigente, e o Império do Brasil terminou por se tornar dependente desse mercado flutuante. A forma com que o café “desalojou” a floresta nos termos de Dean, apesar de concentrar seus argumentos na região do Vale do Paraíba, condiz com a reflexão que fizemos sobre o modelo com acompanhou os diferentes ciclos econômicos na região do Extremo Sul baiano que ora denominamos *versões*.

Nesta versão,

A maioria dos recursos obtidos através da venda do café não foi “acumulada” ou “formada” como capital para equipar a energia de uma geração futura, gasta em bens na época apreciados como luxos, exclusivamente importados para o consumo das famílias que possuíam propriedades e os trabalhadores. (...) As receitas do café, arrecadas nas alfândegas do governo imperial, foram em grande parte gastas na rede ferroviária que levava o café para o mercado; parte desse investimento foi antieconômico uma vez que faliram as fazendas de café por ele atendidas. (...) O café atraiu algum capital estrangeiro para a área, mas quase todo ele chegou em apoio direto ou indireto do comércio em si, oferecendo apenas na perspectiva de retornos especulativos e de curto prazo que fossem maiores que os obtidos nos países de origem. (DEAN, *Op. cit.* p.204)

4) A versão: caça da baleia

A pesca da baleia apareceu como vocação natural da região no início do século XVII. Precedida da pesca da garoupa em 1829, e inicialmente introduzida no Recôncavo Baiano, em Itaparica, entrada da Baía de Todos os Santos. A caça da baleia foi uma importante atividade econômica na região que dinamizou significativamente a economia da cidade. As “armações”, estabelecimentos para o processamento do óleo de baleia para iluminação e construção civil, se espalharam por toda a costa brasileira até o litoral de Santa Catarina. Caravelas hospedou o mais antigo e um dos principais portos baleeiros da Bahia. A proximidade com o arquipélago

de Abrolhos, distante aproximadamente 70 km da costa, local privilegiado de cria e reprodução da baleia jubarte (*Megaptera novaeangliae*), facilitou a edificação de seis armações, cinco delas localizadas na praia da Barra de Caravelas. Não sobram hoje nem ruínas dessas armações, somente uns poucos tachos utilizados na carnagem. Mas alguns antigos moradores contam as complexas peripécias da atividade. Segundo Liliane Lodi³⁶

Cada marcante (denominação dada ao dono da armação) possuía uma embarcação a vela ou lancha e dois botes a remo. Apenas um deles ia rebocado para o mar ficando o outro em terra como reserva. Durante a época de caça – julho a novembro – eram formadas duas equipes de trabalho. Uma se deslocava em direção ao arquipélago de Abrolhos (...) para capturar baleias. A outra, responsável pelo processamento do óleo ficava em terra. (LODI, s/d, p.2)

Tanto a caça como o processamento do óleo de baleia, apesar de rudimentar, constituíam-se num complexo de atividades em que cada um era responsável por uma função específica. Os caçadores eram bastante respeitados e considerados heróis, revelando uma atividade nobre e rica em simbolismos. Muitos trabalhadores vinham de distantes localidades para a “carnagem” das baleias capturadas. Quase tudo da baleia era aproveitado, apesar de sua carne não ser consumida pela população local. Na temporada a praia ficava empestada de moscas, urubus e outros carniceiros, já que todo o processamento da gordura era feito por ali. Retirava-se a lenha do mangue para o cozimento dos talhões de gordura separados em um tanque raso para apodrecer: quanto mais avançado o estado de decomposição, melhor era a qualidade do óleo extraído. O odor do processamento do óleo era insuportável. Durante muitos anos, por ocasião das minhas visitas à Caravelas no período de férias escolares, encontrava ossos de baleia espalhados pela praia às dezenas, mesmo depois de mais de 70 anos da extinção da pesca da baleia.³⁷

Apesar da intensa atividade e da multivalência do óleo da baleia (iluminação, lubrificação e fabricação de argamassa) e de ter provido com abundância o Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, os caçadores eram muito mal remunerados. Segundo Lodi,

O marcante fornecia o rancho para um período de dez a doze dias. Se, por acaso, neste prazo, nenhuma baleia fosse arpoada, a equipe arcaria com as despesas do próximo rancho. Caso ficassem devendo, teriam que retornar na próxima temporada de caça para trabalhar de graça até quitar a dívida com o marcante. (Lodi, Liliane. *Op. cit.*, p.6)

³⁶ LODI, L. “Uma história da Caça à Baleia”. Revista Ciência Hoje, Vol.14 / nº 81

³⁷ “A última baleia pescada transpôs a barra do RIO CARAVELAS no ano de 1924” (Ralile, *Op. cit.*, p.45)

A atividade foi extinta em Caravelas principalmente pela incapacidade dos proprietários das armações – marcantes – em implementar as técnicas modernas da indústria baleeira. O surgimento dos navios-fábrica na década de 1920 deu o tiro de misericórdia aos caçadores de Caravelas.

Os navios-fábrica eram maiores, mecanizados, com capacidade de processar uma baleia inteira em 25 minutos, só sobrando os ossos. Até então as viagens eram curtas, pois havia necessidade de processar as baleias em terra. Com o navio-fábrica, os caçadores podiam ficar por meses no mar, sem retornar ao continente. Em 1925 partiu da Noruega o primeiro navio-fábrica, o Lancing. No caminho a Antártica caçaram aproximadamente 300 jubartes na sua área de reprodução no Congo. (Instituto Baleia Jubarte. Disponível em: <http://www.baleiajubarte.com.br/>. Acesso: 23 de janeiro de 2006)

Quase trezentos anos de atividade influenciaram gerações de pescadores, criando uma longa tradição hoje desaparecida. Os registros menos sombrios indicam que eram abatidas por ano de 40 a 50 exemplares de jubarte em Caravelas.

A caça à baleia, feita de forma artesanal, e talvez não imediatamente direcionada ao mercado externo, impôs à população local uma relação de trabalho que se apresenta com características bastante próximas das outras *versões*. A especialização e a exploração do trabalho e dos recursos naturais respondem ao padrão de racionalidade, que ignora a sustentabilidade da atividade. Assim, a versão caça à baleia chegou ao fim por sua incapacidade de modernizar-se, o que poderia, certamente, mantendo aqueles padrões de racionalidade, na exploração dos recursos de pesca, culminar, neste caso, à extinção das baleias-jubarte na região, hoje símbolo da cidade e importante elemento de mobilização do turismo.

5) A versão: madeira

Em fins do século XIX, deu-se início ao processo de estudos para a construção de uma via férrea ligando o norte de Minas e o litoral Sul da Bahia. Em 1875 o telégrafo nacional chega na cidade, promovendo a sua integração com Minas Gerais. O então presidente da província da Bahia prevê um papel importante para a economia da região conforme descrito num relatório datado de 1º de maio de 1879, intitulado Estrada de Leopoldina a Santa Clara, que nos conta a importância da integração da cidade com o interior:

(...) Levada pelo estudo e pela verificação dos imensos resultados que

offerece esa via de comunicação para ella, esta Assembléa iniciou um projecto autorizando o governo a construir uma estrada de rodagem que ligasse Caravellas a Santa Clara; e mais tarde deferindo um requerimento de douz empzarios, concedeu-lhes privilegio para construir na mesma zona uma estrada de ferro, sem garantia de juros.

(...) Se há alguma parte da provincia que mereça toda a attenção é o sul, que, a não ser a navegação, não tem recebido outros melhoramentos.

(...) Dotado de muita fertilidade, e *sendo onde existem nossas mais soberbas e virentes mattas, que abastecem os nossos arsenaes e vão servir de matéria prima à industria estrangeira*; possuindo optimos terrenos banhados por caudalosos rios, merece que lanceis sobre elles as vossas vistas.

(...) O Norte de Minas, há muito reclama uma sahida para seus productos. Satisfeitas taes reclamações, torna-se-há a comarca de Caravellas um grande emporio commercial, que trará prospero futuro a ambas as provincias. (RALILE, 1949, p.60, os grifos são nossos)

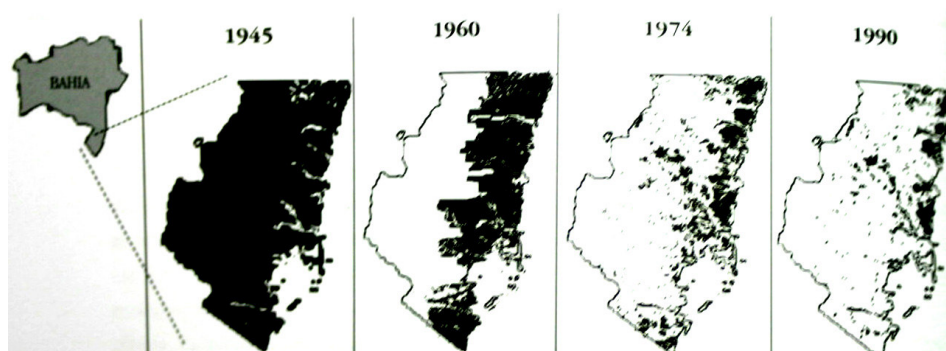


Figura 5: Reconstituição da Estação Ferroviária de Ponta de Areia pela mãe do autor. Óleo sobre tela, Ceres Scofield. 2004

Em 1881 dá-se início então à construção da EFBM. A estrada de ferro parece ter sido construída não apenas para escoar a produção agrícola do Norte de Minas, mas para, principalmente, cortar a imensa área de florestas e matas, aproveitando ao máximo a extração de madeira para exportação. Um outro autor³⁸, aduz que a estrada de ferro “atravessou matas virgens, infestadas de índios bravios, feras, o que se tornou necessário requerer do Exército Nacional, soldados para defender o pessoal da Empresa.” (ELEUTÉRIO, s/d, p.21).

³⁸ ELEUTÉRIO, Arysbur Batista. “Estrada de Ferro Bahia e Minas: a ferrovia do adeus 1879 – 1966”. Teófilo Otoni, Edição própria, s/d.

O funcionamento da Estrada de Ferro Bahia e Minas, eternizada na música de Milton Nascimento e Fernando Brandt, Ponta de Areia³⁹, se manteve, coincidentemente, justamente na época em que houve a mais intensa devastação da Mata Atlântica na região. A imagem abaixo mostra a evolução desde 1945 do desmatamento da Mata Atlântica na localidade.



Quadro 1: A floresta pode ter sido desmatada para o escoamento da madeira para o litoral, para o plantio do cacau e para a criação do gado. Fonte: MENDONÇA et al. Apud PRIMACK, R. e RODRIGUES. E. ,(2002) “Biologia da Conservação”. Londrina, Editora Vida, Cap.2, p.98

A história da Bahia-Minas é repleta de singularidades, às vezes pitorescas. Foi durante seu funcionamento que uma entidade de trabalhadores nasceu, nos primeiros anos da década de 1910: o Sindicato dos Operários Estivadores, que só foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 1933. A EFBM negou por 11 meses o pagamento dos salários dos operários o que os obrigou a declararem-se em greve., permanecendo apenas 5 dias paralisados, quando o então Juiz de direito da Comarca os adverte a retomar o trabalho, garantindo, em nome dos arrendatários da ferrovia, o pagamento devido.

Um outro evento interessante diz respeito aos desdobramentos da doação das margens da ferrovia à Cia. EFBM. As terras devolutas marginais da ferrovia, 6 metros de cada lado, foram doadas pelo Imperador à Companhia, que as hipotecou no Banco de Crédito Real do Brasil em 1887. Com a inadimplência da EFBM a dívida foi executada. Tal dívida foi então adquirida pelo Estado de Minas Gerais, adquirindo este estado direitos pelas terras situadas em território baiano!

Segundo Ralile, na época, a atividade agrícola em Caravelas encontrava-se “em completa decadência, só lhe restava como principal fonte de renda e trabalho o magnífico

³⁹ “Ponta de Areia, ponto final/da Bahia-Minas, estrada natural/ Que ligava Minas ao porto, ao mar/Caminho de ferro mandaram arrancar/ Velho maquinista com seu boné/ lembra o povo alegre que vinha cortejar/Maria fumaça não canta mais/para moças, flores, janelas e quintais/ Na praça vazia um grito, um ai/ casas esquecidas, viúvas nos portais”.

porto de que é dotada, por onde escoavam todos os produtos do Nordeste de Minas.” (RALILE, *Op. cit.*, p.73)

O autor não discrimina quais eram os produtos transportados por ali, mas alguns ex-funcionários da Bahia-Minas em época mais recente, garantem que o principal produto transportado era a madeira. A ferrovia se prestou então a ser o canal de escoamento da madeira retirada da floresta. Segundo um estudo da CEPEMAR⁴⁰ a extração de madeira se intensifica com a construção da ferrovia e contribuiu para ação dos pecuaristas que já encontravam os terrenos desmatados. Os criadores de boi, oriundos principalmente do Nordeste de Minas Gerais, desenvolveram suas atividades do interior para a costa, ao contrário do cacau.

É ilustrativo citar mais uma vez Warren Dean quando este defende que a abertura de ferrovias acelerou o processo de desmatamento da floresta, dadas as características itinerante e extensiva da agricultura praticada.

A verdadeira revolução dos transportes e, conseqüentemente, no relacionamento do homem com o que continuava intocado da Mata Atlântica foi a locomotiva.(...) A derrubada de floresta (...) se aceleraria, agora que esse instrumento de penetração da fronteira se tornara acesssível. As plantações de uma certa idade perdiam seu valor mais depressa, na medida em que os custos mais baixos de transporte elevavam o valor especulativo das melhores terras de café, situadas além do horizonte. As ferrovias fariam suas próprias demandas à floresta, porque exigiam grandes quantidades de dormentes, para os quais se preferiram as madeiras de lei da floresta primária. (DEAN, *Op.cit.*, p.226)

O porto de Caravelas foi bastante movimentado com vapores que vinham das capitais para abastecê-los de madeira. A INCEX, uma serraria estrangeira foi instalada em Caravelas e, com escritório no Rio de Janeiro, exportava madeira principalmente para os Estados Unidos e Europa. A serraria só se manteve enquanto a ferrovia existiu.

As rodovias na segunda metade do século XX começam a ser construídas, tornando os trilhos cada vez mais obsoletos, muito mais por uma indisposição do Estado em mantê-los e provavelmente pela quase extinção da Mata Atlântica na região, a EFBM é extinta restando apenas os edifícios das estações e um museu em Teófilo Otoni. A partir de então a cidade de Nanuque, em Minas Gerais começa a ganhar importância na região, dividindo seu *status* com a cidade de Teixeira de Freitas, desmembrada de Caravelas e Alcobaça em 1985.

⁴⁰ CEPEMAR, 2001. EIA do Terminal de Barcaças para embarque e desembarque de toras de eucalipto da Aracruz Celulose S.A. COM RT 033/01 Vol II, p.353.

“As facilidades de transportes rodoviários e a existência de terras de baixo valor, associadas a fatores como os incentivos dos governos estaduais e as altas potencialidades naturais da região, foram atraindo para elas diversos agentes econômicos, tais como: madeireiros, pecuaristas, agricultores e industriais do setor de celulose e papel. Um novo quadro de atividades produtivas se esboçou com a presença desses grupos e de capital externo, trazendo redefinições nas formas de relações e organizações sociais preexistentes.” (CEPEMAR, 2001, p.353)

6) A versão: eucalipto

O plantio do eucalipto se inicia na região entre os anos 1960 e 1970. As empresas de celulose dividem uma enorme área que abrange vários municípios no Sul da Bahia, Norte do Espírito Santo e Nordeste de Minas. A atividade monocultora do eucalipto⁴¹ modificou de maneira permanente a paisagem natural da região e as relações sociais das comunidades rurais da região. Diversas cidades dinamizaram sua economia como foi o caso de Teixeira de Freitas, uma cidade que tem pouco mais de 20 anos⁴² que hoje, em uma área de 1154 Km², vivem mais de 120 mil pessoas⁴³. Uma cidade que experimenta um crescimento constante principalmente em termos de comércio e serviços. O que ocorreu em Teixeira de Freitas foi um deslocamento do eixo econômico promovendo a sua interiorização, com ajuda da BR-101 que permitiu o afluxo de mercadorias, máquinas e pessoas aos subcentros da região e também com acesso mais fácil às capitais como Vitória, Rio de Janeiro e Salvador. Este deslocamento também ocorre em outras cidades da região, acompanhando a expansão territorial do eucalipto.

Um livro bastante interessante nos conta a história celulose na região. “Além do Eucalipto” de Pe. José Koopmans, numa edição revisitada e atualizada de 2005⁴⁴, analisa de forma crítica o desenvolvimento da atividade.

Analisando a estrutura fundiária, Pe. José nos apresenta o desenvolvimento das diferentes culturas na lavoura que vinha sendo praticada na região, a partir da segunda metade do século XX.

A criação de gado, segundo o autor, se liga diretamente com o desmatamento da região. Conta-nos que de 1960 até 1980 o número absoluto de bovinos mais que quadruplicou e, ainda, a área com pastagens no intervalo de 1950 até 1985, cresceu de 169 mil ha. para 1.408.675 ha. A chegada dos criadores está relacionada com os desmatamentos induzidos por

⁴¹ As empresas de modo geral se referem a madeira de reflorestamento. Preferimos, por razões óbvias, o termo monocultura.

⁴² A cidade foi criada em 1985, com o desmembramento de Caravelas e Alcobaça.

⁴³ Dados do IBGE, Censo 2000.

⁴⁴ KOOPMANS, Pe. José(2005). “Além do Eucalipto: o papel do Extremo Sul. DDH, Centro de Defesa dos Direitos Humanos.. Teixeira de Freitas, BA

grandes madeireiros do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, proporcionando um aumento significativo da atividade pecuarista entre aqueles anos. Por outro lado, a atividade de lavoura diminuiu. Plantava-se cacau, intercalada com a mandioca e banana, como sombreamento provisório para a exigência ecológica do cacau, que segundo o autor, o plantio desta cultura foi feito a partir da “limpeza da mata”. Além do cacau e da mandioca, havia fazendas de côco no litoral, também um tanto de milho e feijão e uma certa variedade de frutas como o mamão, abacaxi, maracujá, laranja, melancia, melão etc. Entre os anos de 1985 e 1993, a área ocupada pela lavoura diminui pela metade. Estas modificações incidem diretamente no número de empregos permanentes no campo.

Com a construção da BR-101, nos anos 1970, o que foi deixado de madeira pela ferrovia, foi quase que definitivamente extraída. Os madeireiros encontravam um excelente ambiente para sua atividade, já que atentos apenas à cobertura vegetal, seus interesses não se contradiziam com os dos pecuaristas, ao contrário, os interesses se coadunavam.

A BR-101 ajudou sobremaneira a interiorizar a região, modificando sua ordem econômica e social. Cidades como Eunápolis, Itabela, Itamaraju, além de Teixeira de Freitas, como já foi dito, experimentaram uma transformação significativa na ocupação de novos espaços: ao longo de toda a rodovia, surgiram novas conurbações e novos afluxos.

Foi por esses idos e com este ambiente favorável à logística de transporte que o capital agroindustrial das florestas de eucalipto se estabeleceu na região. Além disso, observa Pe. José,

(...) o interesse do governo federal em programar o desenvolvimento da indústria da celulose e papel no Brasil, fortalecido pelo Plano Nacional de Papel e Celulose aprovado em 1974, motivou grandes e pequenos empresários do setor a buscar novos espaços.

A ausência de uma política agrário-agrícola estadual para a região, a omissão do governo estadual em elaborar um projeto de desenvolvimento sustentável para a nossa região, o fato de ainda existirem aqui grandes áreas de florestas e terras valorizadas, fizeram com que a região se tornasse propícia para o “reflorestamento” (KOOPMANS, 2005, p.71)

Para o autor, as conseqüências concretas da introdução da agroindústria do papel se manifestou de três formas: a) concentração de terra; b) êxodo rural; c) desemprego rural; e também suas conseqüências ditas “ambientais”, tais como a influência na queda da qualidade do solo, e no processo de esgotamento das micro-bacias hidrográficas.

Pe. José Koopmans nos apresenta uma argumentação bem fundamentada em dados oficiais, em relatórios e estudos de impacto ambiental das empresas de celulose e em outras

fontes. A problemática ambiental apontada pelo autor muitas vezes concorda com muitas falas entre os moradores de Caravelas e região quanto aos impactos do eucalipto. Os argumentos usados pelas empresas muitas vezes se chocam com o que foi descrito pelo autor acima.

Walter de Paula Lima, numa análise da cultura do eucalipto e seus impactos ambientais⁴⁵, defende que todo o debate produzido no mundo sobre a cultura do eucalipto parece ter-se revelado a partir de um elemento-chave que se exprime no termo “exótico”.

A não ser na Austrália, em todos os outros países onde é plantado, o eucalipto é uma espécie exótica ou introduzida, o que constitui razão suficiente para exacerbar os sentimentos xenófobos, pois trata-se de elemento estranho à paisagem e que não é do gosto da fauna local e, como tal, deve ser combatido, a cujo propósito vêm aliados diversos outros possíveis efeitos negativos. (LIMA, 1996, p.21)

Segundo este autor, muitas das críticas feitas à monocultura do eucalipto são de origem “emotivas” e não se amparam em fundamentos científicos. Os exemplos “mal sucedidos” da agroindústria de eucalipto, podendo variar desde a amplitude de espécies do gênero *Eucalyptus*, que dispõe de mais de 600 espécies descritas, umas mais adaptáveis que outras às condições ambientais, são pertinentes quando se fala da introdução de espécies que produziram “efeitos ecológicos inaceitáveis”, pelo insucesso gerado pela “má adaptação”. Para o autor, o problema está então na falta de informação a respeito da diversidade das espécies e da falta de adequação de algumas delas em condições ecossistêmicas particulares.

O autor enumera vários argumentos em relação às preocupações com os efeitos ecológicos colaterais das plantações de eucalipto, na sua relação com a hidrologia, solo, flora e fauna e “à adequação do eucalipto como componente florestal em sistemas agroflorestais. (LIMA, 1996, p.209)

Responde às alegações feitas em diversos trabalhos e simpósios em relação aos efeitos nocivos dos eucaliptais introduzidos. O autor se assenta em vários argumentos comparando com outras espécies florestais, tentando derrubar as críticas mais contundentes. Também como segundo propósito, procura fornecer subsídios para a formulação de planos de manejo ambientalmente favoráveis para sistemas agroflorestais.

(...) a maior parte das críticas generalizadas sobre o eucalipto, tais como o consumo exagerado de água, a esterilização do solo e outras semelhantes, não tem fundamento, algumas chegam mesmo a ser tolas. Existe, por outro lado, muita sensatez quando a preocupação identifica a base biológica da formação de extensas

⁴⁵ LIMA, Walter, P.(1996) “Impacto Ambiental do Eucalipto”, São Paulo, Edusp, 301pp.

áreas de monocultura de eucalipto (ou de qualquer outra monocultura, nesse sentido). Semelhantemente, é urgente a necessidade de se adaptar a silvicultura intensiva, de tal maneira que ela cause um mínimo de efeito ao funcionamento e às propriedades físicas, químicas, biológicas e hidrológicas do ecossistema. (LIMA, 1996, p.212)

O autor, auxiliado financeiramente por várias empresas de celulose e com a colaboração da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, não observou com propriedade alguns pontos como a questão da mudança, permanência ou crescimento de uma estrutura fundiária excludente com a atividade da agroindústria do eucalipto, tampouco das questões relativas ao trabalho no campo. De fato, este não era o escopo de seu trabalho, apesar de entendermos que as relações de natureza socioeconômicas também fazem parte do todo complexo do “meio ambiente”.

No trabalho de Koopmans, há diversas denúncias desta natureza, observando impactos que vão desde problemas nos relacionamentos com comunidades indígenas, agudização da concentração de terras, expulsão direta e indireta de centenas de agricultores, os poucos e qualificados empregos criados e a generalização do desemprego gerado, até os problemas “ambientais” por Lima refutados, passando pelos impactos da política local e a falta de alternativas “sustentáveis” para a região. Segundo este autor a insustentabilidade do projeto de celulose no Extremo Sul da Bahia, se manifesta em dez pontos principais:

- 1) A falta de articulação por parte dos poder público nos níveis municipal e estadual para pensar um projeto integrado e sustentável para a região, abrindo espaço para empreendimentos como o do eucalipto;
- 2) A questão do financiamento público que privilegia o grande capital, como o caso da Bahia Sul Celulose (hoje Suzano Celulose e Papel, financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
- 3) A estrutura fundiária, como já adiante foi tratada, modificou-se em relação à concentração de terras. Na microregião Extremo Sul, que vai de Porto Seguro até a divisa do Espírito Santo, há três proprietários – empresas de celulose, que juntos somam 345 mil ha.⁴⁶.
- 4) Saldo negativo dos empregos criados e desemprego gerado, que tem se intensificado com a introdução de técnicas automatizadas de corte, desgalhamento e empilhagem de toras.
- 5) Influência na política local e estadual das empresas de celulose que, pressionando os poderes, garantem a viabilidade de seu empreendimento.

⁴⁶ Cf KOOPMANS, *Op cit*, p.47.

- 6) Terceirização de empreiteiras e subempreiteiras levando a uma precarização das condições de trabalho.

Das 4 mil questões trabalhistas que entraram em 1994 na Delegacia Regional do Trabalho em Teixeira de Freitas, mais ou menos 80% são ligadas às empresas florestais, suas empreiteiras ou subempreiteiras. (KOOPMANS, 2005, p.112)

- 7) Isenção de Impostos. As empresas de celulose são isentas de Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS em relação ao montante exportado. O incentivo fiscal deve-se à possibilidade de se tornarem mais competitivas no mercado internacional para que se mantenha a balança comercial favorável. No entanto, a cultura do eucalipto encontra condições ideais nos trópicos para se desenvolver. Enquanto que em alguns países do hemisfério Norte a planta leva de 25 a 45 anos para maturar, aqui na região a mesma espécie está pronta para o processo industrial em apenas 7 anos. Além disso o custo de mão-de-obra é um dos mais baixos do mundo pela diferença significativa dos salários praticados aqui se comparados a países como o Canadá e mesmo Portugal.
- 8) Danos Ambientais. O eucalipto é um grande consumidor de água e já foi usado muitas vezes para drenar terrenos alagadiços.⁴⁷. Koopmans também alerta para a perda acentuada de nutrientes do solo com a continuidade do cultivo do eucalipto.
- 9) Os efluentes do passivo das indústrias de celulose não são devidamente monitorados. Corre-se o risco de não se verificar a presença de compostos clorados como o TCDD (tetrachlorodibenzo-para-dioxine), usado como alvejante no processamento da celulose, contribuindo para a poluição dos rios.
- 10) O monitoramento ambiental, segundo o autor, de responsabilidade da sociedade civil e dos órgãos de Estado, não é feito de modo eficiente, com argumentos que vão desde o despreparo do estado em termos de equipamentos e recursos humanos disponíveis até a indisponibilidade das empresas para franquear a entrada de ambientalistas e entidades civis na áreas de plantio.

⁴⁷ Não obstante Walter de Paula Lima não ter encontrado nenhum indício com fundamento científico para tal afirmação. Entretanto diversos outros trabalhos citados em seu livro, demonstram essa particularidade na fisiologia de algumas espécies do gênero.

O livro de Pe. José Koopmans é uma espécie de panfleto contra o modo com que foram facilitadas as “entradas” para a monocultura de eucalipto na região. Segundo o autor, as consequências funestas, apesar do otimismo das empresas e de muitos de seus empregados, colaboradores e incentivadores, como alguns políticos locais⁴⁸, são marca patente da agroindústria da celulose que continua expandindo suas fronteiras em direção ao Norte do Estado.

O Relatório Anual de Sustentabilidade de 2005 da empresa Aracruz Celulose apresenta dados otimistas sobre suas atividades e o monitoramento ambiental⁴⁹ e a resolução de conflitos sociais originados de sua atuação. O caso da questão indígena⁵⁰ e de um incidente ocorrido no município de Caravelas, ilustram essa preocupação. Segundo a empresa

Em virtude da atual falta de madeira no país, motivada pelo maior controle do desmatamento ilegal pelas autoridades e pela insuficiente expansão dos plantios florestais para suprir a demanda, os preços da madeira e de seus derivados, como o carvão vegetal, aumentaram substancialmente. Por conta disso, as empresas florestais, entre as quais a Aracruz, vêm sofrendo pressões, por parte de alguns grupos no extremo sul da Bahia, para a obtenção das partes das árvores não aproveitadas para a produção de celulose, como pontas e galhos. Essas partes, que se deixadas no solo têm a importante função de manter sua fertilidade, são usadas por esses grupos na produção de carvão, conforme reportado em nosso Relatório de Sustentabilidade de 2004, muitas vezes misturadas a madeiras nativas extraídas ilegalmente.

O governo estadual iniciou em setembro de 2005 uma operação, coordenada pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), contra o uso de madeiras obtidas ilegalmente, que resultou na desativação dos fornos de carvão em algumas áreas do sul da Bahia. Em represália a essas ações, alguns desses grupos desencadearam atos que resultaram em saques a ônibus e caminhões de prestadoras de serviços das empresas de produção de celulose, e incêndios em florestas de eucalipto. (ARACRUZ CELULOSE, 2006, Relatório de Sustentabilidade – 2005 p.67)

Uma outra versão se apresenta. Segundo depoimentos de moradores de Juerana e Taquari, o eucalipto plantado em quase todo o lugar onde a “vista alcança” modificou o modo como as pessoas da localidade se apropriavam da terra. Uma agricultura de subsistência era

⁴⁸ Jurandi de Souza Boa Morte, Ex-prefeito de Caravelas e sogro do atual, é o maior fomentador de eucalipto do Brasil, segundo um funcionário da empresa.

⁴⁹ “A Aracruz é uma das três empresas brasileiras que integram o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI World) 2006, que destaca as melhores práticas em sustentabilidade corporativa no mundo.” (Aracruz, Relatório de Sustentabilidade, 2006)

⁵⁰ Em um artigo intitulado “Haja Cruz” de José Arbex Jr., na revista Caros Amigos, o autor conta o que aconteceu:

“20 de janeiro, 2006: pelo menos 120 agentes da Polícia Federal, incluindo um destacamento do Comando de Operações Táticas, de Brasília, todos armados, disparam bombas de efeito moral e balas de borracha contra os habitantes das aldeias Córrego D’Ouro e Olho D’água dos povos tupiniquim e guarani, e finalmente tocam fogo em suas casas. O ataque, fulminante, aterroriza e destrói as duas aldeias; oito de seus líderes são presos, dezenas de seres humanos saem feridos. (...) Detalhe: na operação, os policiais usam um helicóptero e maquinário da empresa, conta o jornalista Cristiano Navarro, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), no jornal *Brasil de Fato*” (Caros Amigos, Ano X, nº 109, Abril de 2006., p.10).

praticada entre o gado (em outros tempos, o mamão), e a floresta. Essas atividades, apesar de ainda manterem aquela população numa situação pouco confortável, significava a subsistência daquelas pessoas. Com a introdução da monocultura do eucalipto o acesso por entre os eucaliptais foi proibido e as atividades antes praticadas sofreram uma considerável transformação. Os agricultores que permaneceram, pois muitos desterraram em direção ao centros urbanos emergentes como Teixeira de Freitas, não tinham mais condições de “plantar suas roças”. Ademais, os produtos alimentícios oriundos daquela pequena produção agrícola são agora comprados de centros de produção, com uma distribuição razoavelmente eficiente de Vitória e outros lugares no interior. O trabalho na roça foi praticamente abandonado.

As mudanças sociais vinculadas a uma promoção da alteração da ocupação do espaço gerada pelo desmatamento e pela introdução de sistemas agroflorestais em ambientes anteriormente utilizados na produção rural e agrícola, são comuns em diversos outros lugares como o Norte do Espírito Santo e em Minas Gerais.

Os autores Gonçalves e Paiva⁵¹, discutindo as representações no que tange aos aspectos sociais e políticos sobre o passado e presente feitas por produtores familiares e rurais na região do Vale do Rio Doce e Vale do Aço em Minas Gerais, nos esclarecem sobre aquelas mudanças provocadas também aqui no Sul da Bahia. Segundo os autores,

Espaços sociais historicamente formados por populações inicialmente vinculadas à produção para auto-consumo e para mercados locais, essas regiões e seus habitantes foram pouco a pouco vendo suas estratégias de vida e de reprodução sociais, econômicas e culturais sendo modificadas pela penetração da monocultura comercial de madeira. (GONÇALVES E PAIVA, *Op.cit*, p.2)

Os autores sugerem que os argumentos para a opção de desenvolvimento baseada na indústria e na alta produtividade desqualifica social e economicamente a pequena produção rural que se apresenta atrasada, improdutiva e incapaz de se auto sustentar. Tal discurso advoga que as famílias devem não mais atender as demandas relativas à sua própria reprodução social, mas se inserirem em atividades que gerem riquezas para o mercado.

O jeito que os habitantes de Taquari e Juerana (distritos de Caravelas e Alcobaça e Caravelas, respectivamente) lançaram mão para esta inserção no “mercado” foi a produção carvoeira. Atividade potencialmente poluidora, que muitas vezes utiliza mão-de-obra infantil,

⁵¹ GONÇALVES, M.T e PAIVA, N (2004). “Espaço Rural em transformação: um lugar de (qual) memória. Mneme – Revista Virtual de Humanidades, n. 10, v. 5, abr./jun.2004
Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>
Acesso em: Fevereiro de 2006

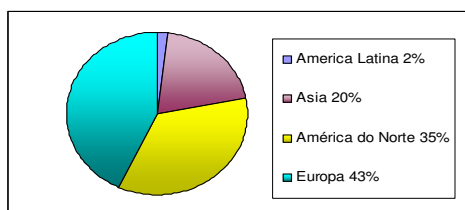
a carvoaria aproveita as galhadas e pedaços de madeira deixados pelas empresas de celulose quando da época de colheita do eucalipto. As empresas de celulose afirmavam que os carvoeiras estariam roubando as árvores de suas plantações pelos moradores daquelas localidades para a obtenção de carvão. Numa ação conjunta do CRA e CAEMA (Grupo da Polícia Militar do Estado, especializada em florestas) em 2005, vários fornos usados na fabricação do carvão foram destruídos e a comunidade reage com violência, queimando ônibus e carretas das terceirizadas das empresas de celulose. A história foi pouco noticiada na imprensa local e ainda o caso parece não ter tido muita importância para o município de Caravelas, já que nenhuma ação concreta de tentativa de resolução do conflito foi tomada até então.

Os diversos conflitos sociais gerados a partir da exploração da agroindústria de celulose tem povoado páginas de jornais ultimamente. Também em 2006, no Dia Internacional da Mulher, centenas de mulheres da Via Campesina irromperam, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul, nos laboratórios e viveiros da Aracruz Celulose. As mulheres danificaram mudas e os conhecimentos acumulados relativos ao plantio do eucalipto, uma forma de tornar pública a indignação da entidade frente às consequências da atividade agroindustrial da celulose.

Entretanto, o relatório de sustentabilidade de 2005 se mostra bastante otimista em relação à resolução dos conflitos. Também nos mostra o documento, alguns aspectos relevantes da empresa Aracruz Celulose, responsável por 30% do mercado mundial de celulose e que teve um lucro líquido naquele ano de mais de 1 bilhão de reais. (ARACRUZ CELULOSE, 2006, *Op.Cit.*)

É interessante notar a destinação da celulose para o mercado mundial. No gráfico 2 a empresa nos apresenta a distribuição geográfica das vendas. A América do Norte e Europa somam aproximadamente 80% da destinação final da celulose, produzida aqui. O controle acionário da Aracruz Celulose é exercido pelo Grupo Safra de capital internacional com sede em Mônaco, Grupo Votorantin e pelo grupo Lorentz, cujo maior acionista é o cunhado do rei da Noruega, todos com 28% cada um e ainda 12,5% de propriedade do BNDES, que aprovou um empréstimo para a Aracruz de 297.209.mil reais em 2005.

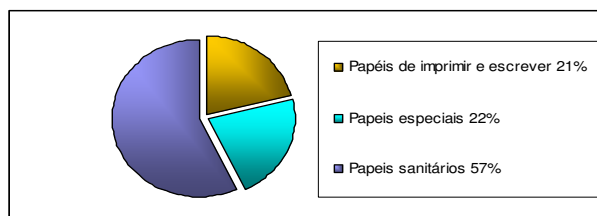
Quadro 2 – Distribuição Geográfica das Vendas – Aracel⁵²



A produção é voltada para o mercado externo, com o Brasil dividindo com os outros 32 países da América Latina, 2% da destinação final da celulose.

Mais interessante ainda é a utilização da celulose na destinação final de produtos de papel. A maior parte da produção é para fabricar papéis sanitários!⁵³

Quadro 3 - Vendas por Uso Final – Aracel⁵⁴



O Gráfico a seguir, extraído do próprio Relatório de Sustentabilidade da empresa em questão, apresenta a destinação dos recursos gerados em 2005. Nota-se que apenas 7% de todo o montante é destinado a pagamento de salários e encargos trabalhistas.

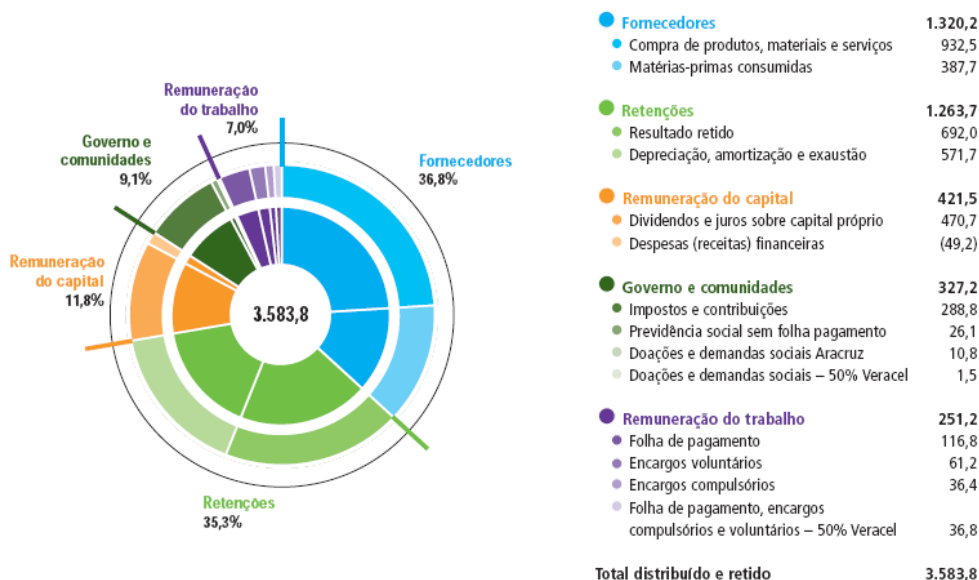
⁵² Adaptado pelo autor.

⁵³ Agradeço a ajuda de Rodrigo Leão de Moura que chamou a atenção para estes dados.

⁵⁴ Adaptado pelo autor.

Quadro 4: Destinação dos recursos da Aracel em 2005. Fonte: Relatório de Sustentabilidade, 2005

Destinação dos recursos gerados em 2005
R\$ milhões ⁽²⁾



(2) O gráfico apresenta os recursos gerados em 2005 pelo critério de Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem por base os resultados do exercício e não o fluxo de caixa, como apresentado nas edições anteriores.

7) Modelo de desenvolvimento como campo de disputas sócio ambientais

O que nos interessa aqui foi o modelo de desenvolvimento adotado que privilegia o grande capital e mantém a questão da transformação da natureza e do trabalho em mercadoria, não obstante as denúncias de diversos grupos de defesa do meio ambiente e de direitos humanos. Este modelo parece ter passado pelas diversas versões que ora foram apresentadas, mas é especificamente na segunda metade do século XX que tal modelo se estabelece de forma definitiva.

Os autores tratados neste capítulo sustentam teoricamente a problemática e a confirmação que o *desenvolvimento*, muitas vezes é então chamado de sustentável, se assenta sob os mesmos parâmetros, mesmo antes das preocupações ambientais virem à tona em todo mundo, e antes também de a classe trabalhadora, por intermédio de sua luta e organização, conquistar alguns direitos, que vêm sendo sistematicamente vilipendiados.

O eucalipto, por exemplo, praticado na monocultura e latifúndio, se afasta sobremaneira da noção de sustentabilidade, apesar de algumas empresas terem aferido o certificado ISO de qualidade e ecologicamente sustentável. Não podemos afirmar que os termos sustentáveis da atividade do eucalipto garantirão realmente sua continuidade e

permanência. É isso que quer dizer sustentabilidade? Se as empresas de celulose modificaram de modo patente a paisagem natural, as relações das populações rurais com o meio natural e com o trabalho, rearranjaram a dinâmica geopolítica das regiões em que atuam; se contribuíram na reformulação políticas públicas, se desterritorializaram e reterritorializaram comunidades e setores da sociedade em termos de seu processo produtivo, talvez possamos afirmar que, para o capital oligopolista “internacional” e somente para ele, há sustentabilidade.

Todavia a noção de sustentabilidade tem origens e indicações diferentes e muitas vezes divergentes, contraditórias. Entendemos que, apesar do otimismo constante na maior parte da mídia, na defesa de alguns segmentos da sociedade e nas próprias publicações das empresas de celulose, a atividade da agroindústria do eucalipto não é sustentável. Ela não garante a perpetuação dos recursos ambientais para as gerações futuras; ela contribui para o acirramento e recrudescimento dos conflitos das comunidades ditas tradicionais e indígenas; ela mantém e amplia a concentração de renda e a concentração de terras; ela também contribui para a dependência política e econômica dos países de economia periférica aos países de economia central; ela, enfim, pratica o que Ernest Friedrich e John Brunhes chamaram de “economía de rapina” que forjou sociedades concentradoras de renda, centralizadoras do poder político e rígidas nas suas estruturas sociais.

Trata-se, portanto, de um campo de disputas dos chamados impactos sócio ambientais que se polarizam em análises antagônicas. Se essa disputa invade a academia, ela indica que o “*desenvolvimento sustentável*” pode ser visto de diferentes pontos de vista e é necessário uma reflexão muito mais profunda que nos permite este trabalho, pelas naturais limitações já expostas.

Henrique Leff⁵⁵ discute a dificuldade de se valorizar os custos ambientais nos termos de uma equação matemática que se arvore em produzir um resultado que concretize o valor real da natureza. Os custos ambientais não podem ser contabilizados, racional, objetiva nem quantitativamente por não haver disponível uma teoria do valor capaz de calculá-los. Para o autor o movimento ambientalista imprime uma resistência à capitalização da natureza e sua luta social implica num processo de reapropriação social da natureza. Propõe, portanto, não só a descentralização do desenvolvimento, mas um deslocamento⁵⁶ das bases do processo produtivo. Assim, “desenvolvimento sustentável” não pode ser entendido como uma

⁵⁵ LEFF, Henrique (1998). La reapropiación social de la naturaleza. **In:** Sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder. México, Siglo XXI. pp.1-12

⁵⁶ O autor usa a palavra “descentramiento”.

compatibilização da conservação com o desenvolvimento econômico, mas trata-se de pensar as questões ambientais como um “potencial para um desenvolvimento alternativo”, na construção de um outro paradigma que integre a natureza e a cultura como forças produtivas. A natureza esvaziada do caráter de mercadoria que o capitalismo lhe impôs, se apresenta como um “meio de produção, objeto de uma apropriação social, atravessado por relações de poder”. (LEFF, 1998)

A negação da ecologia dentro da racionalidade econômica burguesa⁵⁷ inaugura o que o autor chama de “conflitos de distribuição ecológica” e significa que tal economia se assenta sob uma “racionalidade destrutiva antinatura”. Leff mostra que os movimentos ambientalistas podem, a partir de uma concepção de “distribuição ecológica” (diferente do conceito de distribuição, de matiz puramente econômico), inaugurar uma outra forma de apropriação da natureza, ou reapropriação ambiental. Advoga uma outra racionalidade produtiva na qual o próprio conflito ambiental gerado pela insatisfação das necessidades ecológicas em detrimento das necessidades puramente econômicas, no que diz respeito à distribuição e à apropriação da natureza, pode gerar paradigmas alternativos de desenvolvimento.

O sentido da incomensurabilidade entre ecologia e economia, segundo Leff

(...) lleva a pensar la producción sustentable como um sistema complejo, integrado por procesos ecológicos, tecnológicos y culturales de distintos órdenes de materialidad, con diferentes espacialidades, temporalidades y significaciones, que imprimen diferentes formas de valorización del ambiente. (LEFF, 1998, p.6)

Desta forma há que se repensar as estratégias políticas dos movimentos na região, levando em conta alguns desses pressupostos. A justiça ambiental se dará no embate dos diferentes agentes, a partir dos conflitos deflagrados e latentes, em relação ao modo de exploração dos recursos naturais que foi praticado ao longo do tempo, na região em tela.

As demandas e direitos dos recursos das populações extrativistas, pescadoras e lavradoras da região jamais estiveram em pauta. Ainda hoje a proposta de carcicultura para a região entende que o manguezal é o lugar fétido, do atraso, dos homens em seu estágio primitivo.⁵⁸

Urge finalmente que se reavalie os paradigmas econômico-ecológicos presentes em todas as *versões* e que se faça uma tentativa de aliar este binômio, com o fito de superar sua contradição, não em termos paliativos para o bem do setor produtivo, mas sim com outros

⁵⁷ A raiz grega *oikos* está na morfologia dos dois vocábulos: economia e ecologia. No entanto a proximidade é apenas gramatical.

⁵⁸ Cf Anexo C.

fundamentos, que privilegiem as vozes que jamais foram ouvidas nos 503 anos de ocupação da região.

Uma contenda se apresentou em Caravelas a partir do projeto de implantação de carcinicultura. Sob os mesmos paradigmas desenvolvimentistas, a proposta da Coopex se assenta na principal carência da região: emprego. Emprego é a submissão da força de trabalho, potencial humano e do ecossistema manguezal, no caso, aos ditames do capital.

Este capítulo se fez necessário na medida em que apresenta o paradigma constante na noção de desenvolvimento que defendem os “empreendedores” dos viveiros de camarão em contraste com um outro, defendido por outros agentes, que se opõe àquela idéia. Queremos crer que a proposta dos viveiros de camarão pode ser vista como uma reedição do paradigma de desenvolvimento, constante nas outras versões a que nos referimos neste capítulo.

Não obstante, a proposta de Unidade de Conservação também deve ser discutida. Uma Reserva Extrativista poderia estancar aquele processo? É interessante realmente interrompê-lo, se não há definitivamente muita clareza, ao menos por parte dos agentes locais, em relação às bases de desenvolvimento, dessa vez sustentável, que as Unidades de Conservação de assentam? Dos doze tipos diferentes de Unidades de Conservação constantes no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, a Reserva Extrativista é uma das poucas que inclui as populações ditas tradicionais. A Resex é, por fim, um instrumento eficaz de manutenção do equilíbrio entre a produção e a perenidade dos recursos naturais?

Com efeito, é improvável que respondamos a esses questionamentos nesse trabalho. Porém é necessário que a própria população de marisqueiros, pescadores e ribeirinhos participe ativamente das discussões acerca de seu próprio futuro, para que não precisem ser representados nem pelo grupo de “ambientalistas”, nem pelos empreendedores da carcinicultura. Há algo que vem sendo sistematicamente negligenciado pelos agentes “ambientalistas”: conciliar os diversos saberes, a academia, a política local, com o objetivo de incluir o saber, a cultura e a cosmologia dos ribeirinhos, pescadores e marisqueiros de Caravelas e Nova Viçosa.

CAPÍTULO II

Ongs, Prefeitura e Coopex: a disputa pelas verdades

*... dizer que uma sociedade funciona é um truísmo;
mas dizer que tudo numa sociedade funciona é um absurdo.*

Claude Lévi-Strauss

O presente capítulo e o próximo têm por objetivo apresentar os conflitos gerados a partir das implicações das questões ambientais surgidas no município de Caravelas entre os anos de 2002 - 2006. O marco inicial é inaugurado no pedido do então chefe substituto do Parnam Abrolhos sobre esclarecimento em relação a um projeto de carcinicultura que havia sido noticiado no Jornal Correio da Bahia de Salvador, em junho de 2002.

As questões ainda não estão resolvidas e há ainda uma confusão gerada a partir de informações não confirmadas e mesmo falseadas. O processo de licenciamento da carcinicultura da competência do CRA já se adianta com a Licença de Localização, concedida pelo órgão em 19 de maio de 2006 na 297ª Reunião Ordinária do Cepram - Conselho Estadual de Meio Ambiente. Entretanto, no D.O.U de 16 de maio de 2006, apenas um dia antes da concessão da referida licença, foi publicada a Portaria nº39 do Ibama a Zona de Amortecimento do Parnam Abrolhos, que obriga a Coopex a submeter seu projeto àquela instituição. A federalização da competência do licenciamento foi diversas vezes aventada e perseguida pelo movimento ambientalista local, bem como pela OAB e pelo Ministério Público em sua Ação Civil Pública, impetrada em 06 de março de 2006. Entretanto, segundo alguns agentes, a ZA é um instrumento frágil, sujeito a pressões políticas e *per se* não garante estancar o processo de implantação da carcinicultura. De fato, diversas matérias e pronunciamentos foram emitidos questionando as conseqüências dessa Portaria no campo produtivo, principalmente no tocante à prospecção de petróleo e gás natural, que a Zona de Amortecimento impede.

A questão, portanto, ainda não se resolveu no campo institucional, mas em relação aos caravelenses de modo geral ainda há muitas dúvidas em relação às “verdades” que estão sendo disputadas pelos grupos ora polarizados. Na cidade, ainda correm boatos tais como: “o

MMA (Ministério Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal) recusou o pedido de criação da Reserva!”, “A Zona de Amortecimento não tem validade jurídica porque foi decretada pelo terceiro escalão do Executivo, rompendo o Pacto Federativo. Devia passar pelo legislativo e tinha que ter a aquiescência da prefeitura e dos vereadores. É lei que não pega” – disse um comerciante local. “Se a Reserva não saiu agora, não sai mais nunca, por causa que é ano de eleição e eles não vão brigar entre eles”. O autor da frase refere-se ao governo Federal na sua relação com o governo do Estado da Bahia.⁵⁹

Como já foi dito, ainda não há uma decisão definitiva em relação à contenda. Só haverá um “ponto final” na questão, “quando a Resex for finalmente decretada”, disse um dos militantes do movimento ambientalista local.

Como ficou exposto na *Introdução* desse trabalho, tive uma dificuldade muito grande, a partir da mudança de foco e objeto desse estudo, em alcançar o “outro lado”. Voluntário do “movimento ambientalista”, minha atuação foi vista com uma certa reserva por parte dos apoiadores da proposta da carcinicultura, além da já citada dificuldade por parte de algumas pessoas em entender qual a diferença do biólogo para o sociólogo. Principalmente alguns interlocutores da comunidade local não conseguiam entender os objetivos do meu trabalho. No entanto, a aproximação antropológica se revelou deveras importante para a conquista da credibilidade entre essas pessoas. O fato de não estar ali tão somente “coletando dados” me introduziu numa esfera de códigos que os biólogos geralmente não alcançam. Por outro lado, se pudéssemos dividir o grupo de “ambientalistas” há os que intervêm de forma direta na comunidade local, com propostas positivas de ação; há também os que pesquisam a fauna e flora da região, que chegam exclusivamente para esta coleta de dados; há os que participam da vida política do município; há os que, inseridos em uma ou outra categoria, participam dos eventos sociais. Enfim uma miríade de inserções dos “ambientalistas” se apresenta. As combinações dessas categorias revelam mais ou menos sua credibilidade frente à comunidade. Não nos coube categorizar de forma rígida todas as formas possíveis, mas tão somente a dificuldade em me perceber e ser percebido como um pesquisador que utiliza outras abordagens que aquelas geralmente, mas nem sempre, praticadas pelos biólogos. De todo modo, a dificuldade maior se deu por conta da ambivalente identidade pesquisador-militante.

⁵⁹ Há um conflito às vezes implícito, mas nesse caso em clara disputa do órgão ambiental do estado (CRA) *versus* o federal (Ibama)

Se de um lado esse movimento dialético revela uma dificuldade na coleta de dados, de outro me insere num contexto de credibilidade que em outra circunstância, qual seja a da coleta de dados num contexto de relativa neutralidade científica, como advogam os paradigmas positivistas e como entendem alguns weberianos, não me seria possível.

Tal inserção revelou uma dificuldade em alcançar alguns importantes militantes do movimento pró-Coopex que poderiam ter sido interlocutores determinantes para que se pudesse alcançar uma visão mais ampliada e mais completa dos interesses em jogo. Mesmo assim, alguns desses dignitários, generosamente, se dispuseram a colaborar com a pesquisa e seus depoimentos foram significativos e imprescindíveis para a reflexão do problema.

A partir de algumas implicações da Teoria da Relatividade einsteiniana para a observação dos fatos materiais pela ciência, Alfred North Whitehead apresenta uma reflexão sobre os acontecimentos da realidade a que prefere chamar de evento.

O autor entende evento em três dimensões: local – a que podemos chamar de espaço; o momento – “lugar” que ocupa do tempo; e o seu caráter, isto é, sua significação. A natureza nos fatos tratados neste trabalho refere-se a um complexo de eventos passageiros” lidos a partir de minha própria experiência no espaço e no tempo. Assim esses eventos portam um significado e estão necessariamente circunscritos num espaço-tempo específico. As diversas situações em que o observador capta os significados dos eventos e os define, ao mesmo tempo este movimento sensorial e intelectual amarra a realidade observada num conceito abstrato.

(...) os fatos concretos da natureza são eventos que revelam uma determinada estrutura em suas relações mútuas e determinados caracteres próprios. A finalidade da ciência é expressar as relações mútuas entre esses caracteres em termos das relações estruturais mútuas. (WHITEHEAD, 1994, p. 199)

O autor salienta que aquelas circunstâncias singulares dos eventos, por estarem dimensionadas no tempo, indicam que espaço e tempo não podem ser dissociados da natureza física. Portanto o que se vê, se sente, o que se percebe só é verdade apenas naquelas circunstâncias.

Os fatos da contenda Resex-Carcinicultura, portanto, estão sob a minha observação desses eventos⁶⁰ e da forma com que eu interpretei as interpretações dos meus interlocutores

⁶⁰ Para Whitehead é impossível reconhecer o evento em si, mas sim reconhecer seu caráter.

na série de eventos em tela. Esta minha interpretação está circunscrita num espaço e num tempo indissociáveis; trata-se, portanto de um entendimento particular sobre o caráter dos eventos que ora são narrados. Isto não quer dizer que se trate apenas de uma elocubração subjetiva acerca da minha experiência pessoal, mas que observadores diferentes em circunstâncias diferentes, ainda que observem os mesmos eventos, concluirão verdades⁶¹ diferentes.

O que importa, com o apoio da reflexão de Whitehead, é que entendo todos os acontecimentos narrados como uma estrutura de eventos num intervalo espaço-temporal específico, sob circunstâncias determinadas. Há que se reter então que a narrativa encontra-se fundamentada nestes pressupostos teóricos. Estou fazendo uma seleção a que pude abstrair da dinâmica dos eventos e as comunico aqui no texto como uma aproximação válida.

Assim procuro entender o que ocorreu na minha inserção neste complexo de eventos dessa forma:

O mundo que conhecemos é um fluxo contínuo de ocorrências, que podemos distinguir em eventos finitos a formar, por meio de suas mútuas sobreposições, inclusões e separações, uma estrutura espaço-temporal. (WHITEHEAD, 1994, p.203)

Não é Whitehead que relativiza essa experiência do observador a que me refiro. Mas é a partir do que o autor apresenta é que me permito agregar ainda mais este elemento na observação dos eventos ocorridos desde que cheguei em Caravelas.

O que está se transformando em texto neste momento de minha “aventura científica” se refere a todos aqueles eventos presos lá naquele limite espaço-temporal.

Cornelius Castoriadis⁶² aponta as impossibilidades de se pensar a sociedade e a história dissociadamente. Para o autor, as tradições que procuraram entender a sociedade e a história como disciplinas estanques, equivocam-se por inúmeras razões. Concentra sua crítica principalmente no funcionalismo – que pertence, segundo o autor, a um grupo de abordagem do tipo fisicalista; e no estruturalismo, que se agrega nas correntes do tipo logicista. Para o autor, o social-histórico deve ser questionado a partir dele mesmo e assim ele não pode ser inserido nas categorias tradicionais. Não pretendo apresentar todos os argumentos do autor acerca desta questão, mas utilizamos este esquema para pensarmos os eventos narrados.

⁶¹ *Reconhecimento* nos termos do autor.

⁶² CASTORIADIS, C. (2000) “Imaginário Social e a Instituição” In: *A instituição Imaginária da Sociedade*. São Paulo, Paz e Terra pp.201-257

Para Castoriadis os elementos constantes no universo social-histórico, mesmo que muitas vezes materiais e concretos carregam uma significação simbólica que não pode ser verificada sem esse entrelaçamento. As instituições se constituem e constroem redes entre si a partir do simbólico – apesar de não se poderem reduzir a ele. O símbolo não tem fronteiras como queria a tese funcionalista, que queria lhe atribuir um “revestimento neutro, como instrumento perfeitamente adequado à expressão de um conteúdo preexistente, da ‘verdadeira substância’” (CASTORIADIS, 2000 p.142-143) Assim o autor vê a rede de significados e símbolos num sentido mais amplo para que possamos compreender o processo de alienação das sociedades em relação às suas instituições.⁶³ A vida social é material e concreta, contudo são os efeitos do imaginário social e sua gama de símbolos que se encontram contidos nas instituições que apresentam o que fundamentalmente constituem as sociedades. O autor dá bastante importância a estes aspectos simbólicos e assim procura combater a visão funcionalista do simbólico reduzido a um mero aspecto funcional, uma série articulada de elementos que visam tão somente às satisfações das necessidades de uma sociedade. Há uma miríade de outros elementos que acompanham a rede simbólica que jamais podem ser isolados ou separados.

A instituição é uma rede simbólica, sociamente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário. A alienação é a autonomização e a dominância do momento imaginário na instituição que propicia a autonomização e a dominância da instituição relativamente à sociedade. (CASTORIADIS, 2000, p.159)

Reconhecer a importância desse simbólico viabiliza uma interpretação mais próxima da veracidade dos eventos a que me refiro nesse trabalho. Todavia, o “discurso é tomado pelo simbolismo”. O meu discurso, o discurso dos agentes em conflito e as demais significações desse universo simbólico que vai desde a própria linguagem que comunico; os elementos dispostos ao alcance dos agentes; a imagem que a comunidade caravelense faz e refaz de si mesma; as oposições, a origem, o funcionamento das organizações, enfim, tudo o que por ventura possa aqui estar descrito, apesar de constituir uma materialidade concreta, percebida, é uma combinação de significados, ou, nos termos do autor, significações imaginárias sociais. Não se confundem porém com representações, pois tratam-se de outra coisa, têm outra natureza e substância.

⁶³ Aí se encontra uma das críticas ao marxismo que o autor elabora. Para Castoriadis a alienação não se dá unicamente em sociedades que apresentam uma estrutura de classes marcada: “[numa sociedade de alienação] suas instituições não têm com ela a relação de pura exterioridade e de instrumentalidade que lhe atribuem às vezes marxistas ingênuos; ela não pode mistificar o restante da sociedade com sua ideologia sem mistificar-se a si mesma ao mesmo tempo.” (Castoriadis, 2000, p.139)

As significações imaginárias sociais (...) não *denotam* nada, e *conotam* mais ou menos tudo; e é por isso que elas são tão frequentemente confundidas com seus símbolos, não somente pelos povos que as utilizam, mas pelos cientistas que as analisam e que chegam, por isso, a considerar que seus significantes se significam por si mesmos, (uma vez que não remetem a nenhum real, nenhum racional que pudéssemos *designar*), e a atribuir a esses significantes como tais, ao simbolismo tomado em si mesmo, um papel e uma eficácia infinitamente superiores às que certamente possuem. (CASTORIADIS, 2000, p.173)

Quero escapar dessas armadilhas a que a teoria se refere no que diz respeito às interpretações de estigma funcionalista ou estruturalista, no modo com que nos apresenta o autor⁶⁴. Quero crer que todas as inferências e injunções que trago nesse capítulo respeitam mais ou menos às indicações teóricas desses dois atores. A estrutura de eventos, contextualizada no espaço e no tempo, compreendendo um universo sócio histórico, carregado de símbolos, é o cenário que se me apresentou na inserção no campo.

Para que possamos entender esse processo sócio histórico que se apresenta, faremos uma breve descrição das organizações que se integraram no movimento ambientalista. Os diferentes agentes se dispuseram, a partir da verificação que a proposta de carcinicultura no município era real, a se unir em torno da questão, com o conhecimento acumulado e opondo-se à proposta, ao mesmo tempo em que revitalizaram uma outra: a da Unidade de Conservação de Uso Sustentado.

Não há como negar que esta revitalização foi alimentada pela possibilidade real do licenciamento da fazenda de camarão. As forças se multiplicaram a partir dessa constatação e tanto um quanto outro lado se utilizaram do mesmo argumento. O grupo dos “empreendedores” perguntou o porquê de os “ambientalistas” terem somente agora com a carcinicultura em pauta, iniciarem um processo encorpado de mobilização pró-Resex, se já havia bastante tempo – outubro de 2003, que a Associação dos Moradores Ribeirinhos de Caravelas havia entrado com um pedido junto à Câmara Municipal para que esta estudasse a viabilidade da criação de uma UC para a área de mangue. Por outro lado, os “ambientalistas” utilizaram do mesmo argumento para intensificar o esforço para a aquiescência da comunidade, principalmente ribeirinha para a criação da UC.

Numa transcrição feita a partir de uma manifestação do então presidente da Colônia de Pescadores Z-25, questiona-se o interesse pela Resex.

⁶⁴ Não obstante, no primeiro capítulo percorro toda a história da região numa abordagem de inspiração marxista, por considerar a mais adequada para concluir as reflexões que fazia.

Há uns anos atrás, quando se pensou criar uma reserva extrativista eu era Vereador. Passou-se, comentou, e não criou. Porquê? Não dá pra mim entender. Porque que só hoje, só agora, no momento em que as empresas estão querendo investir em Caravelas, varias empresas que vêm pra cá gerar emprego e renda, - e é isso que os filhos de Caravelas estão precisando. Porque estas ONGs agora se manifestaram a favor de criar uma reserva extrativista, gente? Será possível! Vocês não tão observando que a idéia da reserva extrativista é simplesmente para impedir os empreendimentos que estão chegando para Caravelas? Este pessoal não gosta de Caravelas, gente.

Fica patente neste depoimento que o mote utilizado pelo grupo dos “empreendedores” para contradizer os argumentos dos “ambientalistas” é justamente o impedimento do progresso da cidade. As razões não são comunicadas; as “verdades” estão em disputa mas nunca se afrontam realmente. Em todo o processo de mobilização, nunca ocorreu um debate entre as idéias que se opunham. Mesmo na mídia local, os argumentos de um lado e outro não se enfrentavam⁶⁵

A relação Resex/Coopex, apesar de o primeiro termo ser mais velho que o segundo, invocou o conflito. De fato, estando eu no campo para a mobilização comunitária os argumentos mais utilizados para o envolvimento dos ribeirinhos foram: (a) os perigos da implantação de uma fazenda de camarão para o manguezal e para a população ribeirinha e pescadora; e (b) a “invasão” de marisqueiros de fora, que ocorre há anos – e ninguém melhor que os próprios ribeirinhos para conhecê-la –, contribuiu para a diminuição da população de caranguejos⁶⁶

Relação existe a gente não tem como negar. A turma que mobilizou em prol da criação da Resex agora foi forçada à mobilização em prol da Resex por conta da instalação da criação de camarão. Instalação não, do projeto. Isso não tem como negar. A gente não quer ficar batendo nesta tecla pra não fazer confusão com a opinião publica, mas foi dada pouca importância pra Resex. Isso já está num processo desde quando a comunidade cobrava, porque eles alegam isso. Quando a comunidade cobrava uma posição do Ibama, porque o Ibama não fiscalizava? E de

⁶⁵ Ver Anexo H. O repórter do jornal “Cidade” escreve : “A reportagem do Cidade ouviu alguns dos ambientalistas de Caravelas, que se declaram não estar nem um pouco preocupados com o emprego nem com o progresso de Caravelas. Na prática eles são contra o projeto e ponto final”

⁶⁶ Ainda não há um estudo definitivo que justifique a hecatombe de caranguejos ocorrida nos últimos três anos. Os ribeirinhos disseram que foram os venenos utilizados por estes marisqueiros de fora que “derrotou” os caranguejos; e ainda o volume na retirada dos bichos também comprometeu a reposição das gerações subseqüentes. Como nos informa um depoente:

Como eu falei, antes a pressão era muito grande: “cara, vai lá que os caras estão acabando com nosso caranguejo!”. Foi quando veio pra cá, isso foi em [19]96, uma turma de Canavieiras. Veio João do Caranguejo, e já passou por Nova Viçosa. Rapaz, esses caras retiravam 2 mil e poucos caranguejos toda semana! Tinha só 2 famílias na época, aqui na Avenida, tinha um pessoal de Nova Viçosa ,tinham alguns que moravam no mato, que vinham só ajudar esses caras aqui que ficaram articulando e tal. O pessoal acampava no meio do mato, da restinga. Acampamento de pouco tempo: ficavam uma semana, usavam redinha. Esta foi a estratégia: quando o caranguejo subiu mesmo no verão, foi esta galera que trouxe a redinha, antes num tinha redinha, foi a turma lá de Canavieiras. E nisso está desde [19]96 a pressão da comunidade.

fato não tem como punir [a extração de caranguejos pelos marisqueiros de fora], porque a lei permite... E aí foi levantada essa conversa: “só dá para impedir se criar uma Resex”. Mas a resposta era só essa, não se mobilizava com tanta força como agora está se mobilizando. Isso a comunidade tem uma certa razão quando cobra. Parece que tem que acontecer algo de ruim pra vir coisa melhor depois.

As diferentes instituições já tinham uma experiência de comunicação entre elas, mas em nenhum momento de sua história, se agregaram do modo como fizeram e ao que parece, a carcinicultura foi o elemento que animou esta agregação. Talvez se não houvesse a UC como expediente eficaz contra o empreendimento, provavelmente estas organizações não teriam se vinculado de forma tão decisiva. A resposta do outro lado também se deve a esta articulação. Talvez se o esforço de mobilização não fosse tão intenso, a resposta dos “carcinicultores” não teria sido tão imediata. De todo modo, a operação anti-carcinicultura e pró-Resex pode ter sido percebida pela comunidade como uma continuidade de um modelo de envolvimento muito parecido com o que se pratica nos períodos eleitorais. Não foram raras as perguntas e reclamações do tipo: “e você? O que você ganha com isso?”; vocês vêm aqui estudar os caranguejos, os peixes e nada sai pra gente!” Devemos levar em conta o que nos falam os moradores, principalmente os ribeirinhos. Seriam os principais beneficiários tanto na criação da Resex – pela priorização de políticas públicas para as comunidades, pela atenção que teriam por habitar uma zona protegida pelo Estado; quanto na criação de camarão, que, segundo os “carcinicultores”, eram aquelas mesmas pessoas que seriam arregimentadas para trabalhar na fazenda, pois a atividade não exige especialização da mão-de-obra. Nesse sentido, as “verdades” se chocam, se contradizem: vale qual o melhor entendimento e a melhor forma de comunicar, que, obviamente, não me cabe aqui julgar. Porém, a confusão gerada a partir da disputa das “verdades” contribui para a crença que há interesses envolvidos de ambos os lados que a comunidade desconhece.

Os “ambientalistas” acabaram por se endividar com a comunidade. Apesar de não se ter feito promessas, o movimento teve que dar uma resposta mesmo que tácita a seguinte questão: “Se vocês não querem o camarão, o que é que vocês vão trazer pra comunidade?” Essa contrapartida não pode se realizar. Nenhuma das instituições pode oferecer “empregos” à comunidade. No entanto, o fato de se estabelecerem em parcerias mais consistentes, ofereceu uma possibilidade de se pensar com mais cuidado estas questões. Assim, a aglutinação das instituições se deu não apenas em oposição à carcinicultura, mas com o desafio de dar uma resposta eficaz para superar as condições de vida da comunidade pesqueira e marisqueira, tal como se verifica nos discursos dos ambientalistas. Todavia isto não é atribuição, nem natureza

daquelas instituições, mas o desafio está posto. O deslocamento nessa questão prescreve uma nova aproximação das instituições ambientalistas na comunidade.

É muito comum nos depoimentos que se levante a singularidade do momento interinstitucional que viveram as organizações. Apesar de já se terem construído relações de parcerias perenes umas vezes, pontuais em outras, o modo como as diferentes instituições se articularam contra carcinicultura e pró-Resex e vice-versa parece ter sido único. No caso dos “ambientalistas”, os diferentes depoimentos corroboram com esta visão que este momento especial inaugura uma nova forma de articulação entre as instituições. Segundo a fala de um dos representantes,

Eu acho que temos uns fatores, ponto negativos mas acho que tudo se traduz no fator confiança. Infelizmente, nós não conhecemos a fundo as ações um do outro grupo, e isso acaba também ferindo algumas questões, ou e no mais pessoalmente sendo uma guerra de egos. Eu particularmente não gosto muito disso, acho que a gente teve algumas falhas sim, e todavia também avançou muito. O tamanho que nos tínhamos, a perna que nós temos, nós mobilizamos e formamos opinião junto de uma galera bem significativa. Eu acho que nós fomos inocentes em trabalharmos em uma questão que é muito séria de forma primária, e nós trabalhamos realmente confiando no bom senso das pessoas, e trabalhamos também sabendo que em momento algum fomos anti-éticos, a gente não apelou, a gente não fez nada disso (...) Fomos inocentes sim, porque em alguns momentos deixamos transparecer que a gente não estava exatamente bem, que não havia uma sintonia muito fina entre a gente. A gente ia pra campo ou a gente falava na comunidade às vezes um assunto que eu falava de uma forma e outro falava de outra, e talvez esta falta de um diálogo próximo onde as pessoas pudessem naturalmente sentir que o Kid, o Mainho, o Dó, o Rodrigo, o Gui falavam a mesma linguagem já seria um fator importante. O que eles [“empreendedores”] fizeram muito bem. Eles bateram: a questão é esta, esta, esta e com isso eles acabaram conquistando ou tendo alguns adeptos.

Nesse momento diversos outros interlocutores entraram em cena, não apenas as instituições ditas “ambientalistas”. Um Movimento Cultural, um grupo de jovens, militantes do movimento de bairro, grupo de jovens da Igreja Católica, professores, estudantes, pescadores, marisqueiros. Não obstante esta configuração ter se desarticulado, em parte pela dificuldade de comunicação do grupo, ficando a maior parte das decisões na esfera das instituições “ambientalistas”; em parte por uma concepção de alguns agentes, de que o movimento deveria planejar seus passos em uma esfera menor, apenas com as lideranças mais importantes, numa direção de “cúpula”; em parte pela burocratização e ampliação da questão que alcançou as esferas estadual e federal, possibilitando uma desarticulação da mobilização comunitária local. De outro lado a “contra-informação” da Prefeitura obteve um certo êxito,

controlando as “vontades” locais com a influência que exerce sobre seus funcionários e com as parcerias locais. Ademais, tanto o Ibama quanto as ONGs sofrem muita resistência na comunidade de modo geral, como já foi descrito. Assim, muitos dos caravelenses, crendo ou não na oferta de empregos da Coopex, se indispõem ao movimento ambientalista muito mais por uma reação cética às ONGs e ao Ibama, do que realmente por um apoio refletido à proposta de carcinicultura. Conforme Cecília Mello⁶⁷, o que diz que um ou outro é “forasteiro” depende de uma série de comportamentos e valores e outras imputações, já que boa parte dos “dignitários” de Caravelas (políticos, comerciantes, proprietários das operadores de turismo, funcionários e colaboradores das ONGs) são de fora.

(...) a oposição “nativos x de fora” não é unívoca; o que une e separa os “nativos” dos “de fora” depende da situação e da forma como se ordenam, no contexto dado, os diferentes níveis de pertencimento em jogo. (MELLO, 2006, p.7)

Significa que esta oposição é bastante fluída e é só provocada e proferida quando há algum interesse em jogo. O prefeito é de fora, a maior parte dos comerciantes é de fora, no entanto, aqui nesta série de eventos, são os “ambientalistas” que instigam a terminologia. Os “de fora” são os intrusos; a pecha é negativa. Perceber este desencontro é introjetar às vezes um sentimento de ódio, às vezes uma posição reativa de qualquer ação por parte dos ditos “ambientalistas”. Alguns caravelenses se sentem inferiorizados perante a vida diferente que levam aquelas pessoas.

Em um depoimento de um dos chamados “ambientalistas”, a questão “nativos” *versus* “de fora” novamente se revela.

Na verdade não tem um critério do que é “de fora”, o critério é o interesse. Se a gente pegar o exemplo esta história da Coopex, as pessoas que estão propondo o empreendimento são todas de fora. Todavia são chamados “de fora” hoje as pessoas que são contra o empreendimento, que neste caso somos nós. (...) De fora é todo aquele, ou naturalmente seriam todos aqueles que não vão gerar para mim nenhum recurso imediato. Se por acaso eu trabalho com você, você é dos Estados Unidos, e que você vai com certeza abrir uma empresa na minha cidade você pode ser de fora, mas você é muito bem vindo porque eu vou trabalhar contigo. Se você é daqui, há mais de 30 anos, mas infelizmente seu registro não está como nascido em Caravelas, e se você se posicionar contra o interesse de alguém que vai fazer um empreendimento aqui, com certeza

⁶⁷ MELLO, Cecília. 2006. Educar, Controlar, Circunscrever: notas etnográficas sobre biopolítica no extremo sul baiano. In Pedro Jacobi e Lúcia Ferreira (org.) Diálogos em Ambiente e Sociedade no Brasil. Coleção ANPPAS. Annablume, São Paulo

você vai ser chamado novamente de “de fora”. Então não existe na verdade um critério pra dizer quem que é de fora. Existe sim, uma relação de interesse onde, se você ferir meu interesse a melhor forma de dizer que você não está me agradando é te chamar de “de fora”.

Há, portanto, vários “de fora” – aqueles vistos pelo depoimento acima; a pecha baseia-se nos oportunismos, nos jogos de interesse. O indivíduo é “de fora” na medida em que nada contribui para a satisfação dos interesses de outros. Já Mello entende o “de fora” com outra lógica. Com um olhar etnográfico autora assume a visão do “nativo”:

(...) a tensão “nós e eles” reaparece em determinadas situações. Como boa parte da elite branca da cidade, eles pouco frequentam a *Avenida*, área periférica onde mora grande parte da população afro-indígena da cidade. Embora certamente mais “bem vista” que há uma década atrás, a região ainda carrega marcas de um estigma de região perigosa. Numa festa promovida pelos moradores da *Avenida*, ao constatar a ausência dos “biólogos” mais de um morador da cidade reclamou do “povo do sul, que não dá carona, não se acasala com a comunidade, não se integra”. (MELLO, 2005, *Op. Cit*, p.7)

O que vimos é que esse povo da *Avenida*⁶⁸ na verdade já interage com estes forasteiros. Nos eventos promovidos ali, a presença dos estagiários, dos pesquisadores é sempre marcante. Certa vez, uma aula de dança promovida por um grupo da comunidade local não ocorreu, pois não havia nenhuma “bióloga” presente. Esta interação ocorre, todavia há algumas diferenças nas relações de intimidade dos diferentes grupos: os biólogos são uns; o povo da *Avenida* é outro. As tentativas de interação acontecem, provavelmente porque há uma afinidade estética compartilhada. O *reggae*, p. ex., é um ritmo que é apreciado por estes dois grupos e tal preferência musical pode vir a agregá-los. Por ocasião das festas de Carnaval, um grupo que contava com nativos da *Avenida* e os “biólogos”, montaram um bloco de carnaval chamado “Reggaeiros da Liberdade” e juntos confraternizaram ao menos na “concentração” do bloco e no *show* da banda Tribo de Jah. Portanto aquela percepção da autora pode não se aplicar nos dias hoje, ou talvez não com a mesma intensidade constatada. Quiçá esta observação tenha mudado de lugar. O Bairro Novo é hoje o espaço da periferia, a região perigosa. A ocupação do Bairro Novo já se inicia conflituosa quando a demanda por moradia instala um grande número de famílias às margens do Rio do Macaco. Ali casos de prostituição infantil e tráfico de drogas ocorreram com muito mais frequência que na *Avenida*. Parece que houve uma reterritorialização do estigma negativo que migra da *Avenida* de duas

⁶⁸ Cf os trabalhos de MELLO, *Op. Cit*, 2005 e 2006

décadas atrás para o Bairro Novo, onde a maior parte dos pescadores da sede do município moram, pela proximidade dos pequenos portos erigidos nos últimos anos. Ali sim a entrada do bairro nem sempre é franqueada para os “ambientalistas”. Participei de uma das projeções de imagens e dados referentes a carcinicultura no bairro e concluí que foi o lugar onde mais houve rejeição aos argumentos dos “ambientalistas”. Houve também uma reação contra um esforço de informação logo após a realização das Consultas Públicas para a criação da RESEX, como se verá adiante.

Assim, o Bairro Novo, muito mais que a *Avenida* é o lugar onde mais se observa rejeição à idéia da Resex, apesar de ser um bairro onde se encontra uma população numerosa de famílias marisqueiras e pescadoras. Explicar o fato é muito mais difícil que percebê-lo. Até o momento da redação deste trabalho não nos foi possível apreender esta rejeição. Acreditamos que o fato se dê pela proximidade que muitas lideranças locais têm com a prefeitura e com os vereadores e também porque o Bairro Novo não foi um local de prioridade para o esforço de mobilização.

À época de toda a movimentação por ocasião da Audiência Pública da Coopex, diversos atores começam a interagir. O coordenador do Projeto Manguezal vinha projetando em diversos pontos da cidade, nas escolas e em reuniões com a população ribeirinha, uma série de imagens e números sobre os impactos negativos da carcinicultura em outras localidades. Já há algum tempo que o termo “carcinicultura” estava sendo propagado como atividade poluidora e que traria riscos para o município e sua população, principalmente a extrativista. Esse documento foi disponibilizado para as outras instituições que dispunham do equipamento de projeção (IBJ, CI-Brasil, Parnam Abrolhos), para o reforço na campanha de informação. Outros vínculos foram então estabelecidos ou fortalecidos entre os opositores à carcinicultura. Participavam das reuniões promovidas pelos atores mais engajados, desde professores, grupos de jovens, representantes das ONGs e de grupos locais, até os próprios marisqueiros e pescadores. Iniciava-se então uma grande mobilização contra o projeto de carcinicultura que, além de informativa, também tinha um caráter de politização da população. O movimento manteve-se intenso até a sua dispersão por conta das festas de fim de ano, à redução do esforço de mobilização dos carcinicultores nas comunidades e à concentração de esforços das ONGs e do Ibama local no processo de criação da UC. Soma-se a isso também uma dificuldade patente do “movimento ambientalista” local na questão da comunicação. Uma das críticas mais contundentes feitas alhures por alguns parceiros e

“independentes” à equipe de mobilização para a criação da Resex foi a negligência em relação ao diálogo com os outros agentes direta ou indiretamente envolvidos tais como: outras associação de moradores, e de classe, grupos de jovens, militantes individuais. Isso se explica, em parte, pelo ambiente dinâmico e urgente que o contexto se apresentou. Era preciso, de um momento a outro, organizar a estratégia de campo e alguns dos agentes envolvidos na oposição à carcinicultura viram-se alijados do processo. Tal entendimento pode ter levado a uma certa antipatia para o apoio ao processo de mobilização. Ainda assim, muitas foram as contribuições dos agentes não diretamente engajados na preparação das Consultas Públicas (CPs) para a criação da UC.

Os diversos agentes e contribuições

1) Os ambientalistas locais:

a) Instituto Baleia Jubarte (IBJ)

O IBJ foi criado em 1996 a partir do Projeto Baleia Jubarte, com o intuito de contribuir para a conservação e o desenvolvimento de pesquisas sobre a baleia-jubarte, importante espécie-bandeira para a conservação marinha. O IBJ também contribui para a formação ambiental de mestres e marinheiros, e das empresas que operam turismo no Arquipélago de Abrolhos. Além disso, O IBJ realiza um trabalho periódico de Educação Ambiental nas escolas, tendo como público-alvo professores, alunos e comunidade em geral.

Segundo um de nossos interlocutores o IBJ nasceu de uma necessidade operacional de viabilizar o estudo das baleias-jubarte.

Instituto, que é uma ONG e eu acho que foi muito motivada pelas dificuldades burocráticas ligadas ao Ibama... que é mesma situação do Tamar O Tamar, a história é praticamente a mesma: o projeto Tamar é dentro do Ibama eles criaram a fundação Pró-Tamar e eles têm uma parte dos funcionários do Ibama e outra parte de funcionários da Fundação. E a Fundação capta recursos e aplica nos projetos. O que aconteceu é que o Projeto Baleia Jubarte não foi pra frente, porque não teve nenhum funcionário do Ibama designado para o projeto como era o Tamar. No Projeto Baleia Jubarte não existia uma coisa desse nível. Em 96 veio o primeiro patrocínio Petrobrás junto com a criação [do IBJ] então acho que a criação foi meio motivada, que aí você começa os contatos. Quando veio a possibilidade do recurso, fundaram o IBJ. De lá pra cá houve uma separação: o Ibama não tem nenhuma ingerência mais no IBJ, que é totalmente autônomo, apesar de a história de parceria mesmo, de ação, vem sendo cada vez mais... O IBJ tramita em todos o âmbitos do Ibama, desde a DLIC [diretoria de Licitações e Contratos], ELPN [Escritório de

Licenciamento das Atividades de Petróleo e Nuclear] no Parque Nacional, na Direção [Diretoria de Ecossistemas], nas gerências... Nós vemos no instituto que a parceria é fundamental importantíssima. Acho que é um auxílio mútuo. O Ibama tem muito a ajudar o Instituto e o Instituto tem bastante a ajudar o Ibama e acho que é... sabe das limitações do Ibama, só quem vive lá dentro conhece, apesar de ser diferente...

O IBJ foi criado portanto por uma dificuldade que alguns pesquisadores tiveram para a manutenção de suas atividades dentro do Ibama. Hoje o IBJ, além do monitoramento das baleias-jubarte, ainda tem um programa de Educação Ambiental permanente e apóia institucionalmente o Patrulha Ecológica, cuja principal liderança, também foi um dos fundadores do IBJ.

O depoimento conta, por outro lado, a relação bastante próxima do IBJ e do Projeto Tamar com o órgão federal. Tal proximidade tende a fortalecer a idéia da indissociação Ibama-ONGs, que a comunidade caravelense critica.

b) Patrulha Ecológica

Patrulha Ecológica é uma ONG que reúne jovens e adolescentes moradores do município com o objetivo de capacitá-los para transmitir informações de cunho ambiental aos visitantes das praias de Caravelas durante o verão. O Patrulha Ecológica participa da gestão da Resex Corumbau e a contribuição de sua principal liderança é sempre propositiva nos debates de estratégia de mobilização comunitária. A participação foi fundamental, tanto na saída a campo na véspera da primeira Consulta Pública (Rio do Macaco), visitando residências na sede do município de Caravelas, quanto no apoio logístico e participação nas duas consultas públicas. Segundo sua principal liderança, o Patrulha e o Artemanha se diferenciam das outras instituições, pois a maior parte de seus integrantes são indivíduos nascidos na cidade.

c) Movimento Cultural Arte Manha

O Movimento Cultural Arte Manha surge no final da década de 70, da junção de manifestações artísticas denominadas Umbadaum, Astúcia, Pigmeu e Afrodam.

“O Umbandaum se define como um grupo *afro-indígena de antropologia cultural*. O conceito de afro-indígena é um conceito polissêmico que denomina uma origem mítica, um modo de descendência e uma forma de expressão artística”⁶⁹

Segundo suas principais lideranças, o Movimento vê com certa implicância o termo “ambientalista” ser atribuído aos jovens graduados brancos “de fora” (geralmente pesquisadores e estagiários das instituições ambientalistas locais). Segundo esses membros, a questão ambiental sempre foi um elemento norteador das atividades do Movimento, tendo a arte como meio para a educação popular.

O Movimento Arte Manha, com seus 23 anos de experiência política, indicou inúmeras sugestões na estratégia de mobilização, como também se fez presente na preparação e articulação para as duas Consultas Públicas.

Ultimamente, sua principal liderança participa do retorno aos sítios ribeirinhos e foi nomeado interlocutor da comunidade pela Diretoria de Desenvolvimento Sócioambiental – DISAN, órgão fundado recentemente a partir do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT/Ibama. O retorno à comunidade ribeirinha fez parte da estratégia de mobilização, no entanto, por falta de recursos disponíveis para o deslocamento e por conta de disputas internas dentro do próprio movimento, o retorno só se deu mais de dois meses depois das Consultas terem sido realizadas.

d) Projeto Manguezal/CEPENE/IBAMA

O Projeto Manguezal – Projeto Integrado de Manejo e Monitoramento para o Uso Sustentável pela População Ribeirinha no Manguezal de Caravelas – BA) foi implantado em setembro de 2002 pelo Cepene/Ibama, com recursos de compensação ambiental e, posteriormente, um patrocínio da Aracruz Celulose. Segundo Nicolau:

A idéia de realização de um projeto ambiental que protegesse o Manguezal de Caravelas e Nova Viçosa começou a ser amadurecida em 1999, por analistas ambientais do Ibama de Caravelas. Deste modo, realizaram-se várias reuniões com os marisqueiros locais, visando conhecer as necessidades mais prementes dessa comunidade que manifestou, através de uma participação direta e significativa, o anseio pelo manejo e monitoramento dos recursos do manguezal para garantir seus estoques naturais para as futuras gerações; por melhores condições em todo o

⁶⁹ MELLO, Cecília, 2003. *Obras de arte e conceitos: cultura e antropologia do ponto de vista de um grupo afro-indígena do sul da Bahia* Dissertação de Mestrado apresentada no PPGAS, Museu Nacional/UFRRJ. Rio de Janeiro, p.37. *mimeo* (grifos da autora)

processo de produção e comercialização, como também pela agregação de valores econômicos aos produtos.⁷⁰

Já José Augusto Soares da Silva⁷¹, que estudou governança do Projeto Manguezal define a instituição com intermédio de outros agentes. Segundo o autor:

A realização do Projeto Manguezal se deu através do encontro entre instituições do setor público, o Ibama e a Prefeitura Municipal de Caravelas, do terceiro setor, o Instituto de Apoio e Preservação Ambiental (Iapa) e do setor privado, a Aracruz Celulose S.A. (SILVA, 2005 p.10)

O Projeto Manguezal foi pioneiro na divulgação da idéia da criação da UC, com reconhecidos esforços para o envolvimento da comunidade marisqueira e pescadora nas questões ambientais. No entanto, o despreparo da comunidade tradicional no momento imediatamente anterior às Consultas Públicas demonstra claramente que os esforços de mobilização e informação utilizados têm logrado pouco êxito. É fácil perceber que existia, e ainda persiste, uma grande passividade e carência de informações essenciais entre os ribeirinhos, que não têm sido protagonistas dos processos sócio ambientais em jogo.

e) Parnam Abrolhos

Em 06 de abril de 1983, através do decreto nº 88.218, foi criado o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e, segundo seu art. 1º, “com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos.” Uma vez que os ecossistemas de recifes coralíneos dependem intimamente dos estuários adjacentes, o Parque pleiteia, junto ao Ministério do Meio Ambiente, a criação de uma Zona de Amortecimento, que se estenderá até os manguezais de Caravelas e Nova Viçosa. Essa Zona de Amortecimento aumentaria consideravelmente a responsabilidade e jurisdição do Parque, inclusive nas questões relativas à carcinicultura e outras atividades e projetos de desenvolvimento no complexo estuarino. O Parque possui um Núcleo de Educação Ambiental

⁷⁰ NICOLAU, Rosângela. (2005) *Manguezal de Caravelas e Nova Viçosa/BA: discussão acerca da proposta de criação de Unidade de Conservação Federal*. Monografia apresentada ao Depto de Ciências Florestais da Universidade Federal de Lavras do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Florestais. Lavras, MG., p.125.

⁷¹ SILVA, José Augusto Soares (2005) “Projeto Manguezal: uma questão política. Uma discussão sobre agentes públicos e privados em torno de uma ação coletiva”. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Ação Coletiva

(NEA), que tem por objetivo a promoção e a mudança de comportamentos para a conservação e a interação sustentável entre o ser humano e o meio ambiente.

Entre seu público-alvo estão os “alunos de todas as faixas etárias, inclusive ensino Superior, Professores, Comunidades tradicionais (colônias de pecadores e agricultores, associação de mulheres e demais organizações comunitárias), empresas relacionadas com o Parque, funcionários da Unidade, turistas, entre outros.”⁷²

f) Ampac (Associação de Marisqueiros de Ponta de Areia e Caravelas)

A Associação de Marisqueiros de Ponta de Areia e Caravelas foi criada, em 2004, sob a justificativa de que “os marisqueiros de Caravelas e Nova Viçosa não tinham qualquer organização formal associativa, tendo como único meio de participação social uma associação de moradores desarticulada e sem muita força política”⁷³

A Ampac foi criada sob os auspícios do subprojeto “Associativismo” do Projeto Manguezal. Nela pretende-se fomentar os valores associativistas mas na prática o processo pedagógico parece ser conduzido de outra forma. A Ampac – Associação de Marisqueiros de Ponta de Areia e Caravelas, foi instituída muito mais por uma demanda de cumprimento de prazos e metas do Projeto Manguezal, do que de uma reivindicação real dos marisqueiros. O corpo gestor da Ampac foi escolhido “a dedo” pelo Projeto Manguezal, contribuindo para sua falta de organicidade. Á época do processo de mobilização, apenas o então presidente da entidade, militava no movimento. Acumulando todas as funções da Ampac, o presidente sentia-se sobrecarregado, principalmente por não dar conta de produzir os meios de sua subsistência, já que a agenda da associação lhe impedia de ir pescar. Esse tensionamento redundou na ameaça de abono do cargo e hoje a Ampac encontra-se decapitada.

Em setembro de 2005, a sede da Ampac, contígua ao prédio do Projeto Manguezal, foi inaugurada com o patrocínio da Aracruz Celulose, que disponibilizou recursos para a construção e para a compra de uma máquina de gelo. A diretoria da entidade encontra dificuldades no âmbito de sua gestão. O corpo gestor da Ampac tem pouco conhecimento do estatuto, atribuições, direitos e obrigações de cada um de seus membros. O então presidente

⁷² BRASIL, MMA, Ibama, Parnam Abrolhos.

Disponível em : http://www.ibama.gov.br/parna_abrolhos/index.php?id_menu=101 Acesso em: 20/02/2006

⁷³ NICOLAU, R. *Op. cit.* p.137.

da Ampac no período abrangido pelo trabalho aqui reportado, abandonou o cargo em março de 2006, pela forte pressão sofrida no processo (seja por parte do Poder Público municipal, pelos carcinicultores, ou pelo próprio Projeto Manguezal que por várias vezes interveio na gestão da Ampac, e pela dificuldade em prover os meios de subsistência de sua família, por conta do volume de responsabilidades assumidas pela entidade).

g) Lideranças do Conselho Deliberativo da Resex do Corumbau

Alguns membros do Conselho da Resex Corumbau, voluntariamente, se dispuseram a participar das Oficinas de Capacitação e das Consultas Públicas, compartilhando sua experiência de quase seis anos de Reserva Extrativista. Esses militantes foram muito importantes nas manifestações das duas consultas, pois têm uma origem bem parecida com a média dos ribeirinhos e seus valores, fora diferenças territoriais particulares, são também bem próximos. Sua contribuição foi de vital importância para a crença que a Resex pode vir a ser um bom instrumento de luta dos interesses dos ribeirinhos, embora tenha havido uma certa desconfiança pelo fato de terem sido “trazidos” pelo pessoal das ONGs e representantes do Ibama, quase sempre confundidos entre si.

h) Eco-Mar

Segundo um histórico produzido pela instituição: “No final de 2004 um grupo de profissionais da área de oceanografia fundou a Associação de Estudos Costeiros e Marinhos dos Abrolhos – ECOMAR”. Sua fundação foi motivada por conta de algumas perspectivas de atuação no Complexo dos Abrolhos, e também pela necessidade de aglutinar esforços ao terceiro setor com vistas à continuidade das ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade local. A missão institucional da Eco-Mar é:

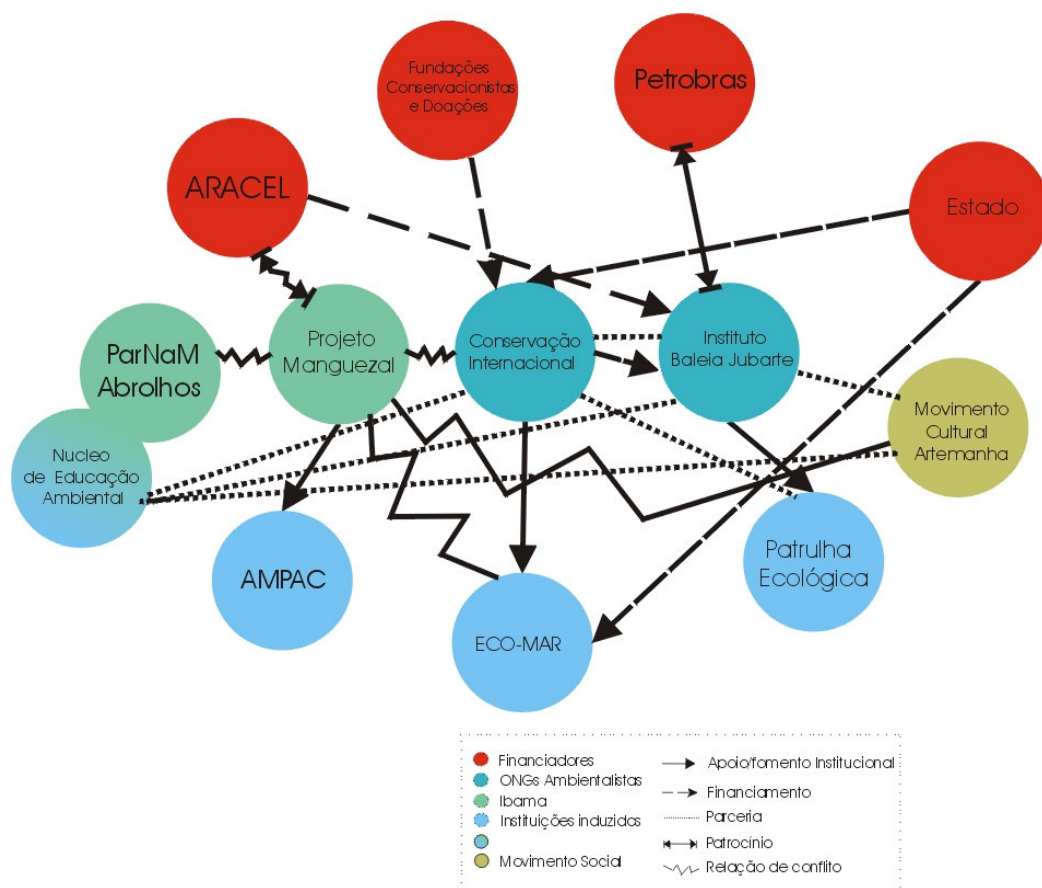
“Promover a harmonização da relação entre as pessoas e o ambiente, por meio de ações de informação, educação ambiental, implementação de tecnologias alternativas, pesquisa aplicada, gestão participativa, extensão e fomento, objetivando a conservação e uso sustentável da biodiversidade, considerando aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais”.

A instituição foi criada há bem pouco tempo, mas já executa alguns projetos de pesquisa no banco dos Abrolhos.

i) Independentes

Além das instituições envolvidas, muitas pessoas e grupos não formalizados participaram da mobilização pró-Resex. Muitas dessas avaliaram posteriormente o processo reivindicando a socialização das informações. Realmente seu apelo procede porquanto muitos encaminhamentos foram tomados com a participação de poucos atores. Todavia, o ambiente vivenciado pelo movimento era de muita inquietação e muitos encontros se davam a partir de novos tensionamentos dos “opositores”

Quadro 5: Organograma “ambientalistas”



O gráfico apresenta os agentes e como se estabelecem as relações de parceria e conflitos entre os mesmos. As relações indicadas pelas setas mostram os termos na série de eventos que foram atravessadas, não havendo, portanto uma perenidade das relações de conflito e parceria. Certamente os conflitos são gerados pela própria dinâmica em que são

tecidas as malhas relacionais e vemos a resultante do contato das forças indicando sempre as relações de parceria. Neste movimento em tela o grupo se apresenta dessa forma para fins inteiramente ilustrativos. No entanto é claro que esta é uma percepção particular também sujeita à correções e a outras aproximações que as minhas “certezas” e o distanciamento necessário não permitiram.

A relação do Projeto Manguetal com os outros agentes é a mais conflituosa. Nos depoimentos colhidos e uma impressão minha, essa relação acontece muito mais pela dificuldade de seu coordenador em trabalhar em equipe, do que uma dissonância oriunda da natureza das atividades propostas pelo Projeto Manguetal. De fato, pelo modo com que se apresenta na comunidade, tal coordenador é visto com uma certa desconfiança na cidade, apesar de lá ter nascido, i.e., um “nativo”. Ademais, o *modus procedendi* dentro da instituição parece muito mais uma extensão da casa do coordenador em que sua autoridade é praticada como se fosse a de um “pai” que, ao mesmo tempo que dá provimento material às realizações, também “castiga” seus colaboradores, estagiários e parceiros. Um exemplo dessa reflexão ocorre quando os estagiários se viram postos em uma situação de perigo no Bairro Novo, como se verá adiante. O coordenador do projeto Manguetal afirmou em reunião que esta situação, na verdade, fazia parte do processo de aprendizado dos estagiários, demonstrando que é necessário para os estagiários passarem por esta circunstância, como um meio de serem iniciados no processo de aprendizagem. É como o pai que envolve os filhos numa situação nova para que possam aprender a andar por si mesmos.

A proposta da Resex é entendida por este servidor⁷⁴ como “filha” deste e deve partir somente dele, com a “ajuda” dos outros agentes, a palavra final no que diz respeito aos trâmites relativos à sua criação. É também dele a autoridade sobre os ribeirinhos. A Ampac parece ser também “filha” do coordenador e o tratamento dispensado ao seu representante também é parecida. Um exemplo disso foi a reação que teve o coordenador com o então presidente da Ampac por ocasião da avaria em uma das peças da máquina de gelo da associação (que foi negociada pelo coordenador junto à Aracel). O então presidente da Ampac informando que a máquina não funcionava, ouviu uma reclamação do coordenador, inclusive desqualificando o entendimento do presidente: “o problema é técnico, você não vai entender!” – foi dito repetidas vezes. No entanto, a relação Projeto Manguetal/Ampac parece se desenvolver aparentemente sem conflito, muito embora diversos depoimentos admitam que a Ampac nada mais é que uma extensão do Projeto Manguetal, com uma “cara mais

⁷⁴ Segundo um agente do grupo dos “ambientalistas”.

comunitária”. Há diversos outros exemplos do modo com que as inserções dos servidores, contratados e estagiários dependem exclusivamente da vontade do coordenador. Todos esses integrantes foram proibidos em certo momento de participar das reuniões de mobilização da criação da Resex, no auge do conflito.

A Conservação Internacional apóia alguns grupos na sua rubrica de fortalecimento de instituições de caráter ambiental. Segundo um depoimento, a Eco-Mar foi fomentada por aquela instituição que iria mudar seu escritório para Salvador. Na época, a CI-Brasil necessitava de uma instituição que desse continuidade ao seu trabalho e a Eco-Mar foi então criada. Acontece que a CI-Brasil permanece e alguns projetos desenvolvidos pela Eco-Mar parecem se sobrepor aos projetos desenvolvidos pela CI-Brasil, criando uma relação de conflito que culminou com o interrupção dos recursos advindos da CI-Brasil para a manutenção da Eco-Mar. No entanto, esse conflito é subsumido pelas questões que os dois agentes avaliaram como sendo mais importantes que o conflito interno: o da oposição à carcinicultura e a criação da Resex. O que acontece são acomodações de todas as instituições no que diz respeito à confiança institucional que aos poucos vem sendo conquistada pelos diferentes agentes.

Também houve uma questão pessoal que se transformou num imbróglio institucional por conta da relação entre CI-Brasil e Projeto Manguezal. O coordenador do Projeto Manguezal não acatou as decisões do coletivo no tocante à divisão das tarefas relativas à mobilização comunitária. Esta divisão de tarefas também pode ser entendida como uma divisão de poder e uma disputa individualizada da credencial junto às populações ribeirinhas. Por outro lado também ouvimos que a CI-Brasil⁷⁵ queria tomar o lugar do Projeto Manguezal, tentando fazer com que os outros agentes se indispussem contra esta instituição. Num depoimento, um agente nos conta sua visão da contenda:

O que eu senti, olhando assim, que rolou uma guerra de vaidades. Por um lado o Projeto Manguezal, ele se intitulou o dono e pai do negócio, da UC. E por outro lado, eu vi a CI tentando tomar esse lugar que o Projeto Manguezal achava que tinha. E que na verdade a gente sabe que não é assim. Tanto que quando eu não estava presente e teve aquela reunião que o Alexandre estava e falou que o CNPT ia tomar a frente, a primeira notícia que eu ouvi foi a seguinte: tiraram o Cepene!. Só que eu não pensava assim. Eu percebia que tinha esse jogo de poder e pensava: mas porque o CNPT? O CNPT é o responsável. A gente está aqui pra cooperar.

⁷⁵ A CI-Brasil, o Patrulha e o IBJ mantém uma relação de parceria com o Conselho Deliberativo da Resex Marinha do Corumbau, que faz seis anos de experiência de gestão.

No nosso entender, todavia, o que houve parece ter sido uma indisposição dos diferentes agentes em perceber as idiossincrasias e as particularidades das instituições e de seus gerentes, mas, o que havia de fundo no conflito parecia ser que havia concepções diferentes acerca da futura gestão da Resex. De um lado a Ong, advogando uma gerência participativa e de outro lado o Ibama, que defende a participação desde que tuteladas pelo órgão. Esta diferença, apesar de salientar propostas bem diferentes, na prática ela se revelou bastante sutil. Houve uma carência de informações que levassem a um entendimento seguro das questões acerca da UC. Parecia que nenhum dos agentes envolvidos tinha realmente uma idéia comum sobre a Resex e às vésperas da primeira CP, numa reunião com as diferentes organizações, ficou acordado que não se falaria no tipo de Unidade de Conservação, se Reserva Extrativista ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável, mas apenas em “Reserva do Cassurubá”. O então representante do CNPT resolveu, na sua falação na referida Consulta, optar pelo termo Resex. Poucos foram os agentes que deram importância para o fato, talvez porque realmente era uma questão sem importância naquele momento, mas muito provavelmente porque, de maneira geral, se conhecia pouco das diferenças entre Resex e RDS.

Essa percepção, que se deu tardiamente, obrigou uma intervenção do CNPT no processo, que hoje se encontra sob a “batuta” desse órgão do Ibama, e sem a participação do Projeto Manguezal na segunda etapa do esforço de mobilização, o que gera um desconforto do grupo “ambientalista”

Uma outra ONG, não aparece no organograma acima e é pouco citada neste trabalho: trata-se do Iapa – Instituto de Apoio e Preservação Ambiental. Esta instituição foi criada pelos donos de embarcação que faziam a operação de turismo para o arquipélago de Abrolhos. O Parnam “andava mal das pernas” e não havia recursos para a sua própria manutenção. Assim o Iapa passou a vender ingressos do Parque, cobrando 12, 15 reais, dos quais 10 eram repassados ao Ibama e o restante era utilizado para pagamento de marinheiros, guardas-parque etc. Segundo um interlocutor

E o que aconteceu foi que com a vinda da Aracruz, a compensação ambiental deu um alívio no parque. Então o Iapa zerou essa parte, acabou e coincidentemente pintou o Projeto Manguezal. Com essa dificuldade de administração de recurso, o Iapa entrou na jogada para administrar os recursos do Projeto manguezal, mas era uma administração de recursos mesmo, o Iapa não tinha gerência nenhuma sobre as atividades, até hoje não tem, isso foi feito pra acontecer assim.

O Patrulha Ecológica, utiliza a estrutura física do IBJ que também o auxilia na administração dos seus recursos. Recentemente o Patrulha recebe financiamento da companhia aérea TAM, para execução de suas atividades. O Movimento Cultural Arte Manha e o Patrulha Ecológica, são, do grupo de “ambientalistas” as organizações que têm maior inserção na comunidade caravelense, pois trabalham diretamente com jovens oriundos dali. Uma das lideranças do Patrulha se orgulha em dizer que a organização foi uma das primeiras a encaminhar esses jovens para a universidade. De fato, a percepção de alguns membros, principalmente os mais jovens que é preciso um esforço pessoal para de inserir neste campo de trabalho oportunizado pelas instituições ambientalistas, começa a se desenhar a partir da inserção destes jovens como colaboradores das ONGs. Por enquanto, a crítica feita às ONGs que não aproveitam mão-de-obra local ainda não procede, pois a qualificação média dos jovens caravelenses ainda não é suficiente para os trabalhos de pesquisa, que incorporam graduados, especialistas, mestres e doutores. Há, por outro lado e apenas ultimamente, uma preocupação por parte dessas instituições – excetuando Patrulha Ecológica e Arte Manha, pelas razões já aduzidas – , em incorporar a força de trabalho local. A mobilização pró-Resex/anti-Coopex demonstrou para estas instituições a necessidade de trazer a comunidade para os seus quadros de colaboradores; não apenas por uma relação de troca e de interesses, mas pela própria sobrevivência das atividades realizadas pelas instituições. Alimenta esta preocupação e esta mudança de comportamento, a dicotomia “nativos” *versus* “de fora” que por sua vez também é tensionada pela dificuldade em se perceber os “ambientalistas” como pertencentes a instituições particulares, com objetivos e missões próprias que nem a comunidade de modo geral os conhece, nem os agentes das outras instituições do grupo.

Ainda sobre essa relação, os depoimentos percorrem uma interface. Um depoente nos conta desta relação: o nós “ambientalista” é posto no mesmo concreto e é difícil perceber se faz parte de uma estratégia de diferenciação, ou se é a visão da comunidade que fala pela língua ambientalista. Mais uma vez o Ibama *latissimo sensu* é o amálgama desta concepção:

Porque o que nós temos é um monte de organizações, que as pessoas não sabem o que elas fazem, nem como fazem e gera cada vez mais problema, ou seja, em todo caso todos nós somos Ibama e isso é um fator que pesa. As pessoas não querem saber se você trabalha pra organização A ou organização B, se você é ambientalista, está ligado à questão, você acaba sendo Ibama, e isso tem pesado não negativamente, porque o Ibama é um órgão sério, mas isso tem que ser pesado enquanto identidade de cada organização e a comunidade não tem este papel ainda de chegar em uma organização e dizer: eu quero saber o que você faz e como você faz. Nós estamos sempre esperando que as organizações venham até nós e esclareçam da melhor forma possível, da forma mais didática possível. E infelizmente as organizações poderiam estar fazendo, poderiam abrir um canal

direto pra poder ouvir a comunidade e a partir desse ponto deixar bem claro pra comunidade qual é o seu papel, o que faz e que tem ações que podem ou não beneficiar esta comunidade. O que nós temos é: as pessoas acreditam ou acham que as organizações – Baleia Jubarte, CI e o próprio Ibama – deveriam ter uma linha mais social que beneficiasse a comunidade. Uma vez que elas não vêm, não enxergam isso, e que acabam vendo depois que por uma razão ou outra estas organizações acabaram trabalhando com recursos condicionantes, a comunidade naturalmente cai em cima. Então isso pesa. E nós temos um fator que é muito sério quanto a isso: as pessoas que vem, que se juntam a estas organizações nem sempre tem uma boa comunicação ou uma boa relação com as pessoas locais e aí elas vêm como “os de fora” e vêm as pessoas das organizações, que trabalham como “os de fora”. E se você é local como “os metidos”, então você acaba de certa forma ficando sempre à margem das vontades – que não seriam vontades – mas das necessidades da comunidade.

Segundo Fernanda Abreu Marcacci⁷⁶ há um problema de comunicação entre os agentes e a comunidade e estas falhas de comunicação podem causar a ineficiência dos projetos desenvolvidos. Estudando as instituições ambientalistas e o modo como a comunidade caravelense percebe as ações daquelas, a autora nos esclarece que

Em Caravelas há uma concentração grande de instituições ambientalistas, por este motivo, é comum que sejam realizadas ações e eventos no que tange à questão ambiental nesta região. O excesso deste tipo de atividade pode ter levado à uma certa banalização do tema na visão da população local. Tem sido comum ouvir dos moradores, frases como “De novo palestra sobre baleia!” ou “Debate sobre meio ambiente, não agüento mais!” (MARCACCI, 2006, p.15)

A autora nos aponta que a forma com que as ações são desenvolvidas e comunicadas à comunidade não garantem a eficácia da relação emissor-receptor-mensagem. Segundo a análise de Marcacci boa parte das pessoas ignoram o caráter destas instituições ambientalistas, se são públicas ou privadas.⁷⁷ Esta confusão percebida pela autora autentica a reflexão que ora fazemos.

A significação “forasteiro” atravessa também o modo como as instituições se percebem no contexto comunitário. Há uma preocupação constante destas com a maneira com que se inserem entre os caravelenses. Percebe-se no gráfico que as instituições procuram parcerias, apoio e até contribuem na formação de outros organismos com “base comunitária”. O Projeto Manguezal cria a Ampac para que tenha um braço entre os marisqueiros e pescadores; a CI-Brasil tenta uma aproximação com o Movimento Cultural Arte Manha; O

⁷⁶ MARCACCI, F. A. (2006) “Instituições Ambientalistas: um olhar nativo”. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do NUPPE, Faculdade Sul da Bahia. 65 pp. *Mimeo*.

⁷⁷ A autora inclui no seu universo de pesquisa o Parnam Abrolhos, a CI-Brasil, o CRA, o Cepene/Projeto Manguezal, o Iapa, a Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, o IBJ e a Cepemar – esta última uma empresa de consultoria que produziu o EIA-RIMA do terminal de barcas da Aracel.

IBJ também é parceiro do Movimento Cultural, além de ceder não só espaço físico, mas apoio operacional e na gestão dos projetos desenvolvidos pelo Patrulha Ecológica (os patrulheiros são todos adolescentes e meninos da comunidade caravelense). O IBJ, o Projeto Manguezal e o Núcleo de Educação Ambiental do Parnam Abrolhos executam projetos de Educação Ambiental, uma forma de envolver a comunidade não somente nas questões ambientais propriamente ditas, mas também, não sem importância, no apoio institucional. Um caso curioso acontece no ínterim das questões ambientais em jogo.

Um funcionário contratado do Parnam Abrolhos foi dispensado recentemente e outrora apoiando a criação da Resex e contra a carcinicultura, “muda de lado” assim que se sabe demitido.

Há uma relação um tanto inusitada no que diz respeito à manutenção dos funcionários não estatutários do Parnam Abrolhos. Há uma coordenadora, um técnico administrativo, 2 guardas-parque e 2 monitores cujos salários são pagos por uma terceirizada da Aracel em Caravelas, a Transect. Esta empresa, que contrata trabalhadores pouco qualificados para o Terminal, como limpeza, operação de máquinas etc, também é responsável pela contratação de pessoal para o Centro de Visitantes⁷⁸ do Parnam Abrolhos. A Aracel disponibiliza o recurso para a Transect que o administra e paga os contratados do Ibama, no entanto a seleção do pessoal é do encargo do Ibama, não havendo ingerência da Transect, nem da Aracel na escolha dos contratados.

2) Os “opositores” á criação da RESEX

a) Prefeitura Municipal de Caravelas

O Prefeito Municipal de Caravelas, genro do ex-prefeito Jurandir Boa Morte, conduz a administração municipal com alguns traços clientelistas. Há diversas pessoas e instituições cujos membros estão de alguma forma ligados ao poder local. O modo como a administração opera no município muito se assemelha á teorização de Max Weber como o tipo de dominação tradicional.⁷⁹ Neste caso as regras do jogo nem sempre se apresentam de forma clara, mas vinculam-se, no âmbito subjetivo, a quem detém o poder político. A Weber importa, na verdade o sentido e a aceitação que os diferentes atores conferem à legitimidade

⁷⁸ O Centro de Visitantes foi inaugurado em 2004, com recursos oriundos da *compensação ambiental* por ocasião da construção do Terminal de barcas Luciano Villas-Boas com valor da obra girando em torno dos 900 mil reais.

⁷⁹ Cf. WEBER, Max (1994). Economia e Sociedade. Vol.1, Cap.III (pp 139-198) Brasília, Editora UnB

do poder – dominação, em termos weberianos. A advertência do autor consoante às impurezas do tipo nos alerta para o estatuto responsável pelo “recrutamento extrapatrimonial” de seus subalternos. A legitimidade do poder dá-se, no caso em tela, pela representatividade que o poder público municipal crê que lhe é conferida. Extrapola os poderes constituídos para um poder de mando fundamentado em relações pessoais que são socialmente aceitas e creditadas pelos munícipes como normais. O fato de a prefeitura de Caravelas ter usado a embarcação do Programa de Saúde da Família – PSF para transporte de funcionários para a primeira Consulta Pública concorda com as indicações de Weber. Não há como dissociar, portanto, a administração municipal e a dominação, apesar de o exercício teórico poder estar sujeito à críticas. Não pretendemos transportar de modo mecânico e indistinto, o tipo puro de dominação tradicional e seu subtipo, patrimonialismo, ao esforço para ambientar uma leitura particular de como o poder instituído formalmente se exerce em Caravelas, no curso dos acontecimentos. Raymundo Faoro é quem faz a associação do capitalismo e o Estado brasileiros sob a égide da teoria weberiana.

O patrimonialismo, ao contrário do tipo racional-burocrático, no qual a igualdade jurídica e a defesa contra o arbítrio são as bases da racionalidade formal, o patrimonialismo – voltamos a observar – rege-se por uma racionalidade de tipo *material*. Enquanto na dominação racional prevalece a ação social orientada por meios e fins, no patrimonialismo a racionalidade obedece em lugar de fins, a valores éticos, valores religiosos e principalmente valores políticos.⁸⁰

Alguns acreditam que este *modus procedendi* da administração municipal, põe em desvantagem os “ambientalistas” no que tange ao debate de idéias. Proceder um diálogo amplo com a comunidade se mostra para as ONGs e Ibama um esforço muitas vezes desperdiçado. Tendo como opositores interlocutores remunerados e pressionados, em face de sua condição material de existência, pelo clientelismo praticado pela gestão da prefeitura, as iniciativas de envolvimento comunitário nas ações daquelas instituições alcançam pouco sucesso entre os moradores. Conforme esta opção de liderança naturalizada pela prefeitura municipal, muitas das questões relativas à criação da UC ainda não estão suficientemente resolvidas no entendimento da comunidade. Talvez também não esteja para os ditos “empreendedores”. Como procuramos demonstrar no Capítulo I, o conflito se inaugura por incompatibilidade de concepções, porquanto partem de pressupostos distintos. Tanto entre “empreendedores” e “ambientalistas”; tanto entre “ambientalistas” e ambientalistas”; quanto, acreditamos, entre “empreendedores” e empreendedores”.

⁸⁰ FAORO, Raymundo. (1993), “A Aventura Liberal numa Ordem Patrimonialista”. *Revista USP*, nº 17, pp. 14-29.

b) Rotary Club de Caravelas.

Muitos são os que defendem a oferta de empregos por parte do empreendimento da Coopex. Entre estes, o Rotary Club, por intermédio de seu representante, é um dos mentores da reação contra a criação da UC. Vale notar que o representante da instituição ora se encontra funcionário da prefeitura, em cargo de confiança. Além da simbiótica relação com a prefeitura, outros aspectos também devem ser levados em conta para justificar a adesão de determinadas pessoas a esta ou àquela idéia, como a já citada aversão às instituições ambientalistas e ao Ibama, que pode inferir numa reserva *a priori* na rejeição de alguns membros da comunidade, a qualquer iniciativa que desses agentes parta.

c) Colônia de Pescadores Z-25

A Colônia de Pescadores Z-25 de Caravelas passa por um processo de investigação por parte do Ministério Público. Em fevereiro de 2006 alguns pescadores sentindo-se prejudicados no que diz respeito à divulgação do processo eletivo da entidade. Segundo um depoimento, nem na própria Colônia havia exposto o edital de inscrição de chapas. O tempo exíguo acabou sendo insuficiente para a formação de uma outra chapa, apesar dos pedidos de prorrogação de prazos para tal fim, junto à gestão da Colônia. Ainda, houve uma desconfiança por parte de alguns pescadores quanto à lisura no processo de distribuição da assistência ao *defeso*⁸¹. Alguns pescadores reclamaram que muitos “pés enxutos” estavam recebendo o direito; alguns que já haviam abandonado a atividade de pesca, outros que têm outra profissão, outros que nem no município moram. Ainda nos revelaram que o presidente da Colônia foi “comprado” pela prefeitura na assunção do cargo de secretário de pesca.

Os pescadores que pretendem concorrer a gestão da colônia declararam-se insatisfeitos com a representação da Colônia. A entidade expede documentos que apóiam o empreendimento de carcinicultura, sem, no entanto, uma prévia consulta aos pescadores. Segundo eles a maior parte dos pescadores não apóia o empreendimento e uma outra parte ainda não se decidiu por não ter tido informações suficientes. A reclamação junto ao MP está sendo investigada e os fatos merecem uma atenção acurada.

⁸¹ Trata-se de proibição da captura de algumas espécies de camarão durante o período de recrutamento da espécie. Por recrutamento entende-se o deslocamento da população jovem para reprodução. Durante o período de defeso, o Estado dispõe para esses trabalhadores uma assistência especial para os pescadores ociosos, cuja responsabilidade de repasse do seguro é das Colônias de Pescadores.

Segundo Brito⁸², as Colônias de Pescadores foram criadas sob a inspiração da legislação marítima francesa e suscitou a imposição da tutela dos pescadores pelo Estado. Ainda se consideram as Colônias como a entidade representativa por excelência desses trabalhadores e o que ocorre no município de Caravelas não está distante do que a autora revela:

A visão homogeneizadora e a prática tutelar que marca a origem e a atuação das Colônias são reveladas em sua estrutura organizacional padronizada através do ato legal genérico e único que as criou. (...) Estão sujeitas, institucionalmente, ao poder intervencionista da Confederação Nacional de Pescadores, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, bem como à definição arbitrária de sua jurisdição territorial (BRITO, 1999. *op.cit*, p.47)

Falta-nos também um diagnóstico mais aprofundado da atuação da Colônia Z-25 no município de Caravelas. Todavia, a relação interativa da gestão da Colônia com a prefeitura de Caravelas, se contrapõe aos princípios de autonomia e independência que, cremos, toda entidade de classe deve ter em relação ao Estado e aos diversos outros segmentos sociais.

A atual gestão da Colônia conserva uma relação bastante próxima com a prefeitura. Seu presidente é o atual Secretário de Aquicultura e Pesca do Município de Caravelas. Não obstante muitos pescadores e marisqueiros apoiarem a criação da Resex do Cassurubá, o corpo gestor da Colônia defende o empreendimento da carcinicultura e é avesso à criação da Unidade. Nesse contexto de conflito de interesses, vale lembrar que diversos pescadores têm procurado seus direitos junto à Promotoria de Justiça, por julgarem não ser bem representados e ter sido cerceados do seu direito de inscrever uma chapa que concorreria à próxima gestão da Colônia.

É no mínimo curioso que o carro de som que fez a divulgação da eleição da Colônia é o mesmo que presta serviço de divulgação das ações da prefeitura, inclusive com a própria “voz” da locutora.

d) Associações classistas, de bairro e grupos formalizados.

Na segunda Consulta Pública, o prefeito Davi de Oliveira arrolou diversas associações e grupos formalizados que se opõem à criação da UC. Os “ambientalistas” questionam a representatividade e legitimidade dessas associações e grupos. Muitos representantes desse rol estão de alguma forma relacionados com a prefeitura: ora com contratos de locação de

⁸² BRITO, Rosyan C de C. *Modernidade e Tradição: Construção da identidade social de pescadores de Arraial do Cabo-RJ*. Niterói, Eduff, 1999.

automóveis ou embarcações, ora com familiares prestadores de serviço e, também, não pouco comum, com os próprios representantes dessas entidades assumindo cargos de confiança da prefeitura, como é o caso do presidente da Colônia Z-25 que também acumula o cargo de Secretário de Pesca Municipal e o representante do Rotary Club, ambos já citados.

Falta-nos um levantamento mais detalhado sobre a atuação dessas entidades no município. Todavia já se configura uma relação de interdependência entre a gestão do município e as associações arroladas, conforme descrito acima.

e) CRA

O CRA não possui uma sede em Caravelas, mas há uma Unidade de Conservação estadual chamada APA (Área de Proteção Ambiental) Ponta da Baleia. O prédio onde funciona o escritório da APA também foi aferido como compensação ambiental do Terminal de Barcaças da Aracruz Celulose.

A APA Ponta da Baleia foi criada pelo então governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães⁸³ através do decreto n.º 2.218, de 14 de junho de 1993. Apesar de existir formalmente há 13 anos, somente agora foi designado um servidor do CRA para a implementação da UC, i. e., para a sua gestão, para a formação do Conselho Gestor, para a elaboração do seu Plano de Manejo.

Curiosamente, justo no momento em que o CRA se dispõem a favor da Coopex⁸⁴, é que se iniciam os trabalhos para a efetivação da APA Ponta da Baleia.

Há uma questão interessante em relação a este órgão. Ultimamente o CRA vem se esforçando para criar o Conselho Gestor desta UC e convidou os diversos agentes locais que vão desde as ONGs ambientalistas, mas envolve outros agentes como o Rotary, a Aracel e até mesmo a própria Coopex, cuja participação foi inviabilizada, pois o empreendimento ainda não havia sido implantado. Por conta de uma manifestação do gestor da APA em uma dessas reuniões, o representante do Rotary Club assina um documento junto com outros agentes, e o

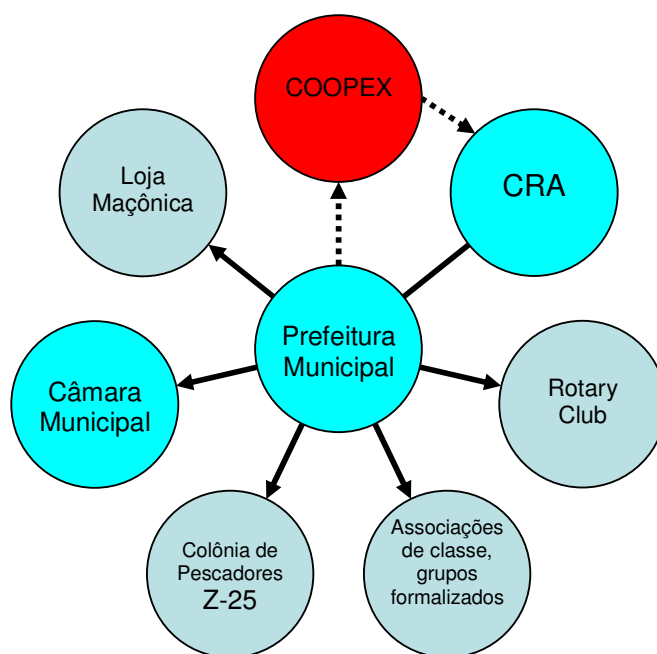
⁸³ O então secretário da Indústria, Comércio e Turismo, Paulo Souto, signatário do Decreto, é hoje o atual governador do estado e candidato à reeleição. Ambos, ACM e Paulo Souto, hoje são contrários à criação da Resex e apóiam a carcinicultura.

⁸⁴ Cecília Mello descreve uma passagem importante que confirma a associação CRA-carcinicultura:

Estranhamente (...) um representante do CRA dirigiu-se pessoalmente à sede do Movimento Cultural, para indagar sobre as razões do pedido de adiamento da Audiência [Pública da Coopex]. Sobre o capô do carro do órgão estadual o técnico do CRA desdobrou um grande mapa da área de mangue onde deseja se instalar o empreendimento, buscando docilmente persuadir os integrantes do movimento de que a carcinicultura não traria impactos ambientais (MELLO, 2006b, p.9)

envia para a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado da Bahia – SEMARH, informando que o servidor do CRA, ao contrário da posição do órgão, se opõe ao empreendimento de carcinicultura.

Quadro 6: Organograma “empreendedores”



No gráfico acima estão representados os principais interlocutores dos “empreendedores”. Diferentemente da figura apresentada nas relações entre os “ambientalistas”, os apoiadores e articuladores da Coopex parecem gravitar em torno da prefeitura. Isso se explica em parte pela relação poder público-comunidade já descrita em que a prefeitura é um dos agentes que mais incorpora as pessoas no seu quadro de funcionários. Parece que isso já é o suficiente para que tais funcionários encampem o posicionamento da prefeitura mesmo não concordando ideologicamente com tal direção.⁸⁵ A prefeitura, portanto, é um dos agentes que mais oferece empregos na cidade e isto acaba se transformando em um modo de cooptação das pessoas no que diz respeito ao embate de idéias.

⁸⁵ Um funcionário contratado da prefeitura nos confidenciou que não acreditava na geração de empregos prometida pela Coopex, mas que muitas vezes tinha que se manifestar favoravelmente ao empreendimento com receio de receber retaliações e sofrer perseguição. O próprio Secretário de Meio Ambiente se mostrara avesso à carcinicultura, mas acabou sendo envolvido pela questão e ultimamente tem uma relação íntima com os empreendedores, sendo muitas vezes visto almoçando em lugar público com alguns cooperados e representantes da Coopex.

Um presidente de uma associação de moradores assinou um documento que foi apresentado pelo prefeito na segunda Consulta Pública para a criação da Resex. Este senhor esteve um dia do mês de maio no escritório da CI-Brasil afirmando ter sido envenenado. Segundo afirmou quem o acompanhava, a prefeitura lhe havia prometido um emprego caso o presidente da associação fosse signatário do documento cujo teor era de oposição à criação da Resex. O caso é que a promessa não foi cumprida até aquele momento. Conforme nos foi confidenciado, este senhor entra em um processo de surto e é atendido num posto de saúde onde lhe é administrada uma medicação injetável. O presidente da associação, medicado e mais calmo, começa a acreditar que tenha sido envenenado no Posto de Saúde, pedindo socorro no escritório da CI-Brasil. Felizmente o “envenenamento” não se verificou e não foi nada além de uma paranóia eventual. No entanto, o fato nos mostra como algumas pessoas temem retaliações provenientes do poder público municipal, muitas das vezes, infundado temor.

É interessante notar a forma com que algumas pessoas interpretam as relações com o poder público municipal: ou são agraciados com alguma benesse e têm que necessariamente “comprar” o discurso da prefeitura, não importando o cargo que ocupam; ou são perseguidos por não fazê-lo. Esta tônica parece estar presente em outros momentos da vida na cidade. No esforço de mobilização pró-Resex, muitos dos que se opunham à carcinicultura, tentavam aferir algum lucro por estarem aberta e intencionalmente “do lado” dos “ambientalistas”, como se fosse uma espécie de obrigação que tal apoio fosse remunerado.

Também aqui nos falta um tanto mais de exemplos e casos para que esta apreciação seja indubitavelmente confirmada.

CAPÍTULO III.

O trabalho de campo da mobilização pró-Resex

A maioria dos seres humanos atua como os historiadores: só em retrospecto reconhece a natureza de sua experiência.

Eric Hobsbawn

Desde a criação do Parque Marinho dos Abrolhos, a cidade vem recebendo muitos “forasteiros”, estudantes, pesquisadores, prestadores de serviço. Estes, por sua vez, trazem novos valores (geralmente das grandes cidades), que revelam um padrão de consumo mais elevado, seus gostos, gestos, modos de vida e registros sociais diferentes. Muitos caravelenses sentem-se invadidos e diminuídos frente a estes indivíduos, muito mais por uma dificuldade de acesso ao mundo do trabalho, do que efetivamente uma discordância essencial do que produzem em termos sociais, econômicos e culturais, estes “forasteiros”. De fato, o tímido contato destes com a vida comunitária do município, os aproxima do preconceito centrado no termo “de fora”.

Corolário desta premissa, os ditos “ambientalistas” normalmente têm seus empregos garantidos (como no caso dos servidores estatutários do Ibama) e sua militância, muitas vezes, afugenta empreendimentos potencialmente poluidores, mas que, em tese, ofereceriam oportunidades de trabalho para a ociosa juventude local. Assim, muitas das ações e consequências daqueles agentes, são vistas pelos munícipes como irresponsáveis frente às carências da comunidade local. O contexto torna-se ainda mais grave a partir das contrapartidas de compensação ambiental e patrocínios das empresas criticadas e cerceadas pelos “ambientalistas”, principalmente durante as etapas de licenciamento para implantação. Dessa forma, há uma aversão, de certo modo compreensível, às pessoas em particular e às atividades dos “ambientalistas”.

Por fim, há uma dificuldade aparente por parte dos cidadãos em entender a missão das instituições ambientalistas locais. Algo tem mudado a este respeito desde a introdução das metodologias de Educação Ambiental proposta por algumas destas instituições. Mesmo assim, a comunidade ribeirinha e a caravelense, de forma geral, confunde analistas ambientais

do Estado com agentes ambientais, funcionários, colaboradores e pesquisadores das ONGs. Por compartilhar os mesmos registros sociais citados anteriormente (*background* ocupacional, formação acadêmica, valores metropolitanos etc) é compreensível que a comunidade caravelense se arvore a prejudicar negativamente estas pessoas e instituições de cunho e militância ambientalista.⁸⁶

O movimento ambientalista de Caravelas vinha se reunindo há alguns meses por conta da articulação contra o empreendimento da carcinicultura. Percebia-se que se vivia um momento favorável para a articulação da comunidade em favor da UC, que as experiências negativas dessa atividade alhures, há tempos vinha sendo debatida. A questão carcinicultura, somada com a recente “invasão” de marisqueiros de fora, punha o movimento ambientalista, acreditava-se, em uma posição privilegiada para as Consultas Públicas nos dias 22/01/2006 (Rio do Macaco), 05/02/2006 (Barra Velha), e 19/02/2006 (Tapera).

A capacidade de articulação da prefeitura e carcinicultores foi subestimada, apostando que eles não seriam capazes de mobilizar a comunidade a seu favor. Essa estratégia se mostrou ineficaz com o resultado da CP 1, como se verá adiante.

Apenas como recurso expositivo, distribuímos neste capítulo o trabalho de campo da mobilização pró-Resex respeitando a uma ordem cronológica. Porém, em alguns momentos seremos forçados a saltos reflexivos remetendo a eventos que possam estar no futuro ou no pretérito do capítulo espaço-temporal que por ventura estivermos narrando.

Além disso a tensão pesquisador-militante pressiona uma análise individualizada e sujeita à um “afastamento” necessário para a reflexão dos eventos narrados.

Pretendemos observar os caminhos percorridos, dentro e fora do mangue, do processo de mobilização comunitária a partir uma visão construída com o auxílio do debate nos diversos fóruns de discussão que foram travados com os diferentes agentes envolvidos. Tendo como norte os conhecimentos e afetos adquiridos ao longo do processo de militância em favor da UC, fizemos um exame *sui generis*. Apresentaremos apenas uma interpretação possível da

⁸⁶ O termo ambientalista é entendido por muitos cidadãos caravelenses pejorativamente e relacionado a agentes e instituições que, segundo uma visão generalizada afirmada por alguns munícipes, justificam essa noção negativa a partir dos benefícios arrendados por algumas destas instituições. A compensação ambiental do Terminal de Barcaças da Aracruz Celulose, distribuída em recursos para algumas instituições, corroboram com esta denominação, o que nos parece razoável, tendo em vista as drásticos impactos sócio-ambientais que a monocultura do eucalipto produz na região.

série de eventos em tela, já que acreditamos que uma infinidade de outras aproximações analíticas seja possível.

Este preâmbulo se faz necessário, pois diferentes visões parecem ter sido produzidas a partir do que chamamos agora de “série de eventos” do processo de mobilização para a criação da Resex Cassurubá. Conflitos emergiram da diversidade de concepções acerca do modo como foi posto em prática o mote proferido por diferentes agentes nos debates sobre o que se esperava dessa comunidade ribeirinha:

Necessário ainda que a comunidade extrativista se imponha como protagonista do processo, influenciando nas decisões relativas ao manejo dos recursos junto aos órgãos ambientais do Estado e com o apoio e suporte das instituições ambientalistas.⁸⁷

O método ao qual nos referimos se materializou em um documento que apresentava a metodologia que nortearia o trabalho de campo. Este documento⁸⁸, junto com o Plano de Trabalho, foi aprovado em uma reunião na base do Projeto Manguezal, com representantes do Ibama, da CI-Brasil e da Eco-Mar, nos primeiros dias de janeiro de 2006. Nele, propunha-se a divisão do trabalho de campo em duas equipes: uma sob a responsabilidade da CI-Brasil e Ampac, e outra sob a do Projeto Manguezal. E, ainda, sugeria o documento que a forma de abordagem seguisse determinadas indicações. Além disso, deveria se trabalhar com cuidado para que a reação da prefeitura e dos prepostos dos carcinicultores não se manifestasse e disputasse a confiança da comunidade. Essa estratégia teve, imprevisivelmente, resultados não desejados, como se verá adiante.

Dividiu-se então entre as equipes os locais que seriam visitados, dessa forma:

Equipe CI-Brasil/Ampac⁸⁹

- Para CP1: Rio Massangano, Rio do Largo, Caribê, Barra de Caravelas e Caravelas.
- Para CP2: Rio da Barra Velha

Equipe Projeto Manguezal

⁸⁷ CI-Brasil. (2006) Metodologia para a mobilização comunitária e identificação de lideranças para a constituição da reserva de desenvolvimento sustentável do Cassurubá.

⁸⁸ *Id. ibid.*

⁸⁹ Participei deste esforço como representante da CI-Brasil nas interlocuções com os ribeirinhos. Por conta disso, os fatos narrados a partir daí remontam à minha inserção formal como militante do movimento ambientalista, não obstante o observador, com os olhos na dissertação, tivesse ido junto a campo.

- Para CP1: Rio do Macaco, Rio Jaburuna, Rio do Poço, Ilha do Cassurubá, Ponta de Areia e Caravelas.
- Para CP2: Perobas e Nova Viçosa.

Não obstante a “Metodologia...” ter sido corroborada pelos agentes, na prática a equipe do Projeto Manguezal seguiu a campo com outros norteadores. O resultado do trabalho pôde ser sentido na ausência de informação sobre a Resex Cassurubá que a comunidade ribeirinha trazia nos dias de Consulta Pública. De fato, em reunião de avaliação do processo com os agentes envolvidos, um servidor do Ibama, lotado no Projeto Manguezal, concluiu que a equipe CI/Ampac perseguiu uma abordagem de cunho “qualitativo”, enquanto a equipe do Projeto Manguezal uma aproximação “quantitativa”. Segundo o servidor, o Projeto Manguezal procurou atingir o máximo de ribeirinhos e marisqueiros possível, para que o quorum nas CPs fosse satisfatório, mas se absteve de, em campo, detalhar e aprofundar as questões relativas à Resex, restringindo-se tão somente a fazer o convite para as Consultas Públicas.

O nosso objetivo era atingir o máximo possível de famílias pra convidar para a consulta pública porque ali teria como (quem) explicar. A gente falava: a gente tem que avisar muitas famílias, a gente não tem tempo de explicar tudo e nem sabe explicar tudo, mas vai vir uma pessoa do Ibama, lá de Brasília, do Ministério e vai poder explicar tudo direitinho pra vocês. Esse era nosso discurso: a gente fazia o convite, dava uma pincelada no assunto do que era, do que ia acontecer lá, do benefício que isso poderia trazer e jogava a deixa de que lá o Alexandre [CNPT] ia explicar melhor.

Esta pequena diferença alimentou uma rusga entre a CI-Brasil e o Projeto Manguezal, que primeiramente de cunho pessoal que se transformou num conflito interinstitucional. Este conflito foi percebido por outras pessoas, inclusive pelos “empreendedores”. Um pescador me confidenciou que um vereador já sabia da questão entre as duas instituições e se animava com o conflito que poderia resultar no desmantelamento da parceria. Com efeito, o Projeto Manguezal, a partir da intervenção do CNPT no conflito, afastou a instituição da mobilização pró-Resex. Numa reunião de avaliação do grupo, o então chefe do Parnam Abrolhos disse que o coordenador do Projeto Manguezal lhe confidenciou que não iria participar daquele encontro e desde lá nenhum dos integrantes da instituição tem participado das reuniões e encontros do movimento ambientalista pró-Resex.

1) Consulta Pública 1

A equipe CI-Brasil/Ampac saiu a campo no dia 09 de janeiro, com destino ao Sítio Duas Ilhas, no Rio do Massangano. Este sítio no qual reside a família Monteiro (Sr. Adilson – Ié, e Sr Jessi), era o que figurava entre as prioridades, por se tratar do local vizinho onde se pretende implantar a fazenda de camarão. Há tempos que essa família vinha sendo visitada pelos carcinocultores e muitas das conversas que travamos com os moradores do sítio nos mostravam a hesitação frente às duas idéias em disputa, por assim dizer. Ao mesmo tempo em que algo da sensibilidade dessa família lhes dizia que a fazenda de camarão poderia lhes tensionar seu *modo de vida tradicional*⁹⁰, também estes ribeirinhos duvidavam das benesses prometidas pelos “empreendedores”⁹¹. Apesar de nossa constante presença, não nos foi possível encontrar o Sr. Jessi, um dos patriarcas da família. Intuímos que o funcionamento da família ribeirinha de modo geral respeita ao tipo patriarcal, e os homens mais velhos têm uma ascensão real sobre os mais jovens e as mulheres. Muito comum em muitos sítios que visitamos, alguns dos jovens da segunda geração apoiavam o empreendimento da carcinicultura (pela propalada promessa de empregos). No entanto, os mais velhos preferem a garantia da sua permanência na terra possibilitada pela criação da Resex e, nesses casos, prevalecia a opinião dos anciãos. No caso da família Monteiro, o Sr. Adilson esteve sempre muito cético tanto a uma ou outra idéia, mas, por fim, tende a apoiar o empreendimento carcinocultor.

⁹⁰ Muitos trabalhos acadêmicos têm se referido assim às comunidades que estabelecem uma relação entre si e com a natureza pouco mais distante da cultura de massa engendrada pelo estágio atual do capitalismo globalizado. A noção razoavelmente bem aceita consta, entre outros trabalhos, no de DIEGUES, 2000, *Op. Cit.*.

⁹¹ Devemos entender por “carcinocultores” não só os empreendedores em si, mas todos aqueles que apóiam gratuita ou remuneradamente, de ânimo ideológico ou interessado, o empreendimento da Coopex. Esta compreensão também foi elaborada por Cecília Mello em MELLO, 2006. *Op. Cit*



Figura 6: Sítio Duas Ilhas, casa de Adilson (Ié). Foto: Guilherme Dutra

Entre a comunidade ribeirinha de modo geral, constatamos a fragilidade da documentação relativa à terra e a própria documentação pessoal dos sitiantes. As dúvidas provenientes da questão fundiária foram uma marca em praticamente todos os lugares em que estivemos. Os ribeirinhos assustam-se com a constatação de que não são proprietários, e sim posseiros, da terra em que seus avós moraram e que eles agora habitam. Com efeito, os ribeirinhos constroem suas casas em áreas de restinga, bem próximo aos *apicuns*⁹², terrenos da União. A confusão gerada a partir da questão da terra ainda é presente entre a comunidade caravelense de forma geral, fruto de um bem-sucedido *slogan* da reação da prefeitura: “se a Reserva for criada, o Ibama irá tomar as suas terras!”.

Termo que o movimento ainda não conseguiu por fim, a questão fundiária é a que mais afugenta os ribeirinhos no que tange ao apoio à UC. Esta questão foi tratada diferentemente pelas duas equipes: para alguns ribeirinhos ficou a impressão que o governo iria “comprar as terras”. Durante os dias que se seguiram, a equipe CI/Ampac visitou inúmeros sítios ou “ilhas” (para usar a categoria nativa) apresentando um mapa do estuário e o

⁹² É importante, para o processo de planejamento da reserva, que se conheça o histórico de ocupação daquela gente. É comum ouvirmos de estudiosos e de alguns historiadores locais que, provavelmente, aquela população tenha ocupado aqueles terrenos a partir da decadência do café na região. Benedito Ralile, na sua *Monografia histórica de Caravelas* nos conta que os suíços Bushm Peike e Freyreys fundaram em 1818 a Colônia Leopoldina, às margens do Rio Peruípe, “época em que este município gozou a classificação de um dos primeiros exportadores da saborosa rubiácea” RALILE, 1949, *Op. Cit.* O 1º produtor de café da Província da Bahia utilizou intensa mão-de-obra escrava, como foi comum em outros lugares no Brasil Colônia. Com o declínio do café e o fim da escravidão, aquela população pode ter ocupado os sítios cujos prováveis descendentes visitamos hoje. Urge, portanto, um estudo minucioso e uma análise decisiva da gênese étnico-cultural do povo ribeirinho.

possível polígono da UC. Procurava-se lembrar os ribeirinhos da mortandade de caranguejos que ocorreu em 2002, e da vultuosa extração do crustáceo por marisqueiros “de fora”, que ocorreu nestes idos. Muitos indagavam o porquê de o Ibama não ter agido para coibir a “invasão” desses marisqueiros. Era-lhes dito que, com a criação da UC, haveria a possibilidade de um controle efetivo para a coleta de mariscos pelos catadores de fora, mas apenas se a própria comunidade dispusesse dos meios para não só outorgar uma norma de conduta, como também no auxílio da fiscalização. Reiteradamente, este debate foi utilizado para se referir ao “empoderamento” que a comunidade ribeirinha poderia sofrer com a criação da Resex e, nos sítios que visitamos uma esmagadora maioria aderiu à criação da UC, não obstante a informação, por vezes mal recebida, da questão da terra.

Aqui cabe uma outra reflexão. As famílias são geralmente bastante numerosas e não são poucos os relatos de mortalidade infantil. Muitos dos filhos dos chefes de família desterram em direção a centros urbanos em busca de um trabalho diferente do da lida na roça e na mariscagem. Também aqui, vemos o traço da valorização dos empregos citadinos em oposição às lides do campo. A roça é o lugar do “fraco”, daquele que se encontra “ilhado” e em muitos momentos os trabalhos de Márcio Ranauro e Rosângela Nicolau⁹³ atentam para esta percepção dos nativos. Esses “filhos da roça” terminam por se estabelecer nos centros urbanos de Caravelas, Nova Viçosa e municípios vizinhos, não lhes importando mais o valor de uso da terra, mas seu valor de troca. Para eles, então, a criação da UC lhes traria a impossibilidade de alienar a terra quando da morte de seus pais. Seu vínculo simbólico com o manguezal se perdeu neste tênue liame do mundo rural e urbano. Com o estímulo inconseqüente à ocupação do Bairro Novo (região de manguezais e apicuns), em Caravelas, há alguns anos, muitas famílias construíram sua casa na cidade, neste bairro sem esgotamento sanitário e carente de outros serviços e equipamentos urbanos.

O Bairro Novo parece um gueto dos degredados da roça, que mantém ainda um forte vínculo com seus sítios de origem, e os moradores passam muitos dias da semana na cata dos mariscos ou no roçado. Essa relação, que carece de uma análise mais profunda, foi negligenciada pelo movimento. Ela é fundamental para entendermos como a reação dos opositores da Resex teve relativo sucesso entre os moradores deste bairro, refletindo-se na área rural em disputa. Com o foco nos sítios ribeirinhos, o movimento ambientalista perdeu uma importante oportunidade em envidar maior esforço na mobilização do Bairro Novo, que certamente proporcionaria resultados mais profícuos na aceitação da idéia de criação da UC.

⁹³ NICOLAU, *Op.cit.*

Apesar de se ter levantado um número considerável de sitiantes manifestadamente em apoio à UC, a hesitação por parte destes ainda permanece. A envergadura e os resultados esperados no trabalho de campo demandam um tempo muito maior do que se dispunha, face ao contexto geral, principalmente com a possibilidade concreta da implantação dos viveiros de camarão da Coopex.

Os agentes de ambos os lados concordam que os dois processos (UC e carcinicultura) se sobreponham. Contudo, os “ambientalistas” crêem que a proposta de Unidade de Conservação é anterior e já havia sido discutida em vários momentos com a comunidade ribeirinha. Foi principalmente o Projeto Manguezal que inicia este debate, mas somente com a revelação do “perigo” concreto de instalação dos viveiros de camarão é que houve uma articulação efetiva dos órgãos ambientalistas locais e regionais para a mobilização comunitária. De fato, assim como as ações da política local podem ser vistas pela comunidade apenas quando os interesses daquela se manifestam, isto é, somente na época da “política” (campanha eleitoral) é que os “políticos aparecem”, assim também uma parte da comunidade interpreta as ações dos “ambientalistas”. O exemplo que tem se tornado clássico nos depoimentos é o do processo de licenciamento do Terminal de Barcaças “Luciano Villas Boas” da Aracruz Celulose em Ponta de Areia. Na época, alguns dos agentes do movimento ambientalista tentavam envolver a comunidade alertando para os perigos ambientais que a construção do porto poderia produzir no município. Alguns membros da comunidade apóiam então os “ambientalistas”. Pouco tempo depois o Centro de Visitantes do Parnam Abrolhos é construído, o Projeto Manguezal é inaugurado e o IBJ garante o monitoramento das jubartes com recursos oriundos da compensação ambiental. Um comerciante local chamou de “corrupção formal” a distribuição de recursos da empresa para as instituições. Muitos dos munícipes duvidam da credibilidade das instituições ambientalistas, são céticos em relação à oposição a carcinicultura porque esta oposição é capitaneada pelas instituições ambientalistas locais. Estas pessoas temem ser envolvidas como “massa de manobra” para que as instituições captem recursos de compensação. A lógica, segundo estas pessoas é: quanto mais a comunidade se opuser, maior é o valor das compensações ambientais a serem distribuídas para as instituições, por isso o esforço de mobilização daquela monta; por isso o momento específico.



Figura 07: Sr. Antônio e Sr. João, moradores do Sítio Riacho Mangueira, Caribe de Cima. No sítio funciona a escola Odete Maria, onde as crianças desembarcam sob os caprichos da maré, pois não há um *deck*, ou “ponte” edificada para recebê-las. Foto: Omar Nicolau.

Em meados de dezembro de 2005, o movimento ambientalista de Caravelas havia concluído que realizaria três Consultas Públicas. Apesar de ser atribuição do Ibama, para que se respeitassem as particularidades locais, o Ibama divide com os parceiros a combinação para a realização das consultas. Assim, foi sugestão do próprio movimento que fossem realizados os três encontros, porém a decisão final foi do órgão federal

Como já foi relatado, houve uma certa imposição por parte do Ibama na escolha da categoria de UC. Há alguns anos se vinha falando de RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável. As diferenças entre Resex e RDS não foram muito bem entendidas pelos diferentes agentes.

No dia 18 de janeiro estivemos com Sr. Adilson (Ié) e ele nos garantiu que não iria “combinar de fazer a reserva”. Sua família está confusa e mal informada sobre a questão da terra. Disse-nos ele que o “governo” irá “tomar suas terras” e que se é para tomá-las que as tome, sem a necessidade de sua aquiescência para a criação da Reserva.

A preparação das CPs de modo geral contou com todos os agentes envolvidos, desde o planejamento do evento, passando pela segurança, coleta de assinaturas, abastecimento de

óleo para os proprietários de embarcações que levariam famílias e vizinhos, disponibilidade de duas grandes embarcações (*Benedito* do Ibama e *Tomara* do IBJ). O planejamento, a organização, enfim toda a produção para o evento das CPs, contou com a participação de todos os parceiros. O recurso para a realização das CPs viria do próprio Ibama, por intermédio do CNPT.

Informaram-nos que a prefeitura ficou ciente da CP na quarta-feira anterior ao evento (domingo) e pôs-se a mobilizar a comunidade. Ao que parece, segundo nos contaram, um prefeito de outro município no interior do Extremo Sul, do grupo político do prefeito de Caravelas, informou-lhe da Consulta. O prefeito de Caravelas, até aquele momento, sequer sabia do processo de criação da UC, nem da realização da CP. A divulgação do evento foi feita, como manda a lei, em nota em um jornal de grande circulação. Não há nenhum jornal de grande circulação no Extremo Sul da Bahia, ou pelo menos assim avaliaram os servidores do Ibama e o movimento ambientalista. De tal sorte, a notícia foi divulgada no jornal “A Tarde”, de Salvador. Um dos “empreendedores” reivindicou esta divulgação dizendo que a CP estava eivada de vícios”, por não ter sido divulgada com o alcance devido e, ademais, o endereço constante na nota suscitava dúvidas, pois informava que haveria uma Consulta Pública para a criação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentado, no Rio do Macaco, sem especificar, com precisão o local exato onde ocorreria o tal evento.

Às sombras das jaqueiras e às margens do rio do Macaco, no Sítio Olho D’água, a CP1 teve um resultado inesperado. Os ribeirinhos, com exceção de uns poucos que se dispuseram a falar ao microfone, não se manifestaram publicamente durante a CP. Por outro lado muitos políticos locais e lideranças ligadas à prefeitura fizeram uso do microfone, não para esclarecer dúvidas, mas para criticar a forma com que a CP fora divulgada. Além disso, levaram cartazes e faixas com dizeres como: “Você confia no Ibama local?” ou “Na Resex você não poderá criar bois”, entre outras frases de impacto. Apesar de terem sido cumpridos os procedimentos para a realização do evento, os ribeirinhos não se mostraram muito satisfeitos com o comportamento de seus representantes políticos e, ao final, alguns estavam tão desinformados como quando chegaram para a CP.

Ainda assim, o movimento ambientalista avaliou como positiva a experiência da CP, pois muitos ribeirinhos vieram de lugares distantes e houve uma grande concentração da comunidade para debater as questões relativas à UC, por mais que este debate tenha se dado de forma tímida.

Um fato inesperado ocorre logo após a consulta, envolvendo um indivíduo contratado para filmar a CP1. Dizendo sentir-se pressionado pelos servidores do Ibama e, num rompante irrefletido, esse indivíduo destruiu as fitas gravadas, levando-as em pedaços à casa de dois servidores do Ibama. Segundo consta, por ser amigo íntimo do Secretário de Turismo e Meio Ambiente, preposto da Coopex e opositor da Resex⁹⁴. O indivíduo contratado para filmar a CP foi convidado à casa do referido secretário para tentar fazer uma cópia das fitas, mas algo ocorreu nesse ínterim que o fez destruir as fitas gravadas. A prefeitura utiliza este fato para, mais uma vez, difamar o Ibama. O fato é grave, mal explicado e está sendo avaliado por autoridade policial federal⁹⁵.



Figura 8: Consulta Pública 1, Sítio Olho D'Água. 22/01/2006 Foto: Guilherme Dutra

⁹⁴ Tal secretário, biólogo de formação, havia trabalhado como Guarda-parque no Parnam Abrolhos e foi indicado por um servidor do Ibama com o apoio de algumas instituições ambientalistas para assumir o cargo de secretário de turismo e meio ambiente. Este indivíduo, inicialmente opositor ao empreendimento da carcinicultura, sofrendo pressão do prefeito, passa a apoiar a COOPEX e opor-se à criação da UC. Vem atuando de forma efetiva desacreditando o movimento e atacando individualmente alguns militantes. Uma carta dirigida à presidência de uma ONG local pedindo a destituição de um funcionário, membro do Comdema, ilustra a atuação do secretário municipal.

⁹⁵ Esta é apenas uma versão dos fatos, que pareceu ser a mais próxima da realidade pela fidedignidade da fonte.

2) Consulta Pública 2

Barra Velha, município de Nova Viçosa, onde há uma considerável concentração de casas, fica um tanto distante de Caravelas, aproximadamente 2 horas e meia de barco. Optamos então por acampar no sítio Sapateiro, do Sr. Tático, cuja família nos recebeu com uma hospitalidade surpreendente. Permanecemos praticamente duas semanas na companhia do povo da Barra Velha e pudemos viver mais intensamente o cotidiano dos ribeirinhos daquele lugar. Ao contrário do esperado, não percebemos nenhuma movimentação dos “opositores” e o resultado do trabalho foi inteiramente diferente do que testemunhamos em Caravelas. Ali, onde há uma forte pressão da especulação imobiliária impulsionada pela proximidade da sede do município de Nova Viçosa e pela beleza cênica do lugar, a questão da terra foi tratada com muito mais cuidado que em Caravelas. Ainda assim, a adesão à idéia da UC foi quase que unânime, pelo fato de os ribeirinhos terem entendido que os seus interesses estariam na pauta da futura gestão da Resex, e não sofreram nenhuma contra-informação por parte da prefeitura (de Caravelas) e carcinicultores. Também, diferentemente de Caravelas, onde os sítios encontram-se esparsos, distribuídos alhures nas margens dos rios, a relativa proximidade das casas em Barra Velha, nos fez visitar as pessoas quase que exclusivamente a pé.

O fato de estarmos *in loco*, permanentemente vivendo o dia-a-dia dos moradores, nos conferiu certa credibilidade, principalmente por estarmos acampados na casa do Sr. Tatico, pessoa bastante respeitada entre os moradores.

Nas duas semanas em que tivemos este intenso contato com os ribeirinhos de Barra Velha, pudemos perceber o quanto esta comunidade difere dos ribeirinhos de Caravelas. Pela proximidade com o mar, sua atividade mais comum é a pesca. A mariscagem é um complemento à economia doméstica e é realizada mais freqüentemente pelas mulheres e crianças. Por conta disso, houve uma reivindicação por parte dos pescadores em ampliar o polígono da reserva para algumas milhas mar adentro, com o objetivo de inibir a presença de embarcações de outros lugares.



Figura 9: Menino catando sururu no mangue do Rio da Barra Velha
Foto: Guilherme Dutra

A comunidade pescadora, de modo geral, não possui barcos a motor e a pesca é realizada bem perto da praia, com bateiras a remo. Embarcações a motor, principalmente de Alcobaça (município vizinho), empregam enormes redes na área costeira, muitas vezes rebocando as tainheiras e as pequenas redes que os pescadores artesanais dispõem. Muitos já perderam seu equipamento e, numa comunidade tradicional, onde o dinheiro pouco circula, perder a rede (equipamento caro) significa condenar uma família inteira à uma situação de penúria.

Uma questão diferente em relação ao processo em Caravelas é que em Nova Viçosa existe o apoio da Colônia de Pescadores Z-29 à Resex e, de certa maneira, da prefeitura local, provando que a oposição da prefeitura de Caravelas é muito menos “ideológica” no tocante aos impactos da Resex do que relacionada à defesa dos interesses do setor produtivo, despreocupada em mediar os conflitos provenientes da antinomia comunidade-empresendimentos sócio-ambientais potencialmente degradantes.



Figura 10: Selmo Serafim (a dir.), então presidente da Ampac com um pescador local, Barra Velha, N.V. Foto: Omar Nicolau

A CP2 transcorreu de forma diferente do que presenciamos na CP1. Nela, a comunidade de Nova Viçosa pôde manifestar-se sem o melindre que a comunidade caravelense sofreu por conta da presença dos políticos locais, na perversa prática de perseguição àqueles que se opõe a seus interesses particulares. Apesar da tentativa de desestabilizar esse clima de debate, por parte da Prefeitura Municipal de Caravelas, as questões levantadas na CP2 diziam respeito à matéria da criação e gestão da UC, e não se ativeram a ataques ao Ibama e ao movimento ambientalista, como ocorreu na CP1.

Apesar do calor, a comunidade permaneceu até o final da reunião. Foi lido pelo presidente da Colônia Z-29 um manifesto assinado por um considerável número de pescadores de Nova Viçosa, reivindicando a criação da Resex e pedindo a inclusão de uma faixa de 2 milhas náuticas, da Boca do Tomba até a o paralelo marítimo da fronteira do município Mucuri, área onde os pescadores costumam trabalhar.

A prefeitura de Caravelas disponibilizou embarcações para levar seus apoiadores e tentou, em vão, proceder da mesma forma que na CP1. Sua reação, todavia, não alcançou a comunidade de Nova Viçosa.



Figura 11: Consulta Pública 2, Sítio Rosedá, Barra Velha, Nova Viçosa.
Foto: Rodrigo L. Moura

O trabalho de mobilização não pode ser tido por concluído, mas somente seus primeiros passos foram dados. O movimento retoma o processo de mobilização, pois muitas questões permanecem sem definição, e a desinformação das comunidades beneficiárias da futura Resex Cassurubá ainda é muito grande. Ademais, se se pretende um salto qualitativo nos âmbitos social, ambiental, econômico e político, deve-se planejar ações de curto, médio e longo prazo, como vimos em alguns depoimentos.

Houve uma ausência no esforço de mobilização e esta se deveu em parte pelo não cumprimento de uma agenda comum por parte do Projeto Manguezal que, disponibilizou seus estagiários, por exemplo, para uma desastrosa estratégia de trabalho de campo no Bairro Novo, que teve uma recepção violenta da população. Acreditamos que o movimento deve pactuar e compartilhar seus métodos e saberes para que possa se estabelecer aqui uma credibilidade maior da que vem sendo entendida por parte de muitos cidadãos. Ainda, o trabalho de mobilização continuou sendo feito pela equipe do Projeto Manguezal. Isso gerou uma série de complicações para o grupo, pois as iniciativas daquela instituição não foram informadas ou debatidas com os parceiros. Uma reunião de avaliação do processo, em meados de março de 2006, foi deliberadamente boicotada pela equipe do Projeto Manguezal, pois este alegou que não participaria de uma reunião que não fosse na base do Projeto, já que os esforços para a criação da Resex partiram daquela instituição e entendia que todas as deliberações teriam que ser feitas naquela casa.

Também houve um procedimento para produção e distribuição de panfletos que versavam sobre as inverdades que a prefeitura vinha divulgando por intermédio de seus prepostos. A CI-Brasil preparou um *boneco* de panfleto para ser distribuído nas comunidades e mandou por *e-mail* para discussão (recebendo fortes críticas pela Internet sobre o mesmo), o Projeto Manguezal produziu e distribuiu panfletos sem consultar os demais agentes. Este esquema inclusive fracassou. A equipe de estagiários do Projeto Manguezal visitou o Bairro Novo (local onde há um número grande de opositores à ideia da Resex) e foi recebida com bastante reserva, tendo inclusive alguns estagiários sido ameaçados. Em uma reunião posterior, o coordenador do Projeto Manguezal disse que o fato era esperado e que havia posto os estagiários em risco, pois tal procedimento faz parte do processo de aprendizado daqueles.

3) A campanha de difamação contra o Ibama.

Desde o início da administração do atual prefeito de Caravelas, o movimento ambientalista e o Ibama, em particular, vêm sofrendo com a forma autoritária com que a prefeitura de Caravelas trata o trabalho realizado dos organismos ambientais entre a comunidade.

Em julho de 2005 se inicia uma polêmica em torno do Projeto de Ordenamento da Orla Marítima no item iluminação da praia da Barra de Caravelas. O Ibama e a prefeitura pareciam medir forças, tentando cada um a seu modo impor sua vontade. A comunidade de pescadores da Barra, sofrendo com o roubo de redes em suas embarcações apoiava a iluminação na orla, proposta pela prefeitura. No entanto, a administração municipal utilizou a contenda como instrumento para responsabilizar o Ibama por impedir uma obra tão cara à comunidade barrense. Na verdade, o Ibama, com a justificativa de “cumprir a lei”, obistou a obra, obrigando a prefeitura a dar conta das exigências legais. De outro lado, a prefeitura se utilizou da desinformação do povo para arrecadar capital político contra os “ambientalistas”. À revelia das imposições legais, a prefeitura instalou os postes e ela mesma⁹⁶ ligou a energia, de certa forma “roubando” o produto da Coelba. Assim, se o Ibama interviesse na questão, iria se colocar contra a comunidade. A prefeitura foi notificada e multada, mas ainda hoje não

⁹⁶ Esta questão ainda pende de algumas certezas. A empresa subsidiária da Coelba (empresa de energia do Estado) nega que tenha ligado; também a prefeitura o nega alegando que foram os próprios moradores que ligaram a energia. Alguns moradores garantem que foi um técnico da prefeitura que o fez. Preferimos esta última versão, pois o contexto que se insere tal conflito, nos faz acreditar, por bom senso, que a própria prefeitura tenha acionado a energia com a intenção de medir forças com o Ibama..

tomou atitude alguma, esperando que o Ibama “desligue a luz” para que então ela possa responsabilizar o órgão federal e catalizar a opinião da comunidade contra ele.

Outro fato importante que ilustra os métodos da administração diz respeito à intervenção da prefeitura de Caravelas no COMDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente). Em 14 de setembro de 2005, a Resolução Normativa COMDEMA nº12/2004 regulamentava as atividades de carcinicultura no município de Caravelas, dispondo sobre os limites de Áreas de Preservação Permanente, que traria restrições ao empreendimento.

“Sr. Prefeito de Caravelas, comparecendo pela primeira vez em uma reunião do Comdema, presidiu a reunião ordinária do dia 11 de outubro de 2005 que acabou alterando a Resolução Normativa COMDEMA nº12/2004, dando viabilidade legal ao empreendimento da Coopex. No entanto, antes de colocar a votação da alteração da resolução em pauta, o Sr. Prefeito municipal destituiu duas instituições locais da composição do Conselho e instituiu uma associação exonerada em 2003”.⁹⁷

Uma campanha de difamação é inaugurada nesse período diretamente contra o Ibama, na pessoa de um analista ambiental, e indiretamente contra todo o movimento ambientalista. A coalizão prefeitura-Coopex intenta, inclusive divulgando informações por vezes distorcidas, atravancar o processo de criação da UC.



Figura 12: Faixa trazida pelos prepostos da prefeitura na CP2.
Foto: Rodrigo L. Moura

A fotografia acima mostra um dos principais argumentos que foram usados ao longo do processo de “convencimento”. Há uma confusão gerada por uma hermenêutica particular da coalizão Coopex-prefeitura no que tange ao SNUC, acerca das Unidades de Conservação de Uso Sustentado. Com a decretação da UC, as terras do polígono da Unidade são imediatamente expropriadas em prol da gestão da Unidade que se pretende democrática. No

⁹⁷ Parte de documentação ainda em processo de finalização.

caso do complexo estuarino de Nova Viçosa e Caravelas, as terras onde a maior parte dos habitantes vivem, são terrenos de marinha, isto é, já são de jurisdição e responsabilidade da União. Contudo, utilizando-se do argumento no qual aquelas famílias vivem ali há gerações e portanto, não de direito, mas de fato, são “donas das terras”, os “empreendedores” confundem as pessoas. Não é difícil que o discurso alcance uma explosão de espetáculo. É como se os “empreendedores” estivessem ali para proteger aquelas famílias das imposições da legislação, dos mecanismos e dos organismos ambientais de Estado, capazes de expropriar aquela comunidade já impotente e desprovida.

Por outro lado, o Ibama acredita que na verdade a constituição de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentado, é um mecanismo e um instrumento de proteção daquelas comunidades. Em ambos os casos a aceitação do termo “fraco”, uma categoria nativa tão copiosamente auto-referida por e entre os ribeirinhos, conforma uma crença que aquela comunidade, desprovida dos meios políticos, econômicos e culturais para se impor ao conjunto da sociedade, necessita de tutela. De fato as categorias de Unidade de Conservação de Uso Sustentado têm sido praticadas por todo o Brasil tendo como beneficiários as comunidades de pescadores artesanais, remanescentes de quilombos, comunidades extrativistas de florestas e indígenas.

Foi organizado também um “Ato de repúdio” contra o Ibama. Logo após a CP1, a prefeitura colocou um carro de som nas ruas do município, chamando a comunidade para participar de um Ato a se realizar no sábado seguinte à data da CP1, estrategicamente no dia de feira, quando muitos ribeirinhos vêm para a cidade comercializar seus produtos. No *spot* veiculado, “a comunidade ribeirinha” conclamava os cidadãos a participar. No entanto, somente cerca de 20 pessoas assistiram o evento, que dispunha de um trio elétrico, conforme documentação fotográfica do referido “Ato.



Figura 13: Carro de som Foto: Parnam Abrolhos, 27 de Janeiro, 2006

A campanha contra o Ibama e que atinge os “ambientalistas” de forma geral, tenta desacreditar as ações destes frente à população. Em setembro de 2005 participei⁹⁸ de uma reunião na Câmara Municipal de Caravelas cuja pauta seria justamente a apresentação do projeto da Coopex para alguns cidadãos. A reunião, apesar de fechada para o público, foi divulgada apenas para alguns “formadores de opinião” que o grupo de “empreendedores” acreditava que poderia simpatizar com a fazenda de camarão. De fato, muitos dos que ali se encontravam, ao invés de questionar a atividade em si, faziam uso do microfone para criticar as ONGs e principalmente o Ibama. O representante da Loja Maçônica, na ocasião fez um dos discursos mais eloqüentes apoiando de antemão a carcinicultura e censurando de forma agressiva as atividades das ONGs e Ibama. Foi bastante aplaudido pela plenária. Na reunião havia principalmente comerciantes e representantes das instituições que os “empreendedores” viram como aliados, como é o caso do Rotary Club, Loja Maçônica, entre comerciantes e vereadores.

Outras reuniões com a mesma pauta e para o mesmo fim foram realizadas em diversos locais, principalmente nas escolas. Em uma dessas, no Polivalente⁹⁹, uma professora nos confidenciou que os professores foram impedidos de fazer qualquer questionamento sobre o empreendimento e a carcinicultura de modo geral, no momento da apresentação, sob o risco de perderem seus empregos (para os contratados) e outras penalidades para os estatutários. As ameaças que os professores sofreram na ocasião não foram as únicas perpetradas pelos

⁹⁸ Meu pai, um dos apoiadores do empreendimento, havia sido convidado e eu fui com ele. Viram-me também como aliado naquela ocasião, o que mudou a partir das informações que ia recebendo e a partir do estudo do Eia-Rima do empreendimento.

⁹⁹ Principal escola de ensino Médio, com cerca de 1400 alunos. Apesar de ser uma instituição do Estado da Bahia, a prefeitura tem uma ingerência curiosa na escola. Como exemplo é o caso de uma diretora que foi transferida por ter sido contra o candidato vencedor, na ocasião da campanha eleitoral do município.

“empreendedores”, um sem número de “avisos” foram dados alhures para vários cidadãos que se interpunham à proposta da Coopex.

Os agentes de ambos os lados polarizados em torno das questões ambientais em Caravelas começam a se construir na oposição. Arrecadar apoio da comunidade nos seus diferentes segmentos e vincular mais efetivamente aqueles que já se agregavam, tornou-se uma tarefa diária para ambos os grupos. Cada qual escolhia sua estratégia a partir do que o outro “lado” apresentava. Esta dinâmica desafio-resposta ainda é a marca da contenda. Ultimamente, os “empreendedores” já se acreditam vencedores e sua intervenção entre a comunidade parece ter arrefecido.

Ainda assim, os “ambientalistas” ainda visitam os ribeirinhos e tentam uma articulação das lideranças locais com a Resex do Corumbau. Alguns caravelenses já participaram do Conselho Deliberativo da Resex do Corumbau, pois segundo alguns agentes, é mais fácil para que as pessoas entendam o que é uma Resex a partir de seu próprio testemunho.

Por força de questões pessoais e por causa de uma avaliação do movimento que era preciso que o trabalho de mobilização fosse feito por “nativos”, não pude retornar à região ribeirinha nesta segunda etapa do esforço de mobilização. Participo cada vez com menos frequência também das reuniões do grupo de mobilização pró-Resex, por outro lado, acompanho pela Internet os desdobramentos e estratégias do grupo e, na medida do possível, contribuo para a continuidade do processo.

Nos últimos meses o pesquisador tem estado mais presente que o militante e todas as encaminhamentos que os “ambientalistas” e os “empreendedores” dão, cada um a seu lado, são, agora, mas não indefinidamente, objeto de reflexão acadêmica.

(IN)CONCLUSÕES

Até o momento, a contenda ainda não foi concluída. Toda a documentação referente à criação da Resex já foi enviada para apreciação. Alguns agentes acreditam que, por vivermos um ano eleitoral, o processo pode emperrar em função dos desdobramentos políticos da questão. Outros acreditam que, ao contrário, por ser o estado da Bahia uma forte oposição ao governo federal, a Resex sai antes que as eleições se realizem. Em um ou outro caso, parece que tanto a criação da Resex, quanto o empreendimento da Coopex estão sujeitos a injunções que os agentes locais não têm mais controle.

Com a decretação da Zona de Amortecimento do Parnam Abrolhos, a questão ambiental de Caravelas extrapola a esfera local e tanto um grupo quanto o outro só podem esperar e confiar nos seus representantes nos âmbitos estadual e federal para que se resolva finalmente o conflito. Diversas matérias na mídia impressa têm sido divulgadas¹⁰⁰. A visibilidade à questão que tais reportagens têm conferido, forçou uma articulação mais abrangente em torno da questão. Criou-se, nesses idos, o “SOS Abrolhos” uma rede interinstitucional de comunicação e articulação em torno dos efeitos gerados pela decretação da ZA.¹⁰¹

¹⁰⁰ Ver Anexo L

¹⁰¹ Com a decretação da ZA, cujos estudos modelaram principalmente a atividade de extração de óleo e gás, o empreendimento da carcinicultura teria que, necessariamente, ser submetido ao Ibama que, acredita-se, negaria a licença.

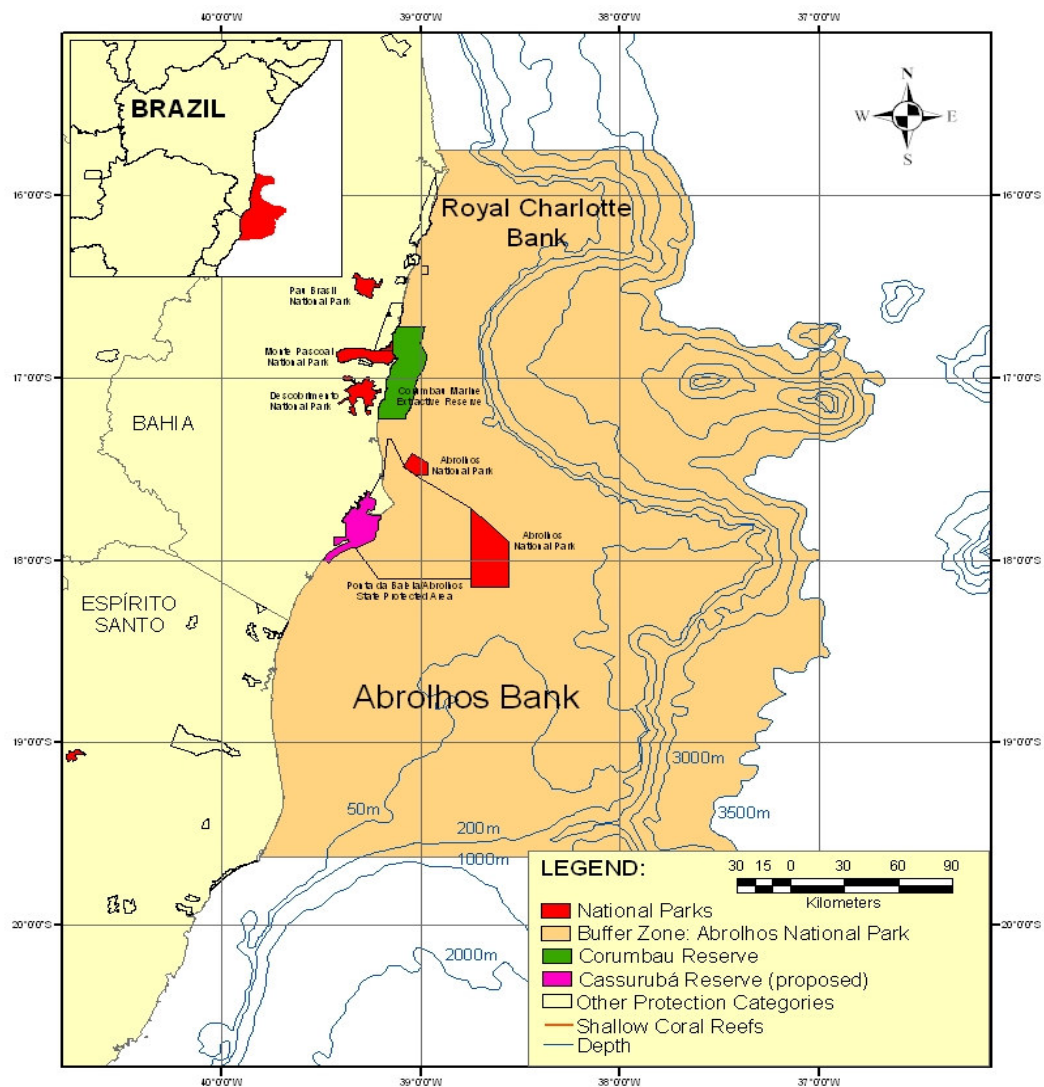


Figura 14: Área da Zona de amortecimento do Parque Marinho dos Abrolhos. Imagem gentilmente cedida pela CI-Brasil

Na figura acima, em laranja, vemos a área da Zona de Amortecimento que gerou tanta polêmica. A área de aproximadamente 94 mil m² foi desenhada a partir de estudos que simulavam derramamento de óleo próximo ao banco dos Abrolhos, levando em conta movimento de marés, direção de vento e outras variáveis. No mapa também estão desenhadas as outras UCs do entorno, inclusive a proposta da Resex do Cassurubá.

1) Duas com/oposições: os “ambientalistas” e “empreendedores”

Na situação dada, qual seja o conflito finalmente deflagrado, aparece uma configuração especial. Dois grupos surgem de um magma; surge uma com/oposição. Um *crescendo* que se revela a partir dos lances de cada um dos lados, que, ao mesmo tempo que se opõem em conflito, estabelecem uma composição com outros agentes antes não identificados. Edificam-se nesta com/oposição reconstruindo seu mundo e valores e concepções, significações, numa situação dada (eventual) de contradição. A partir dos lances nesse tabuleiro imaginado, os jogadores, corpos personificados e individualizados em cada um dos pólos na contenda, se agigantam conforme decorre o tempo do jogo. Neste jogo, as regras não estão acordadas, nem por tradição, nem por explicitação, nem por violência do dominador em face do dominado. A medição das forças é o método; o alvo é a “verdade”; o intermédio é o convencimento do “povo” que, na maior parte das vezes, apenas assiste. Esse “povo” é alvo e, ao mesmo tempo, campo de batalha. É o *locus* por excelência, não “pelo povo”, nem “para o povo”, nem “com o povo”. O “povo” pode ser dividido em: aqueles cuja UC afeta diretamente, aqueles a quem tanto um quanto outro lado percebem como prioritários; o povo que, com alguma iniciativa se incorpora em um lado ou outro, defendendo os argumentos, proporcionando a possibilidade de “representação comunitária” a cada um dos pólos. Também há os que assistem, torcendo por algum lado ou indiferentes e, finalmente, aqueles que acreditam num benefício futuro, que a sua inserção num ou noutro grupo pode lhes conferir. De toda sorte, o caldo borbulhante do conflito deixa marcas indeléveis das queimaduras que produz. Meu pai, por exemplo, começa a se manifestar a favor do empreendimento de modo público, divulgando algumas cartas que são fotocopiadas e distribuídas na cidade. Esses documentos, além de serem elogiados pelo grupo de “empreendedores”¹⁰², provocaram um certo mal-estar no grupo “ambientalista” por tratar-se de meu pai. Outros agentes que também têm familiares e amigos na cidade começam a sentir os problemas advindos do engajamento de um lado e outro. O próprio secretário de turismo e meio ambiente sofreu também com o afastamento dos amigos “ambientalistas” assim que se filiou aos “empreendedores”.

O conflito ainda não está no fim e alguns agentes tanto de um grupo quanto de outro acreditam que uma saída conjunta pode ser possível. Por motivos óbvios, são os

¹⁰² O Oficial de Gabinete do Senador Motta, um dos cooperados da Coopex e signatário do Projeto de Decreto Legislativo de seis senadores capixabas e baianos entre eles Antônio Carlos Magalhães, comunica-se com meu pai elogiando e agradecendo o apoio à carcinicultura.

“empreendedores” que crêem com mais veemência que pode haver uma conciliação entre a conservação dos ecossistemas locais e os empreendimentos econômicos, pois o modelo de conservação a que se referem é aquele que inclui o modo de produção capitalista, que inúmeros autores já concluíram não haver conciliação.

O desafio, que parece ser o norte de todos os agentes envolvidos na região e em qualquer lugar, diz respeito a já tão propalada sentença, que estabelece a adequação do setor produtivo com a utilização racional e não-predatória dos recursos naturais e das populações que deles dependem. No estágio do desenvolvimento do capitalismo hoje, essa verdade tão copiosamente manifestada e debatida tem ocupado um lugar secundário. Com a busca cega e desenfreada pelo lucro, mola mestra da economia contemporânea ocidental, os trabalhadores e a natureza vão permanecer em segundo plano. Como vimos no capítulo anterior, Henrique Leff já demonstrou a impossibilidade dessa adequação, por não se ter a mão elementos técnicos suficientes para valorar os custos ambientais.¹⁰³

No caso da Resex Cassurubá, este paradoxo se manifesta no que foi relatado, e nos parece que as organizações “ambientalistas” devem não somente envolver a comunidade nas questões relativas à UC, mas procurar ampliar o movimento nos níveis, locais, regionais e globais, inserindo questões de fundo, do próprio funcionamento do sistema de produção de riquezas em vigor, e de sua superação. No entanto, esta é uma visão particular, que talvez não seja compartilhada com todos os agentes.

2) A publicação da Zona de Amortecimento do Parque Marinho dos Abrolhos: a questão no âmbito regional e nacional

Além da campanha de difamação contra o Ibama e os “ambientalistas” de modo geral, feita localmente, a questão toma uma ambiência regional e nacional. Diversas matérias são veiculadas em jornais de circulação do Extremo Sul baiano e nos portais eletrônicos de comunicação do governo da Bahia e os de tendência ambientalista. Além disso, reportagens sobre a questão são divulgadas na revista Carta Capital e uma outra na Folha de São Paulo¹⁰⁴ Esta última versa sobre a relação de interesses do Senador João Baptista Motta (PSDB-ES) em relação ao Projeto de Decreto Legislativo do qual é signatário com mais outros 5

¹⁰³ Há que se discutir antes de qualquer coisa de qual Natureza, culturalmente falando, estamos nos referindo e de qual economia nos propomos.

¹⁰⁴ Ver Anexos J e K respectivamente.

senadores capixabas e baianos. A matéria também denuncia que familiares de Motta também são sócios de cotas da Coopex.

A política do estado da Bahia está sob a batuta do PFL, há pelo menos três mandatos. O partido também tem feito senadores nos últimos anos e podemos intuir que uma espécie de *coronelismo*¹⁰⁵ ainda se mantém no Estado. O prefeito de Caravelas, apesar de filiado ao PL que é coligado na esfera federal ao Governo Lula, tem uma interface muito maior com o governo da Bahia do que com o governo do PT. Este dado põe em certa desvantagem os ambientalistas, já que o mandonismo baiano persevera a despeito das coalizações locais, regionais e nacionais e, apesar de haver uma política pública de criação de UCs federais do MMA, o processo se retrai com as intervenções do grupo político carlista.

Portanto o que atravanca o processo de criação da Resex não é só sua oposição aos interesses de empresários da carcinicultura, mas também se configura um ponto de oposição do grupo político de ACM ao governo federal. Talvez este efeito de a campanha em prol da Resex ter se ampliado com a envergadura que descrevemos, não tivesse sido previsto pelos “ambientalistas”, que confiaram na simpatia da ministra Marina Silva em relação á questão.¹⁰⁶

No início do processo, os “ambientalistas” lutavam pela “federalização” do licenciamento da carcinicultura, i.e., passar a competência para o órgão federal, retirando a responsabilidade do CRA, que como diversos agentes expuseram, está de acordo ou até mesmo fomenta a carcinicultura. Curiosamente o setor de licenciamento do Ibama negou-se a atender a reivindicação, confirmando a responsabilidade do licenciamento para o órgão ambiental do estado na questão. O próprio Ministério Público entendeu que a licença deveria migrar para a esfera federal¹⁰⁷. Um dos argumentos usados pelos agentes era que, se o empreendimento afeta necessariamente o manguezal que por sua vez se encontra numa relação ecológica com o banco coralíneo do Parque Nacional de Abrolhos, nada mais indicativo que o próprio órgão federal dispusesse de elementos técnicos para avaliar o quanto tal empreendimento afeta o Parnam Abrolhos. Ainda mais curioso é que o instrumento que por ora “impede” a carcinicultura foi decretado pelo próprio órgão que negou a responsabilidade pelo licenciamento da atividade. Obviamente que uma coisa não tem a ver com a outra; somente para os agentes locais, principalmente para os “empreendedores” a tal

¹⁰⁵ Para este assunto, ver o clássico *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil* de Victor Nunes Leal.

¹⁰⁶ Em maio de 2006 num fórum realizado pela Rede Mata Atlântica - RMA, três lideranças locais tiveram em Ilhéus uma audiência com a Ministra do Meio Ambiente, salientando a importância da criação da Resex para a comunidade extrativista do litoral do Extremo Sul da Bahia.

¹⁰⁷ Ver Anexo F

Zona de Amortecimento é tão somente um impeditivo para a carcinicultura e para outros empreendimentos ambientalmente degradantes.

De fato pode-se chegar à conclusão que não se trata apenas da criação de uma Reserva Extrativista. Pode-se pensar que este grupo que quer uma UC de Uso Sustentado, apenas a quer na medida em que esta se interponha às fazendas de camarão. Uma Resex parece ser muito mais do que simplesmente interromper processos degradantes, conforme a história deste tipo especial de UC que tem sua origem na luta dos seringueiros do Acre. O grupo de “ambientalistas” não lutou apenas para criá-la, mas com a decretação da ZA, parece que o movimento lançou mão de todos os expedientes à mão para *negar* o empreendimento carcinicultor e não para oferecer uma alternativa de desenvolvimento para a comunidade extrativista de Caravelas e Nova Viçosa. Por outro lado se a ZA não tivesse sido publicada, certamente o empreendimento da Coopex já teria todas as licenças legais para o seu funcionamento.

A dissertação tratou desse conflito. Como foi exposto, esta é apenas uma versão, um modo de se olhar para as questões ambientais que se apresentaram na cidade de Caravelas nos últimos anos. Não há uma definição da contenda e não se pode dizer o que o futuro reserva a vitória tanto para um grupo quanto para o outro, todavia o que está no centro da questão é o modelo de desenvolvimento defendido por ambas as partes. Os dois grupos em disputa detêm, cada um, uma “verdade” acerca do que é mais vantajoso para o povo caravelense, principalmente para os marisqueiros e pescadores. Contudo os beneficiários tanto de um quanto de outro projeto ainda têm dificuldade de exprimir o que eles realmente querem de suas vidas, de seu futuro. Sem contar que também seria impossível uma visão unívoca e homogênea dos ribeirinhos e pescadores. De fato, parece ser assim que os “ambientalistas” e os “empreendedores” enxergam essa população de modo geral. Os discursos tanto de um como de outro lado parecem pretender que esta população se interponha como sujeito de sua própria história, mas também ambos os lados estão em uma disputa e uma oposição que, talvez, não necessariamente, persigam aquele objetivo na prática.

Para se pensar uma forma realmente participativa de inclusão daquela população, há que se revisar os métodos, os conceitos e as bases. Não cabe a nenhum dos agentes em disputa, que essa dissertação pretendeu apresentar, a pensar pelos extrativistas, mas tão somente eles próprios terem à mão os instrumentos necessários para reivindicar sua própria verdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIMONDA, Héctor. “Uma Herencia em Comala (apuntes sobre ecologia política latinoamericana y la tradición marxista” **In:** Anuário de Ecologia, Cultura y Sociedad. (2003). Año 3, Núm. 3.
- ARACRUZ CELULOSE, 2006, Relatório de Sustentabilidade – 2005
- ARBEX Jr. José. “Haja Cruz” **In:** Caros Amigos, Ano X, nº 109, Abril de 2006, p.10.
- BATISTA e TUPINAMBÁ, *A carcinicultura no Brasil e na América Latina: o agronegócio do camarão*.
Disponível em: <http://www.rebrip.org.br/publique/media/A%20carcinicultura.doc>
Acesso em 18/12/2005.
- BENSAÏD, D.(1999) *Os tormentos da matéria (contribuição crítica á ecologia política)* **In:** “Marx, o Intempestivo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp 433-495.
- BRASIL, MMA, Ibama, Parnam Abrolhos.
Disponível em : http://www.ibama.gov.br/parna_abrolhos/index.php?id_menu=101
Acesso em 20/01/2006
- BRITO, Rosyan C de C. *Modernidade e Tradição: Construção da identidade social de pescadores de Arraial do Cabo-RJ*. Niterói, Eduff, 1999.
- CASTORIADIS, C. (2000) “Imaginário Social e a Instituição” **In:** *A instituição Imaginária da Sociedade*. São Paulo, Paz e Terra pp.201-257
- CEPEMAR, 2001.EIA do Terminal de Barcaças para embarque e desembarque de toras de eucalipto da Aracruz Celulose S.A. COM RT 033/01 Vol II.
- CI-Brasil. (2006) Metodologia para a mobilização comunitária e identificação de lideranças para a constituição da reserva de desenvolvimento sustentável do Cassurubá
- CLIFFORD, J.(1998) “Sobre a autoridade etnográfica” **In:** *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ
- DAMATTA (1978) “O ofício do etnólogo ou como ter *anthropological blues*” **In:** Nunes (org) *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.
- DIEGUES, A.C. E NOGARA. P.(1999) “O nosso lugar virou parque”. São Paulo, Nupaub-USP
- ELEUTÉRIO, Arysbur Batista. “Estrada de Ferro Bahia e Minas: a ferrovia do adeus 1879 – 1966”. Teófilo Otoni, Edição própria, s/d.

- ELIAS, N (2002). A sociedade dos Indivíduos (1939) **In:** *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, pp. 11-60
- FOSTER, John B. (2005) “O metabolismo entre natureza e sociedade” **In:** *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*, Editora Civilização Brasileira. pp.213 – 246.
- GONÇALVES, M.T e PAIVA, N (2004). “Espaço Rural em transformação: um lugar de (qual) memória. Mneme – Revista Virtual de Humanidades, n. 10, v. 5, abr./jun.2004
Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>
Acesso em: Fevereiro de 2006
- HOBBSAWN, E. & RANGER (1997), T. “A invenção das tradições”, Rio de Janeiro, Paz e Terra
- INSTITUTO BALEIA JUBARTE. Disponível em: <http://www.baleiajubarte.com.br/>. Acesso: 23 de janeiro de 2006
- IBGE, Informações do Censo 2000. Disponível em: www.ibge.org.br Acesso em: 16 de julho de 2005
- _____. (1958). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.
- FAORO, Raymundo. (1993), “A Aventura Liberal numa Ordem Patrimonialista”. *Revista USP*, nº 17, pp. 14-29.
- KOOPMANS, Pe. José(2005). “Além do Eucalipto: o papel do Extremo Sul. DDH, Centro de Defesa dos Direitos Humanos.. Teixeira de Freitas, BA
- LEAL, V. N. 1986. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo : Alfa-ômega.
- LEFF, Henrique (1998). La reapropriação social de la naturaleza. **In:** *Sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*. México, Siglo XXI. pp.1-12
- LEIS, Hector.(1999) *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis, Vozes.
- _____.(2000) “Atristeza de ser sociólogo no século XXI” Texto apresentado no GT de Teoria Social no XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 17 a 21 de outubro de 2000, Caxambu, MG.
- LIMA, Walter, P.(1996) “Impacto Ambiental do Eucalipto”, São Paulo, Edusp, 301pp.
- LODI, L. “Uma história da Caça à Baleia”. *Revista Ciência Hoje*, Vol.14 / nº 81
- MARCACCI, F. A. (2006) “Instituições Ambientalistas: um olhar nativo”. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do NUPPE, Faculdade Sul da Bahia. 65 pp.

Mimeo

- MELLO, Cecília. (2006a). “Educar, Controlar, Circunscrever: notas etnográficas sobre biopolítica no extremo sul baiano”. **In:** Pedro Jacobi e Lúcia Ferreira (org.) *Diálogos em Ambiente e Sociedade no Brasil*. Coleção ANPPAS. Annablume, São Paulo
- _____. (2006b) “Reflexões sobre a Experiência de Luta em torno do Licenciamento de um Grande Projeto de Carcinicultura em Caravelas, Bahia. III Encontro da ANPPAS, 23 a 26 de maio de 2006, Brasília-DF. *mimeo*. 28 pp.
- _____. (2003) “Obras de arte e conceitos: cultura e antropologia do ponto de vista de um grupo afro-indígena do sul da Bahia”. Dissertação de Mestrado apresentada no PPGAS, Museu Nacional/UFRRJ. Rio de Janeiro.. *mimeo*
- MEIRELLES, Jeovah. *Carcinicultura: desastre sócio-ambiental no ecossistema manguezal do nordeste brasileiro*. s/d, mimeo.
- MORIN, Edgar (2003) “Introdução geral: o espírito do vale”. **In:** *O método: a natureza da natureza*. Porto Alegre, ed. Sulina. pp 21-40
- NICOLAU, Rosângela (2005). *Manguezal de Caravelas e Nova Viçosa/BA: discussão acerca da proposta de criação de Unidade de Conservação Federal*. Monografia apresentada ao Depto. de Ciências Florestais da Universidade Federal de Lavras do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Florestais. Lavras, MG.
- O’CONNOR, J. (2001) *¿Que es historia ambiental? ¿Por qué historia ambiental?* **In:** “Causas Naturales: ensayos de marxismo ecológico”. México, Siglo XXI editores. Pp 70-94.
- PLAMA – Planejamento e Meio Ambiente Ltda. 2005. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do Projeto de Carcinicultura da Cooperativa dos Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia (COOPEX). Volumes I a V.
- PRIMACK, R. e RODRIGUES. E. (2002) “Biologia da Conservação”. Londrina, Editora Vida, Cap.2.
- RALILE. Benedito (1949) Monografia Histórica de Caravelas, Tip. São Miguel, Salvador. 109p.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y., 1989. Perfil dos ecossistemas litorâneos brasileiros, com especial ênfase sobre ecossistema manguezal. Publicação esp. Inst. Oceanogr., S. Paulo, (7):pp 1-16.
- SILVA, José Augusto Soares (2005) “Projeto Manguezal: uma questão política. Uma discussão sobre agentes públicos e privados em torno de uma ação coletiva”. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de

concentração: Ação Coletiva. *Mimeo*.

VELHO, G (1978) “Observando o familiar” In: Nunes (org) A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar.

WHITEHEAD, A.N. (1994) O conceito de Natureza. São Paulo, Martins Fontes.

Outras fontes:

Parecer Independente e questionamentos sobre o EIA_RIMA do projeto de Carcinicultura da Cooperativa de Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia (COOPEX), Caravelas, 2005. mimeo.